

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e vinte.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Multiúso da Casa da Obra Dona Josefina da Fonseca em Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início à Sessão da Assembleia Municipal. Hoje vamos ter a presença de um elemento do público mas atendendo às restrições criadas pela pandemia o interveniente só entrará no momento da respetiva intervenção.

Quero saudar-vos a todos, espero que tudo esteja bem convosco e com as vossas famílias. Tenho seguido a situação do Covid na nossa terra e as coisas têm corrido genericamente bem. Também não posso deixar de vos exprimir que vivemos tempos com alguma complexidade mas, como bem sabemos, temos que nos adaptar. Há alguma incerteza associada e isso tem um desgaste emocional e psíquico claro nas pessoas mas nem tudo é mau, também há esperança, também há medidas tomadas, quer ao nível da União Europeia, quer ao nível do próprio País, que procuram minimizar todos os problemas, contrariedades e situações difíceis que alguns vivem.

Também quero dar uma palavra que considero dever salientar e que tem a ver com o discurso da Presidente da Comissão Europeia, da semana passada, que todos viram na imprensa, e que acho que é um sinal importante. Ouvimos alguns comentadores dizerem que o conjunto de chamadas de atenção, de caminhos e de estratégias que ela, de certa forma, elencou, relacionados com uma mudança de atitude que a Europa tem que ter face a um conjunto de áreas, nomeadamente, até, em relação à saúde, que como sabem, é uma área de política que pertence à subsidiariedade. Isto é, não há políticas comunitárias de saúde e tem que passar a haver, e o mesmo com a área da defesa e por aí fora. É claro que há muitos comentadores que dizem que ela elencou uma série de áreas importantes mas tudo são matérias da competência do Conselho. Mas é

um sinal fundamental, que ela deu, e que traz novidade relativamente àquilo que era o discurso da Comissão da União Europeia anteriormente. Portanto, não são palavras que não tenham consequências, porque vão ter consequências no caminho que a Europa vai perseguir na sequência desta pandemia com que nos continuamos a debater e também não vale a pena desvalorizarmos a importância dos instrumentos financeiros poderosos, com carácter de empréstimo, que vão estar disponíveis. Assim estejamos à altura de os aplicar devidamente.

Ditas estas palavras de enquadramento quero desejar, naturalmente, que tenhamos uma boa e produtiva Sessão e, pedia, por isso, ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente, a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

Também a Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

O Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa.

A Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Dr. André Duarte Pereira.

A Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Maria Emília Simões Gomes Moreira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais no Acordo-Quadro para fornecimento de refeições escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - “Abertura de procedimento para aquisição de serviços de confeção, fornecimento e transporte de refeições (almoço) para os diversos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e 1.º CEB do concelho de Oliveira do Hospital - durante o ano letivo 2020/2021”.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito da aprovação da candidatura ao Aviso 12381/2019 - “3.ª Fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública” do Fundo Ambiental.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, União das

Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2019, no valor total de 23,119,20 € (vinte e três mil, cento e dezanove euros e vinte cêntimos).

V - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2020.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento do Plano e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oliveira do Hospital (PMDFCI) 2020-2029.

VII - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2021.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2021 em função do número de dependentes.

IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2021, em 5%.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro que está aberta a Sessão.

Passávamos agora à aprovação das atas da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e da Sessão Extraordinária de trinta de abril de dois mil e vinte. Há alguma objeção relativamente às atas? Não havendo passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Extraordinária de trinta de abril de dois mil e vinte, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

Informar-vos que no final da Sessão falaremos um pouco da Assembleia Extraordinária que se vai realizar para a eleição dos Presidentes das CCDR.

Antes das inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia pedia à Esmeralda para chamar o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis que mandou várias comunicações para a Assembleia Municipal e solicitou para ser ouvido. A Mesa da Assembleia Municipal decidiu dar-lhe a oportunidade de se dirigir a esta Assembleia.

Boa tarde Sr. Prof. João Dinis. Queria dar-lhe as boas vindas e transmitir-lhe que dispõe de cinco minutos para a sua intervenção.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis para fazer a seguinte intervenção:

“Assinalo como positivo o fato de me ter sido possibilitado vir aqui, hoje, a esta Sessão da Assembleia Municipal, fazer uma intervenção como público, e, no caso, previamente inscrito para o efeito.

Porém, não posso deixar de exprimir a minha discordância de princípio perante a decisão da Mesa da Assembleia Municipal em interditar a presença de público a pretexto da pandemia. De facto, com mais vontade política, em espaço adequado e com um acessível plano de contingência, esta Sessão poderia decorrer dentro da Lei e com mais respeito pelas normas democráticas se fosse admitida a presença de público. Não foi essa a decisão da Mesa, o que lamentamos. Não estou aqui com esse espírito hoje e, por isso, vou-me inibir de dizer aqui alguns exemplos muito práticos de como é que se podia melhor combater a pandemia em Oliveira do Hospital do que através de interdição da presença de público, mas não estou aqui com esse espírito hoje.

Mas, passemos aos pontos em concreto e suscitados no meu pedido de uso da palavra: Aqui afirmamos que há uma autêntica devassa na margem esquerda do Rio Mondego na área da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, e que o mesmo vem acontecendo na margem direita do Rio

Seia, próximo à sua foz no Mondego, no limite poente do nosso Município. Pontos que visual e através do cheiro são mais detetáveis;

A destruição da foz da Ribeira d'Arca, no Rio Mondego, ao fundo de Vale de Ferro, e o corte de um caminho rural e de um pontão aí existentes, públicos;

Instalação de um muro em pedra dentro do leito do rio e também neste local, paralelo à margem esquerda do Rio Mondego;

Extração de areia junto à curva do Mondego em frente ao designado Largo do Abel e colocação de um portão metálico a interditar o acesso das pessoas ao Largo do Abel desde o estradão fundeiro ao vale do Mondego. Estradão fundeiro que tradicionalmente era utilizado pelas pessoas para terem acesso a este ainda aprazível Largo do Abel no Mondego;

Indício de atividades ilícitas, senão mesmo ilegais, na área de uma exploração de areia imediatamente a montante da Ponte da Atalhada;

Impressionante mortandade de peixes, provavelmente de origem criminosa que ocorreu em finais de julho, entre a Ponte da Atalhada e um açude a jusante da Ponte da Atalhada. Devo informar, e aqui algumas entidades o sabem, que eu fiz um relato e uma exposição sobre este acontecimento a variadíssimas entidades e não recebi qualquer resposta, o que no mínimo é estranho porque, de facto, a mortandade foi impressionante;

Destruição de um trecho da margem esquerda do Mondego, um pouco a jusante da Ponte da Atalhada, com a execução de um projeto, promovido pela Câmara Municipal e pela APA-Agência Portuguesa do Ambiente, que não tiveram na devida conta que o Mondego ainda tem cheias violentas, como aconteceu em dezembro passado. Os resultados estão à vista, destruição da margem e das várzeas contíguas;

Rio Seia, e eu continuo na área da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira. Está em ruínas o Açude do Moinho das Figueiras. É preciso recuperá-lo. É o segundo maior açude que eu conheço no Rio Seia;

A ETAR em Ervedal da Beira drena efluentes visivelmente poluídos e mal cheirosos para o Rio Seia que passa relativamente perto. É, portanto, preciso corrigir isto com eficácia;

Está em adiantada fase de implementação um complexo supostamente de turismo rural propriedade de uma empresa. Este complexo está implementado em socalcos a descer para a margem direita do Rio Seia e junto à sua foz. Está em Rede Natura 2000, sítio de Carregal do Sal. Os promotores já mexeram nos socalcos, já construíram várias coisas e até mexeram na estrutura física do Rio

Seia com a construção de um açude, ainda que pequeno, e para o construírem desmontaram um paredão para retirarem as pedras para fazer este açude. Este paredão suporta o pontão que passa para a margem esquerda do Rio Seia. Portanto, concelho do Carregal do Sal e depois concelho de Tábua também.

Ora bem, o que tem sido feito, e por quem, para a aprovação e a fiscalização deste projeto?

Cumpra clarificar, à partida, que nós reconhecemos a necessidade em haver gente e atividade nestes nossos territórios. Precisamos de as atrair para cá.

Porém, é imprescindível que os agentes interventores respeitem as normas estabelecidas e respeitem o nosso património natural o que, manifestamente, não está a acontecer.

Ao mesmo tempo e ao permitirem os atropelos e sem os fazerem reverter as entidades com tutela sobre estes assuntos passam a ser objetivamente cúmplices desses atropelos. Isto não pode continuar assim!

Declaro ainda que eu não tenho qualquer conflito de interesses de tipo utilitário ou de conveniências pessoais, seja lá com quem for.

Assumo ter, isso sim, uma espécie de conflito estrutural com pessoas ou entidades que praticam ou permitem a delapidação problemática do ambiente e dos recursos naturais.

E, depois, o Rio Seia e o Rio Mondego são os rios da minha aldeia. São os rios da minha vida.

Obrigado.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Prof. João Dinis, quero dizer umas palavras sobre a sua intervenção e, quero solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se tem algum contributo ou algum esclarecimento que queira dar, uma vez que é referido na sua intervenção.

Quero dizer-lhe, a propósito da fase inicial da sua intervenção, que ponderei muito seriamente se se justificava abrir esta exceção de vir aqui, no fundo, transmitir o que já tinha feito por escrito para todas as entidades autárquicas e não só, nomeadamente organismos da Administração Central, Ministro do Ambiente, Comissão de Ambiente, GNR.

Portanto, o Senhor já tinha feito aquilo que nestas circunstâncias esta Assembleia pudesse considerar que se se justificasse faria por si.

De alguma forma, considero que esta oportunidade que teve de vir aqui, se quiser, até é discutível. E é discutível na medida em que, e já agora quero lembrar, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, a intervenção do público deve-se destinar a defender interesses pessoais e não a fazer política. Porque para fazer política estão aqui os eleitos e é bastante claro o Regimento no seu artigo 21º. O Senhor não pode vir aqui dizer o que pensa e depois nós ficarmos com mensagens que também queremos transmitir e ficarmos com elas e não lhe dizermos o que o Senhor também deve ouvir. Porque o Senhor tem a preocupação de citar a legislação e, de alguma forma, pediu para vir aqui e num curtíssimo espaço de tempo dirigiu logo palavras não muito simpáticas à Presidente da Assembleia, ainda na fase em que estava a ser ponderada a sua vinda aqui. Portanto, quero que também registre que não é exatamente como o Senhor diz, e tem que passar a ler com mais rigor o Regimento da Assembleia Municipal.

Feita esta clarificação, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal interviesse, se considerar que tem algum contributo a dar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Prof. João Dinis veio trazer esta intervenção no período destinado ao público. A minha primeira nota que gostaria de dar é a seguinte: O João Dinis não trouxe aqui nada de novo, por uma razão simples. Traz aqui assuntos que estão escritos em alguma imprensa de Oliveira do Hospital há mais de três semanas. Ao trazer o que estava escrito veio aqui fazer uma repetição e deveria, se calhar, ficar mais preocupado em saber o que a Câmara Municipal fez.

Mas, deixem-me dizer, quando lhe damos uma resposta do que fizemos sobre o assunto, voltou a dizer que não nos tinha perguntado nada porque tinha endereçado o assunto à Presidente da Assembleia Municipal. Veio dizer que não lhe interessava nada e até que o Presidente da Câmara o tinha desconsiderado porque foi um técnico responsável do setor das águas que lhe respondeu e achou isso uma desconsideração. Por isso, não me parecia que estava à espera de alguma resposta.

Mas, deixe-me dizer, eu até estou bastante contente que o João Dinis tenha vindo aqui porque já tinha saudades dele nesta Assembleia. No outro mandato o Sr. João Dinis vinha quase sempre a todas as Assembleias ocupar um tempo que era dos Deputados e, por isso, queria dizer-lhe que fiquei muito contente que o Sr. João Dinis tenha vindo aqui. Não percebi bem se era como

requerente porque utiliza várias vezes o termo o cidadão, utiliza, depois, elemento da assembleia da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, é conforme.

Mas vou dizer-lhe o seguinte: Neste mandato ainda não se tinha inscrito para usar a palavra nesta Assembleia, e eu até estanhava! Porque é que o João Dinis, que gosta tanto de aparecer e de se mostrar na Comunicação Social, agora, não aparece cá? Eu até me interrogava!

Mas também percebi! Percebi que o João Dinis tinha sido candidato a Presidente da Assembleia Municipal e sabem o que é que lhe aconteceu? Não conseguiu ser eleito. Não teve votos suficientes para ter aqui um lugar para fazer estes discursos. Como não teve votos suficientes, com certeza, e na minha opinião, deixou-o, de certa forma, condicionado para vir aqui porque tinha sido candidato como qualquer um de vocês à Assembleia Municipal.

Mas, ainda mais, deixem-me também já agora dizer aqui: Ele foi o segundo candidato da lista à Assembleia da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e não conseguiu ser eleito com a legitimidade do voto. A CDU teve um eleito que depois teve que desistir para que o João Dinis tomasse o seu lugar e não me perguntem porque é que ele desistiu porque eu também nunca lhe perguntei. Eu acho que isso também foi uma desilusão e, por isso, e, também perante isto, penso que ficou nítido que houve aqui algum problema em relação a algum palco político que o João Dinis gosta de ter. Parece-me que teve a ver com isto.

Porque é que ele agora regressa? Regressa por uma razão: É que nas últimas eleições um pasquim onde costuma escrever, e vocês sabem que esse pasquim até às últimas eleições lhe dava cobertura mas, como esse pasquim não conseguiu e teve resultados desastrosos nas votações, começou agora a escrever, mais ou menos, há um ano. E, por isso, o João Dinis começou a ter o palco que lhe faltava para colocar estes assuntos na ordem do dia. Passados dois anos o pasquim voltou e ele tem que escrever alguma coisa. Escreve para a Câmara Municipal, escreve para o jornal, e isso é um direito que lhe assiste, mas é verdade que escreve um conjunto de suspeições e um conjunto de mentiras em alguns casos e em outros casos não, mas há outros que lança suspeições e lança mentiras e depois não recolhe, e diz algumas verdades no meio daquilo tudo.

Mas vamos aqui ao que interessa: O que eu acho, e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal já o disse, é que o João Dinis tenta usurpar o lugar das pessoas que foram eleitas democraticamente pelo voto. Por isso, no meu entendimento, não tem legitimidade para substituir qualquer um de vós que

estais aqui porque ganharam e tiveram votos para fazer essas intervenções. Se ele trouxesse aqui um caso pessoal, por exemplo o caso da sogra que é um problema no âmbito do projeto Casa Digna, eu até aceitava mas afinal traz outros casos. O Regulamento diz, e é claro, que não pode fazer intervenções político-partidárias mas é isso que ele faz.

Até acho muita piada porque os comunistas, e não só o João Dinis, usam muitas vezes a frase, “O voto é a arma do povo”. Vocês já ouviram isto: “O voto é a arma do povo”. Afinal, é o voto que vale ou é a democracia sem voto que querem impor aos outros? É uma coisa interessante!

Diz o Regimento, no nº. 2, do artigo 21º, “*as intervenções do público não podem desviar-se para questões de natureza política de reserva dos Membros da Assembleia Municipal*”.

O que ele tenta passar são atestados de incompetência à Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, ao Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, aos Deputados daquele lado, porque ele é que é a competência.

Mas, vamos mais à frente: Todos os assuntos já os divulgou também no jornal e, por isso, é a necessidade de reafirmação e desse palco que não tem tido. E faz outra coisa, que eu também gostaria de dizer, com a conivência de alguns Órgãos de Comunicação Social de Oliveira do Hospital porque basta ele mandar uma coisa, mas nunca ninguém pergunta à Câmara Municipal, não é dado o direito do contraditório e eu acho que o deveriam fazer. Não tenha nada contra com o que publicam mas deveriam perguntar qual era o contraditório ou se era verdade.

Estes assuntos são de carácter eminentemente político e, por isso, há aqui assuntos que não lhe vou responder até porque já lhe respondi e depois veio dizer que eu não tinha nada que lhe responder. Isto é que é a transparência e a clareza!

Mas, digo a todos os elementos desta assembleia que entrego à Sra. Presidente da Assembleia Municipal o processo referente a um assunto que ele falou ainda agora sobre construções ilegais porque poderia ter tido o cuidado de ir à Câmara Municipal e consultar o processo, era um direito que lhe assistia, consultar os processos e ver o que é que foi feito. Como outras coisas sobre os peixes que foram tratadas com o Ministério Público, com a Agência Portuguesa do Ambiente, e tem conhecimento também disso.

Não deixamos nada por fazer quando temos uma denúncia mas não tratamos as denúncias do João Dinis como especiais. Tratamos as denúncias do

João Dinis como tratamos as denúncias de outro cidadão qualquer que as faça chegar porque ele não tem estatuto especial nem acho que é Munícipe especial porque, para mim, os Municípes são todos especiais.

Entrego aqui este processo para que qualquer Deputado possa consultar o que é que a Câmara Municipal fez em relação a estes últimos relatos. Estão aqui os processos de contra-ordenação. E podem ver o que é que se fez em todo esse processo.

Mas há coisas que eu também não posso deixar de dizer aqui, porque estas denúncias que nos chegaram sobre estes estrangeiros têm uma história gira e que eu também gostava de vos contar, Srs. Deputados. Tenho aqui as duas denúncias que foram feitas. Foram feitas por um individuo, e não tenho nada a ver com quem ele acompanha, mas sei que acompanha muito com o João Dinis, e eu não tenho nada contra, e também não sou eu que escolho os amigos de cada um. Tenho aqui as denúncias que foram feitas, e mesmo que elas fossem anónimas estariam cá, temos aqui as datas delas e temos aí os processos para verificarem como é que eles se desenrolaram.

Mas vocês querem saber a verdade, meus caros amigos? Este Senhor que fez as denúncias foi ele que vendeu estes terrenos aos estrangeiros.

Vendeu os terrenos aos estrangeiros e sabem dizendo o quê? Tentando enganá-los e dizendo-lhes que eles podiam construir tudo o que queriam. E sabem como é! É esse Senhor que tem dado as informações, e que queria uma indemnização pelos peixes e se acha que tem legitimidade, também deveria ter ido pedir uma indemnização a quem andou a enterrar os peixes, como também, relativamente ao açude, o amigo João Dinis fez uma crónica, e lançou uma suspeição, a dizer que suspeitava que foram umas obras da Câmara Municipal e, por isso, não lhe posso dar credibilidade.

Fizemos essas obras e os processos foram feitos por especialistas da hidráulica e não tivemos problemas em lado nenhum mas, ali, como apareceram os peixes mortos foi dito que foram as obras da Câmara. Por exemplo, fizemos obras no rio Alvôco, fizemos obras no rio Seia e fizemos no rio Cobral e não houve mortes. Mas ali houve mortes e o título de suspeição foi a Câmara Municipal porque fez as obras mas essas obras foram da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente e foram feitas por empresas especialistas em hidráulica e não foi nenhuma empresa que nós contratámos.

Mas logo lançam a suspeição para denegrir e dizem que foi a Câmara, e é esta a verdade.

Mas querem ver o que é que eu vos conto sobre este individuo que mandou, e nós temos aqui o processo, e qualquer um dos Deputado pode ver o processo, porque se chegar uma denúncia anónima nós mandamo-la averiguar.

Para verem vou ler-vos este documento. O informador principal do Sr. João Dinis tem sido este. Mas eu digo mais: Querem ver o que é que mandaram os estrangeiros para cá? Os estrangeiros mandaram este *mail*/denúncia que passo a ler: *“Este Senhor tem árvores queimadas desde o incêndio e 2017 que têm estado a cair para cima do nosso terreno. (Este Senhor foi quem lhes vendeu o terreno) Desde que lhe pedimos para limpar o seu terreno, especialmente as árvores mortas caídas para o nosso terreno, ele tem-nos ameaçado, tem discutido connosco sobre o perímetro do terreno que foi claramente decidido pela escritura e mais recentemente veio à nossa propriedade roubar lenha e chegou a apontar uma pistola para o meu marido quando o mesmo lhe pediu para se ir embora. Já apresentámos queixa deste acontecimento à GNR.”*

Para concluir, diria que o João Dinis devia também ter a preocupação de ajudar e dizer ao informador dele que não apontasse armas a estes estrangeiros porque nós cumprimos a Lei.”

Na sequência de pedido para nova intervenção do Prof. João Dinis

Na sequência de pedido para nova intervenção do Prof. João Dinis, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal pôs aqui à disposição da Assembleia Municipal um conjunto de elementos que poderão consultar. Basicamente são processos na sequência das denúncias feitas por uma pessoa. Foram feitas visitas ao local e foram levantados Autos de Notícia e Processos de Contra-ordenação por não estar o processo de licenciamento regularizado. Os Processos de Contra-ordenação estão a decorrer os trâmites mas está aqui essa evidência para quem quiser consultar.

Foi dada a oportunidade ao Sr. João Dinis de se exprimir e o Sr. João Dinis, agora, faz o favor e retira-se. O Senhor proceda como costuma proceder. O Senhor tem escrito o que lhe “dá na cabeça”, vai-me desculpar! Não é agora, pela circunstância do Senhor falar aqui que iremos abrir o debate e já estamos a gastar uma quantidade de tempo relativamente a assuntos que inclusivamente o Senhor teve o cuidado de denunciar, no sentido de fazer saber, às entidades todas que têm competências de intervenção.

Portanto, não vale a pena porque nós temos uma agenda para cumprir, temos trabalho político para fazer. O Senhor teve a oportunidade de vir falar e agora, vai-me desculpar e vai sair, se faz favor!”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que acabámos de testemunhar deixa indisposto qualquer democrata. Pelos vistos, um cidadão comum não tem direito a esclarecimento.

Aquilo que aqui se viu foram dois exemplos de duas coisas absolutamente escandalosas e que são: Quem se mete com o PS leva, e a absoluta necessidade de renovação de ciclos políticos e limitação de mandatos. Porque, parece-me, se o Sr. Presidente da Câmara Municipal fosse a votos, não teria respondido desta forma como respondeu.

Estou aqui na qualidade de Deputado Municipal, assumo a força política que estou a representar, mas parece-me que o cidadão que aqui veio não teve qualquer tipo de intervenção política. Teve uma intervenção que exigia um esclarecimento de algo que me parece público, que afeta todos os cidadãos daquela área do Concelho, e não me parece, de todo, indicado estar a fazer de uma Assembleia Municipal uma lavandaria.

Deixava-lhe o pedido para elevar o registo das intervenções porque isto não faz bem a ninguém, nem à democracia.

Por último, dizer também que a liberdade de imprensa é uma coisa muito importante e, estar a indicar à imprensa que não deve publicar este ou aquele comunicado, é uma coisa muito grave. E passo a citar, e não cito *ipsis verbis*, disse que “*lamentava que os comunicados do Sr. João Dinis fossem publicados na imprensa sem que a Câmara Municipal fosse contactada para o efeito*”. Foram estas as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Termino, dizendo à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, também, no enquadramento que deu antes da Assembleia Municipal, que nem todas as bancadas municipais são favoráveis à passagem de competências partilhadas e exclusivas do Estado. O CDS-PP rejeita a passagem de competências tanto da saúde como da defesa para a União Europeia.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É a sua opinião e do seu partido, e tem todo o direito a exprimi-la, mas também tenho todo o direito a exprimir a minha opinião e não tenho que lhe pedir licença para exprimir a minha opinião.

Mas também, já agora, quero dizer-lhe uma coisa, é o seguinte: Durante muito tempo eu era partidária da subsidiariedade na área da saúde, e, já agora, para as pessoas que não estão tão familiarizadas com a subsidiariedade, é precisamente isso: As políticas de saúde não são definidas a nível comunitário, cada País define a sua.

Com o que se tem passado está por demais evidente que num espaço comunitário em que há um conjunto de regras, nomeadamente de liberdade de movimentação, faz todo o sentido que haja regras que sejam definidas a nível comunitário para a área da saúde.

Portanto, não é por nada, mas a própria Alemanha, de onde é oriunda a Presidente, não é também propriamente o País que é mais favorável à subsidiariedade, não é por acaso que muitos Países, nomeadamente a Alemanha, estão a rever a sua posição. Há razões, e razões ponderosas.

Mas eu aceito com toda a bonomia a sua opinião. Só lhe quero dizer que na minha intervenção inicial entendi fazer referência ao discurso porque ele foi, se quiser, uma novidade, pela positiva, nos tempos que vivemos na sua globalidade e não quer dizer que eu subscreva tudo mas acho que é um sinal de esperança para esta Europa.

E agora vou falar-lhe de outra coisa: Para esta Europa que está tão mal relativamente às políticas de acolhimento, por exemplo, dos migrantes, e eu também sei que o Senhor, se calhar, relativamente a isso tem uma perspetiva diferente, mas, é assim, é a vida, e eu sei que tem, mas é a vida! É por isso que vivemos em democracia e podemos exprimir as nossas opiniões mesmo que sejam distintas.

Queria agora dizer uma outra coisa que tem a ver com a intervenção anterior, e sem prejuízo do Sr. Presidente da Câmara Municipal fazer os seus comentários depois de todas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia. É assim: Eu compreendo que possa ter havido, aqui, alguma estranheza porque isto passou-se tudo em poucos dias e vocês não conhecem a quantidade de comunicações, porque eu não divulguei, que foram dirigidas pelo Prof. João Dinis à Assembleia Municipal e os termos em que as mesmas vêm redigidas. E, realmente, ponderei seriamente se lhe dava oportunidade de vir aqui. Até porque ele não veio aqui para resolver nenhum problema concreto dele. Essa é que é a verdade!

Ele veio aqui fazer um número de política. Agora, é assim, porque é que eu acabei por decidir que sim. Porque quando ele fala em agressões ambientais, é verdade que todos somos atingidos por agressões ambientais.

Portanto, não posso considerar que uma agressão ambiental na zona onde ele vive, seja apenas uma questão com contornos políticos. Tem sempre uma componente de natureza pessoal e, por isso, achei que lhe devíamos dar a oportunidade de o ouvir.

Realmente, tudo isto tem um historial, e ele, inclusivamente, parte do princípio que a Câmara Municipal não fez nada. A Câmara Municipal levantou processos de Contra-ordenação que estão a correr e há, depois, outros elementos que eu desconhecia, como a circunstância de ele ter dito na imprensa aquilo que entendeu e vocês também sabem que as pessoas têm que se sentir relativamente a essas situações. Essa é que é a verdade.

Posso-vos dizer que neste ano que falta para terminar o meu mandato não serão muito mais vezes que vou passar por situações destas porque eu também não gostei da experiência.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda hoje aqui tem a ver simplesmente com duas coisas. A primeira tem a ver com a Época Balnear. Poucos dias antes do dia 15 de maio, eu e os outros Presidentes de Junta que têm Praias Fluviais no Concelho, e que são quatro, juntamente com o Sr. Vereador Dr. Francisco Rolo e o Sr. Eng.º Rui Pina, estávamos a ponderar se abriríamos, ou não, as Praias Fluviais. A bom tempo chegámos à decisão de as abrir porque as Praias Fluviais, pelo menos a de Avô foi um sucesso. Veio muita gente que não era habitual vir e aparentemente sem consequências graves em termos de saúde. Pelo menos até à data não tivemos nenhuma suspeita de Covid-19. Na minha Freguesia tenho um caso de Covid-19 que não tem nada a ver com a Praia Fluvial.

Foi uma época balnear em cheio e gostava de deixar um repto. Estamos no outono, vem aí o inverno, não sei o que é que vai acontecer, mas temos que ponderar melhorar mais as nossas infraestruturas porque as pessoas vêm com muita frequência e cada vez com mais densidade populacional.

O segundo aspeto é o seguinte: Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, ainda derivado às enchentes e enxurradas que houve em dezembro de 2019, tenho uma estrada danificada à saída de Avô quando se vai para Pomares. Esta estrada é uma preocupação constante. Estamos no outono e

vem aí o inverno, há camiões a circular, há autocarros que transportam crianças para as escolas e, por isso, gostava de saber qual era o ponto da situação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui apenas três questões. Uma delas é relacionada com a minha intervenção feita na passada Sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho e prende-se com as obras de requalificação do adro da igreja de Lourosa. Foi sugerido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a possibilidade de agendamento de uma reunião tripartida com a Sra. Diretora Regional da Cultura, relativamente a uma questão que tinha a ver com a requalificação do espaço e com uma preocupação do Executivo da Junta como também da população. Quero agradecer o empenho da Sra. Vereadora e do Sr. Presidente da Câmara Municipal na marcação dessa reunião, que teve lugar no dia 10 de julho, onde foi sugerida uma solução de compromisso que foi acatada pelas entidades.

A segunda questão que queria aqui realçar e agradecer também o empenho da Câmara Municipal no sentido de que houve ali um período pós-covid, até julho, em que nos vimos privados de uma carreira que era a que fazia habitualmente o transporte das crianças e dos cidadãos da Freguesia de Lourosa para Oliveira do Hospital. Percebi que este problema não tinha nada a ver com a Câmara Municipal. A carreira não foi retomada logo na altura e, entretanto, em diálogo com a Sra. Vereadora Graça Silva e também com o empenho do Executivo, foi restabelecida a circulação através da Rede Rodoviária Beira Litoral que fez a retoma do serviço que estava a colocar bastantes preocupações aos cidadãos da Freguesia que se viam privados daquele transporte público essencial para a sede do Concelho. Efetivamente, logo após ter sido diligenciado pela Junta e consultada a Câmara pouco tempo depois teve resolução e a circulação passou a fazer-se normalmente. Tinham-me surgido queixas de que as pessoas para se deslocarem à sede do Concelho, de ida e volta, pagavam vinte e cinco euros de bandeirada para se deslocarem aqui a Oliveira do Hospital o que criou um problema acrescido.

A terceira questão é relacionada com uma preocupação. Também já fui informado da possibilidade de fazer a marcação da reunião para abordar esta questão que tem a ver com algumas artérias da sede de Freguesia em que era importante uma intervenção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero dar uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter dado o primeiro passo para a reconstrução da estrada na Barroca do Parceiro, na minha Freguesia, que se encontra danificada devido a uma derrocada. O primeiro passo está dado e a todo o momento a obra também vai sair, com certeza.

Aproveito também por estar aqui para pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, tal como já foi feito noutras Sessões da Assembleia, para mandar fazer as marcações nas estradas porque estamos no outono, aproxima-se o inverno, depois vêm as tempestades e os nevoeiros. No ano passado houve dois pequenos acidentes na minha Freguesia e espero que este ano isso não volte a acontecer devido à falta de visibilidade.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“O Eng.º José Carlos, Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, já falou e eu venho falar na mesma coisa. Só que ele teve sorte e parece-me que eu ainda não tive essa sorte. Foi também suprimida uma parte dos transportes públicos a Alvôco das Várzeas. O autocarro que saía daqui, de Oliveira do Hospital, às onze horas e chegava a Alvôco das Várzeas ao meio dia, agora, vai só até à Ponte das Três Entradas e não segue. Sei perfeitamente que não é responsabilidade da Câmara Municipal mas gostaria de trazer este assunto aqui para dar conhecimento à Câmara Municipal. Se falamos na interioridade, se falamos nas pessoas que estão distantes, assim, sem transportes, estamos a isolá-las cada vez mais. Será por causa do Covid? Possivelmente que sim, mas também as outras Freguesias poderão ter Covid e o autocarro continua a passar por lá. Queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal alguma atenção para este assunto, embora ele não seja responsável, para tentarmos resolver este problema.

Dizer ao Dr. Nuno Rafael Dias o seguinte: É pena que as pessoas, às vezes, não saibam os Regulamentos das Assembleias. Porque só pode responder ao público, segundo o que eu interpreto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e mais ninguém. Nenhum dos Srs. Deputados pode responder ao público.

Portanto, o Dr. Nuno Rafael Dias, na realidade, está agressivo, o que é normal porque falta um ano. Penso que o CDS até poderá dar-lhe uma medalha porque tem que fazer essa agressividade com mais responsabilidade, com mais conhecimento das coisas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que é impensável que a Comunicação Social faça comunicados no jornal sem que a Câmara Municipal tenha o direito ao contraditório. Não disse que a Câmara Municipal tinha que ter conhecimento ou que tinha que autorizar. Foi isto que eu percebi!”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“No âmbito da pandemia de Covid-19, gostaria de saber o que é que foi e continua a ser feito no âmbito da prevenção?”

Para caso de necessidade, quantas camas e ventiladores estão disponíveis no Concelho?

Objetivamente, quantos casos positivos existem, neste momento, no Concelho? O que é que tem sido feito para evitar a sua propagação?

Como é que está prevista a distribuição, no Concelho, dos testes disponíveis através da Cruz Vermelha? Quantos testes esperam receber?

Além dos Serviços de Saúde, dos Lares e das Escolas, quem é que vai ter a oportunidade de ser testado? Em que moldes?

Além dos cabazes alimentares que têm recebido, os casais em que ambos se encontram desempregados, também recebem ajuda monetária para, por exemplo, cuidados de higiene pessoal e habitacional, pagamento de eletricidade e da renda de casa? Existem editais em todas as Juntas de Freguesia a explicar onde recorrerem a esses bens e ajudas? De que outra forma as ajudas estão a ser divulgadas?

Quero felicitar o Executivo Municipal por terem resolvido a lacuna das marcações horizontais, do meio e das laterais, da estrada que vai do cruzamento do fundo dos Fiais da Beira até à Ponte do Rio Seia, em direção à Vila do Mato. Só é pena que o Município de Tábua não tenha seguido o vosso exemplo.

O facto de as marcações horizontais esbatidas dessa estrada terem sido pintadas dá-me a esperança, designadamente, de pintarem brevemente a EN 230, de Oliveira do Hospital até à Rotunda dos Serradores em Ervedal da Beira, seguida da EN 231-2 até à Felgueira Velha. Especialmente de noite e em dias de chuva tornam-se invisíveis contribuindo para a falta de Segurança Rodoviária.

Com a aproximação do inverno e das noites de chuva, quero lembrar a necessidade imperiosa de cumprirem a promessa de iluminarem a Rotunda da Queijeira, antes que aconteça algum acidente grave.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Em 2017 ardeu mais de meio milhão de hectares em Portugal, 5% de todo o território nacional.

Dia 15 de outubro faz três anos que Oliveira do Hospital foi devastada pelo fogo. E nestes três anos tivemos um Concelho que se reergueu das cinzas mas, entre todos os progressos, houve um fracasso, não só do Município, mas de todos nós: A Floresta.

As iniciativas de plantação de árvores em Oliveira do Hospital, durante os últimos três anos, são um placebo. Porquê? Porque, hoje, o eucalipto é a espécie arbórea predominante do Concelho de Oliveira do Hospital. Porque, hoje, o eucalipto toma conta da nossa floresta e enquanto o eucalipto for a espécie predominante, nós falhámos. Falhámos na floresta e o pior é a forma como se vulgarizou a destruição do nosso território com a indiferença, com o desinteresse e com o abandono.

O eucalipto alimenta-se de três coisas: Água, ganância e desinteresse. E em Oliveira do Hospital, há semelhança de tantos outros Concelhos em Portugal, existem as três.

Sabem o que se diz do eucalipto? A *BBC* refere-se aos eucaliptais portugueses como os desertos verdes. A *Science for the People* diz que Portugal é o exemplo de como uma plantação de monoculturas exóticas intensivas causa mais danos do que benefícios. *Le Monde Diplomatique* goza e diz que a desregulação na plantação de eucaliptos está a transformar Portugal num eucaliptugal. A *Live Science* corrobora que os incêndios na Austrália são alimentados pelos eucaliptais, e o mesmo podemos dizer da Califórnia, e o mesmo podemos dizer de Portugal.

O eucalipto é uma espécie com um potencial inflamável. O eucalipto drena e empobrece os solos. O eucalipto destrói a biodiversidade. Se já ouvimos e já dissemos isto tantas vezes, como é que podemos ser nós a entregar este território aos eucaliptos, às chamas e ao abandono? Será isto tão inevitável que não há nada, rigorosamente nada, que seja da nossa responsabilidade fazer? Se as aldeias de Ferraria de São João, em Penela, e Casal de São Simão, em Figueiró dos Vinhos, são capazes de arrancar resinosas, eucaliptos e pinheiros,

num raio de quinhentos metros em volta das povoações porque é que Oliveira do Hospital não faz o mesmo?

E antes que alguém tente “sacudir a água do capote” que se ouça: Todos os partidos têm “culpas no cartório” por fazerem “vista grossa” às plantações ilegais e imorais de eucaliptos.

É verdade que Assunção Cristas foi responsável pela liberalização total do eucalipto através do Decreto-Lei nº. 96, de 2013, onde o Governo PSD/CDS passou a tratar isto como petróleo verde sem se importarem com o potencial inflamável e destrutivo que estas árvores têm.

Já no Governo anterior o Ministro Capoulas, após os incêndios de Pedrógão e Oliveira do Hospital, fez aprovar a Lei nº. 77, de 2017, de 17 de agosto, que limitava a plantação de eucaliptos em Portugal. Embora essa legislação só tenha passado à prática no dia 1 de janeiro de 2018, as licenças já atribuídas permitiram a plantação de eucaliptos quase até 2020.

Aliás, aproveito a oportunidade para inquirir o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas e a Vereadora das Florestas e Desenvolvimento Rural, se nos podem dar mais detalhes acerca das plantações que foram feitas na Freguesia de Alvôco das Várzeas desde 2018, como aquela que se vê na margem oposta à Quinta da Moenda. Isto é: Se são ilegais, se são recentes, quantas são e, acima de tudo, como é que se coadunam com uma estratégia turística para aquela Freguesia?

O eucalipto é, como tantas outras coisas, um desastre cuja culpa é de todos, em geral, e, em particular, de todos os que não querem saber.

Atenção! Não vim aqui culpar a direita nem desculpar a esquerda, ou vice-versa. O que eu quero deixar claro é que todos os quadrantes políticos se estão a “borrifar” para o interior, para a floresta e para a nossa segurança.

O eucalipto, o pinheiro e a mimosa foram os principais responsáveis pelas dimensões do incêndio de 2017 mas, se só houver eucaliptos neste Concelho, posso garantir-vos que 2017 foi o primeiro de muitos incêndios de grande escala. Parece que não mas Portugal já plantou 10% do seu território nacional com uma árvore subtropical exótica, altamente invasiva, inflamável e de crescimento rápido, e depois, queremos o quê? Brincar às avionetas e contar o número de mortos!

Em termos absolutos só o Brasil, a Índia, a Austrália e a China é que têm mais áreas de eucaliptos do que Portugal. Proporcionalmente Portugal é o país que mais planta eucaliptos em todo o mundo e isto é uma porca miséria! Nós temos a obrigação de fazer mais e melhor pelo nosso Concelho e sei que não

sou o único. Se Oliveira do Hospital não tem uma Mata da Margaraça é porque ainda ninguém a plantou.

Por isso, apresento uma Moção à Mesa da Assembleia Municipal e peço o voto favorável dos presentes para lhe darmos corpo. A Moção propõe:

- Manifestar o repúdio desta Assembleia para com todas as plantações de eucalipto que tenham sido executadas sem o parecer positivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

- Propor à Câmara Municipal a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados;

- Propor à Câmara Municipal o desenvolvimento de um plano sistemático de remoção de eucaliptos, pinheiros e acácias dos terrenos baldios e subsequente introdução de folhosas;

- Propor à Câmara Municipal a execução de uma campanha de sensibilização da população sobre os riscos, malefícios e legalidade do plantio de resinosas."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, traz-nos aqui uma Moção sobre um tema que certamente nos preocupa. De acordo com as regras temos que discutir de imediato a Moção e depois votar.

Proponho ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal a leitura da Moção apresentada e depois abre-se um período para discussão.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passo a ler a Moção apresentada pelo Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira:

“MOÇÃO PELO COMBATE ÀS ESPÉCIES ARBÓREAS INVASIVAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL.

Dia 15 de outubro faz três anos que Oliveira do Hospital foi devastada pelo fogo. E nestes três anos um Concelho reergueu-se das cinzas mas, entre todos os progressos, houve um fracasso: A Floresta.

Em 2017 ardeu mais de meio milhão de hectares em Portugal, 5% de todo o território nacional. Os incêndios tornam-se cada vez mais devastadores devido ao abandono dos prédios rústicos, à desertificação, à péssima gestão florestal e à proeminência de espécies arbóreas altamente combustíveis.

Entre estas espécies há uma que se destaca por ser agora a espécie arbórea predominante no Concelho de Oliveira do Hospital: O eucalipto.

Em Portugal 10% do território nacional já pertence ao eucalipto, uma árvore subtropical exótica, altamente invasiva, combustível, inflamável e de crescimento rápido. Em termos absolutos só o Brasil, a Índia, a Austrália e a China é que têm mais áreas de eucaliptos do que Portugal. Proporcionalmente Portugal é o país que mais planta eucaliptos em todo o mundo.

Esta espécie é reconhecida pelo seu potencial comercial e pela pegada ecológica que acarreta: drena e empobrece os solos, destrói a biodiversidade, é combustível e inflamável.

A BBC News refere-se aos eucaliptais portugueses como os “Desertos Verdes”.

A Science for the People diz que Portugal é o exemplo de como uma plantação de monoculturas exóticas intensivas causa mais danos do que benefícios.

Le Monde Diplomatique comenta que a desregulação na plantação de eucaliptos está a transformar Portugal num “Eucaliptugal”.

A Live Science corrobora que os incêndios na Austrália são alimentados pelos eucaliptais. E o mesmo se pode dizer da Califórnia e de Portugal.

Posto isto: Se as características da floresta deste Concelho, com predominância do eucalipto, pinheiro e acácia, constituíram a principal causa da dimensão do incêndio de 2017;

Se o trade of entre consequências ambientais e o potencial comercial é sobejamente negativo;

Se aldeias como Ferraria de São João, em Penela, e Casal de São Simão, em Figueiró dos Vinhos, são capazes de remover espécies arbóreas resinosas num raio de quinhentos metros em volta das povoações por prevenção;

É possível concluir que um território com maior densidade de eucaliptos será mais propenso a incêndios de grande escala, que os danos serão necessariamente superiores aos benefícios e que o Município pode e deve encetar uma estratégia e eficiente diminuição acentuada da densidade desta espécie no seu território.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de setembro de 2020, delibera:

1 - Manifestar o repúdio desta Assembleia para com todas as plantações de eucalipto que tenham sido executadas sem o parecer positivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

2 - *Propor à Câmara Municipal a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados.*

3 - *Propor à Câmara Municipal o desenvolvimento de um plano sistemático de remoção de eucaliptos, pinheiros e acácias dos terrenos baldios e subsequente introdução de folhosas.*

4 - *Propor à Câmara Municipal a execução de uma campanha de sensibilização da população sobre os riscos, malefícios e legalidade do plantio de resinosas."."*

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Arriscaria afirmar que todos os presentes sentem preocupação relativamente à forma desregrada como os eucaliptos crescem em parte significativa do nosso território. Penso que isso é inquestionável.

Considero, olhando para os vários pontos que há aqui uma mensagem que se quer passar. Mais do que propriamente uma operacionalização ou uma intervenção, e estou a interpretar, o Sr. Deputado pretenderá criar sensibilização e alguns instrumentos de reflexão no sentido de que a progressão do eucalipto seja mais regulada.

Acho que, olhando o primeiro ponto: “*Manifestar o repúdio desta Assembleia para com todas as plantações de eucalipto que tenham sido executadas sem o parecer positivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital*”, penso que é pacífico.

No ponto dois: “*Propor à Câmara Municipal a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados*”. Eu, à partida, e não quero influenciar ninguém, estou a refletir, acho que a introdução de taxas de IMI agravadas para os prédios rústicos abandonados, primeiro, deve ser uma medida geral para o País e não apenas para o Concelho de Oliveira do Hospital. Isto é a minha opinião. Também o que aqui é dito é, análise da possibilidade. Provavelmente essa análise chega à conclusão que há tantos constrangimentos que não é viável a implementação da medida, mas, pelo menos, obriga a uma reflexão.

Depois, o ponto três, “*Propor à Câmara Municipal o desenvolvimento de um plano sistemático de remoção de eucaliptos, pinheiros e acácias dos terrenos baldios e subsequente introdução de folhosas*”, também me parece de difícil execução.

O ponto quatro, “*Propor à Câmara Municipal a execução de uma campanha de sensibilização da população sobre os riscos, malefícios e legalidade do plantio de resinosas*”, apoio inteiramente.

Acho que a intenção é muito meritória, acho que o tema merece que nos debrucemos sobre ele e, portanto, vamos abrir um período para discussão.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente que o CDS-PP vai acompanhar esta proposta e, de resto, enfatizamos, aqui, a intervenção do Sr. Deputado André Pereira: Finalmente, passados três anos, o CDS-PP nesta Assembleia Municipal, deixar de falar sozinho sobre floresta. É importantíssimo, já o aqui dissemos que pode e deve ser um setor fundamental que alavanque o crescimento económico do nosso Concelho nas mais várias áreas, seja económica, seja turística, seja, de resto, para qualidade de vida.

Portanto, parece-me que não poderão restar dúvidas. Independentemente da cor partidária que aqui representamos, acompanho também essa tua parte de intervenção que é também construtiva. Infelizmente, nos últimos três anos, por parte desta Excelentíssima Edilidade, a única resposta que me souberam dar foi apontar-me o caminho de uma Ministra de um outro Governo que eu partidariamente nem nunca sequer apoiei essa liderança. Portanto, mais uma vez, enfatizo a tua intervenção, parabenizo-te por ela e fica a saber que o CDS-PP te acompanha nesse intento. Quanto ao mais, tanto a nível de plantação de folhosas, remoção de eucaliptos, sensibilização e até parte do IMI. Todas essas coisas, como bem sabes, já foram aqui trazidas à Assembleia Municipal pela minha pessoa. Portanto, mais uma vez, parabéns e o CDS-PP votará favoravelmente.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais vou responder ao Deputado André Pereira porque falou em Alvôco e eu tenho prazer em responder-lhe: Aqueles eucaliptos não são a mancha pior que há em Alvôco, há lá outra maior e, quando foram plantados, numa noite, foram arrancados quase todos e eles voltaram a replantar. Aquele terreno é da Celbi, a empresa do papel. Eles têm ali mais de cem hectares que estão arrendados já desde 1997. Eles já fizeram um segundo corte e já vão no

terceiro corte. No terceiro corte tornam a terraplenar e tornam a replantar. Uma parte com 25 hectares, que é ali encostado à Carvalha, é deles, eles comparam o terreno. Só em termos oficiais é que poderão proibir essa plantação.

Em relação aos eucaliptos eu também posso dizer duas coisas: Nós andamos a “chover no molhado” porque vemos muitas pessoas que são contra os eucaliptos e são as pessoas que plantam eucaliptos. Eu tenho ouvido muita gente a dizer que não pode ser e que há muitos eucaliptos e que os eucaliptos têm que se arrancar mas são essas pessoas que plantam os eucaliptos, são essas pessoas que têm os terrenos e são essas pessoas que querem rentabilizar bem os terrenos.

Ora, isto se não for uma emanção do Governo, mas que seja para cumprirem a lei, não há nada a fazer e não merece a pena estarmos aqui a discutir. Vamos ter no Ponto VI a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e não sei se depois alguém querará dizer alguma coisa sobre isso. Os eucaliptos têm sido um problema grave dos nossos territórios mas para muita gente é o território que rentabiliza e as pessoas não estão muito preocupadas com o ambiente desde que rentabilizem. É só isto que eu quero dizer.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não sou ninguém para falar pelos outros, e não quero falar pelo Deputado André, mas julgo que a interpretação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal está errada quanto à intenção do Deputado André.

Acho que a intenção do Deputado André não é refletir porque refletir temos refletido todos. Já refletíamos antes de 2017, já refletimos depois de 2017, mas o caminho continua a ser o mesmo e continuamos a ver eucaliptos a nascer por todo o lado. A minha intenção é apoiar a Moção e votar a favor dela.

A intenção do Deputado André, a minha intenção, é agir, é parar com este crescimento sem controlo nenhum de eucaliptos por todo o lado. É a planta que mais vemos no nosso Concelho e não é a nossa floresta autóctone.

Portanto, cabe-nos a nós agir. Nós, que fomos eleitos pelo povo, temos que o representar como deve ser. Cabe-nos a nós agir pelo povo e pelo nosso Concelho.

Portanto, sim! Esta Moção é para travar o crescimento de eucaliptos, para travar o aumento da área de eucaliptos no nosso Concelho, e já chega de refletir

porque temos refletido muito. Ardeu o Concelho e continuamos a refletir e estamos à espera que arda outra vez para continuarmos a refletir.

É altura de agir, é altura de travar o crescimento do eucalipto em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Deputado André, devo-te dar os Parabéns, gostei da tua intervenção. Finalmente uma intervenção apartidária a lembrar que as atitudes não se tomam a pensar no PS, no PSD/CDS, Bloco de Esquerda, PCP, o que quer que seja.

Gostava de fazer aqui alguns reparos: Relativamente ao acréscimo de IMI, eu concordo contigo genericamente, no entanto, temos que acautelar uma questão. Existem efetivamente várias pessoas que não têm capacidade financeira para poderem fazer esse trabalho e, estarmos a agravar o pagamento de IMI sob pessoas que não têm recursos para o poder fazer, torna-se complicado, embora, concorde genericamente com a situação, acho que é necessário aprofundar mais.

Relativamente quanto à exequibilidade de arrancar tudo o que seja eucaliptos, árvores resinosas, acho que essa situação é um bocado difícil de concretizar neste momento. Acho que, mais do que isso, o que teremos de fazer para já e no imediato, é limitar e verificar quem anda a transgredir. Muitas vezes não são só as plantações de dois ou dez hectares, essas infelizmente, para o mal e para o bem, todos reconhecemos que eles conseguem licenciamento para o fazer porque têm uma cobertura da legislação nacional.

Agora, existem pequenas plantações e devemos tentar ser intransigentes para que acabem com elas.

Trouxeste este ponto no Período de Antes da Ordem do Dia e acho que deveria ser interligado com o Ponto VI referente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Algumas destas ideias que trazes aqui, sem qualquer demérito para o trabalho que o Eng.º Zé Carlos realizou, acho que em conjunto devem ser trabalhadas. Tentar criar aqui nesta Assembleia uma Comissão para que se tentem criar regras, não para estudar porque estudos existem imensos, para criar regras para levar isso à frente. Da minha parte voto favoravelmente.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, gostaria de agradecer aos trabalhadores da Câmara Municipal que nos possibilitam reunir aqui, hoje, em condições de tanta segurança.

Relativamente à Moção do Deputado André eu votarei favoravelmente porque ela é razoável, oportuna e radica num princípio do qual acho que estamos todos de acordo. O futuro de Oliveira do Hospital não se faz com eucaliptos.

Relativamente aos pontos da Moção apresentada pelo Deputado André. Primeiro ponto: Se de facto há parecer contrário da Câmara Municipal, claro que a nossa posição tem que ser de repúdio.

Em segundo lugar, a questão do IMI: Os instrumentos fiscais são instrumentos de política pública. O que está proposto é fazer-se uma análise de adequação do instrumento de política pública para resolver um problema, que todos nós enunciamos como um problema, e que temos de o resolver.

Em terceiro, é proposto um plano e, se bem percebi, é relativamente aos baldios. De facto a Câmara Municipal pode ter um papel e até mesmo as Juntas de Freguesia podem ajudar a resolver este processo.

Depois, em quarto lugar, é a questão da sensibilização. De facto muitas vezes estes problemas ocorrem porque as pessoas não têm o perfeito conhecimento e porque muitas vezes os impactos não são imediatos e não têm ideia a longo prazo de quais são os impactos de determinada ação.

Acho que temos de votar favoravelmente. Acho que é uma Moção que nos leva no sentido certo e não se resolve só por estes problemas. Há uma ação continuada e ao longo do tempo.

Acho que estiveste muito bem ao apresentar esta Moção e terá o meu voto favorável.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este ponto, eu queria felicitar o Deputado André porque esta situação dos eucaliptos é um tema que nos reocupa a todos porém, temos aqui o problema do IMI. Nós temos terrenos abandonados que nem sabemos de quem são. Temos terrenos que são de pessoas que provavelmente não conseguem pagar algumas coisas.

Pedia ao Deputado André, muito sinceramente, e concordo plenamente com a Moção, e que não fiquem dúvidas nenhuma, mas se o Deputado André pudesse alterar alguma coisa ou, então, deixarmos isto para o Ponto VI onde vai ser apresentado o Plano Municipal de Defesa da Floresta. Poderíamos, talvez, deixar a Moção para essa altura e votá-la depois com uma, ou outra, alteração que, tenho a impressão, será a contento de todos porque há aqui situações, nomeadamente o IMI, que deverão ser repensadas.

Queria felicitar o Deputado André e claro que o PS votará favoravelmente. Pedia ao Deputado André para fazer alguma retificação na Moção. Esta é a minha opinião mas votarei favoravelmente a Moção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta proposta que o Deputado André acabou de fazer: Tem algum mérito, não lhe reconheço o mérito total nesta proposta. Se por um lado tem um mérito no que diz respeito fundamentalmente à questão da sensibilização à questão, se calhar, do cumprir, ou tentar fazer cumprir, algumas regras da legislação relativamente às novas plantações de eucaliptos, e quanto a isto estou plenamente de acordo. Já não estou de acordo, e já foi aqui referido também há pouco, no que diz respeito exatamente à questão do IMI. E também não estou de acordo relativamente à questão de ter que obrigar, seja quem for, a tirar os eucaliptos que têm nos seus terrenos para plantar folhosas.

Claro que aquilo que o Deputado André transmite nesta proposta é um bocado utópico. Seria bom que nós pudéssemos fazer e por na prática uma situação destas, só que não é fácil, é muito difícil por na prática uma situação destas. Como é que nós vamos pedir, ou exigir, ou impor, o pagamento do agravamento de IMI a pessoas que hoje mal têm uma reforma para comer e agravar-lhes o IMI nos rústicos em que as pessoas nem sequer têm dinheiro para os limpar, quanto mais para andar a fazer novas plantações seja do que for. E não é pouca gente, é muita gente neste Concelho!

Sabemos qual é o tipo de propriedade que nós temos no Concelho de Oliveira do Hospital como, aliás, temos em quase todo este interior, é a pequena propriedade de mil metros, dois mil metros ou quatro mil metros, e haverá outras maiores, mas uma grande maioria é assim. Eu não estou de acordo neste aspeto. Se ele quiser rever esta situação eu estou plenamente de acordo.

Agora, meus amigos, nós tivemos os incêndios e se houve espécies que efetivamente após os incêndios continuaram a vegetar foram os eucaliptos, é verdade, que já lá estavam antes. Se terá havido novas plantações? Possivelmente terá havido. Legais ou ilegais? Não sabemos e há que apurar.

Não estou totalmente de acordo com esta proposta pelos motivos que já referi e também pela maneira como está redigida.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Não era para intervir nesta proposta que foi aqui feita mas intervenho só para dar um esclarecimento. Eu, em princípio, na teoria concordo com esta proposta porque acho que é de interesse fundamental para o Concelho e até para o País aquilo que foi aqui proposto, só que temos que ver aqui o seguinte. Como disse aqui o Deputado Eng.º Rui Fernandes e agora o Deputado Eng.º Carlos Maia, é o seguinte: A maior parte da floresta neste Concelho é de pequenos proprietários. Floresta que está abandonada porque são pessoas que têm fracos recursos económicos e não têm a capacidade para fazer a replantação nem para limpar, como já foi aqui dito.

Outra coisa que eu queria salientar, e é por isso que eu aqui vim falar, é que esse agravamento que está aí referido da taxa do IMI dos prédios rústicos não é nada. Mas o agravamento pode ser para o dobro com o limite mínimo de vinte euros por cada prédio. Portanto, nós vamos fazer as contas e vamos ver a capacidade que a população tem para poder pagar este IMI se for agravado. O que é que vai acontecer à propriedade rústica? Não sei!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha Freguesia é uma daquelas que também está afetada pelos eucaliptos.

Concordo plenamente com a proposta do Deputado André, na prática poderá vir a não servir de nada mas, pelo menos, vamos “agitar as águas” porque realmente alguma coisa vai ter que ser feita.

Há ali um ou dois pontos que também não concordo. Não concordo que as celulosas tenham privilégios em relação aos pequenos proprietários e devia ser o inverso. Os pequenos proprietários é que deviam ter privilégios em relação às celulosas mas são pormenores e não é isso que vai alterar.

O que mais me preocupa neste momento com os eucaliptos, porque isto atingiu um grau de propagação tão grande, é a proliferação que existe junto às vias rodoviárias. É um caos o que está a acontecer. Eu cito uma das vias que utilizo diariamente, a chamada estrada das levadas, em que, se um dia houver um problema qualquer ficamos lá todos assados porque os eucaliptos já tapam a estrada.

Portanto, acho que Município devia fazer alguma coisa, certamente que a Lei vai limitar também alguma intervenção que possa haver nesse sentido, mas uma coisa é certa, se nada se fizer, nada vai alterar a situação catastrófica que está neste momento a acontecer.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Compreendo perfeitamente a preocupação do Deputado André. Vocês sabem perfeitamente que eu já aqui trouxe várias vezes este caso à Assembleia devido a uma plantação que foi feita em Meruge, com uma área que estava aprovada para três hectares e depois passou a seis ou sete hectares, e nem sequer pediram o parecer à Câmara Municipal para aprovação.

Portanto, nós, aqui, aprovarmos o que quer que seja, se as Leis vêm do Governo e eles passam por cima de toda a gente e fazem o que querem e lhes apetece, não vai resultar muito, mas eu concordo com o Deputado André.

Não concordo com ele no que diz respeito ao ponto de subir o IMI. Ao subir o IMI as pessoas não podem pagar porque já têm muita dificuldade com os custos de limpar e o que é que acontece? A Câmara Municipal vai aplicar coimas e a única coisa que pode acontecer é a Câmara ficar com os terrenos porque os donos entregam-lhe os terrenos e depois é um problema acrescido para a Câmara Municipal.

Outra coisa que fez proliferar muito os eucaliptos foram as altas temperaturas que fizeram rebentar as sementes e nasceram eucaliptos em todo o lado.

Neste momento aquilo que se podia fazer, e que se devia tentar batalhar nesse sentido, era pedir apoio ao Governo para dar subsídios para as pessoas arrancarem os eucaliptos porque a maior parte dos eucaliptos que nasceram nem sequer foram plantados porque entretanto as sementes rebentaram e há eucaliptos em tudo o que é sítio.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Genericamente concordo com a proposta. Depois do nosso Concelho ter ardidado é impossível opormo-nos a medidas concretas que impeçam a proliferação de eucaliptos que é uma praga no nosso Concelho.

Acho que é de facto como aqui disseram, um assunto que perpassa todos os partidos políticos e todos nós que gostamos da nossa terra, e que vimos para aqui imbuídos do espírito de construção, do progresso e de desenvolver a nossa terra, é evidente que todos nós temos que estar de acordo. Pese, embora, eu estar genericamente de acordo, há aqui algumas questões que gostava que me esclarecessem. E peço também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que me auxilie e até ao próprio Deputado André que, depois, eventualmente numa medida de esclarecimento, possa dar acolhimento a todas as nossas dificuldades para que esta proposta saia concertada, eventualmente unânime, e que passe uma mensagem lá para fora de concertação, de força e de ação, porque, como disse, e muito bem, o Deputado Sebastião, estamos todos fartos de reflexão.

Estamos todos de acordo mas há aqui algumas questões que eu acho que era importante fatiar e percebermos todos, afinal de contas, onde é que nos vamos meter.

Faz sentido propormos a análise da subida do IMI sem haver, por parte do Executivo Municipal, uma análise do impacto financeiro que isto vai ter nas famílias? Faz sentido que não haja este estudo prévio?

Ou melhor: Será que a proposta não deveria conter uma análise de impacto financeiro nas famílias? Quando nós propomos intervir em 98% ou 95% do território, será que a Câmara Municipal tem meios para quase municipalizar uma floresta privada? Como é que isto se faz?

Era importante que esta questão fosse esclarecida. Vamos impor aos proprietários que façam isto, ou que façam aquilo, ou isto deve ser, como o Deputado André muito bem disse, objeto de uma prevenção, de uma discussão, de uma ação de sensibilização para que estejamos todos unidos em prol da defesa da floresta e do nosso território?

Eram estas algumas das questões que eu queria ver respondidas e que me parece que o Deputado André terá certamente essa disponibilidade para as esclarecer e para, eventualmente, acolher na sua Moção, ou, eventualmente, alterar o texto da Moção numa próxima Sessão da Assembleia Municipal, para que possa ser votada a contento de todos.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Considero bem interessante esta discussão. Relativamente a um tema desta natureza fiz questão de intervir de início dizendo o que me parece, sobre a pertinência de se fazer qualquer coisa nesta área com o que todos estamos de acordo.

Relativamente aos vários pontos, a meu ver, há aqui dois que são absolutamente pacíficos embora, na minha perspectiva, o primeiro, tal e qual está, seja uma mera declaração de vontade. “*Manifestar o repúdio desta Assembleia para com todas as plantações de eucalipto que tenham sido executadas sem o parecer positivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital*”. É óbvio que estamos todos de acordo com isto mas a pergunta é a seguinte: O que é que acontece? Todos repudiamos que isso aconteça mas não está aqui nada dito sobre o que se faz a seguir. Como eu digo, este ponto é uma manifestação de repúdio e mais nada.

Depois, “*Propor à Câmara Municipal a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados*”. Primeiro é preciso definir o que é abandonado. No Concelho temos quase tudo abandonado porque se abandonado é, quando nos sítios onde se cultivava milho agora não se cultiva-se nada, nos sítios onde se cultivava batatas agora não se cultiva-se nada, então, esses são os prédios rústicos abandonados. Questão distinta são as zonas florestais abandonadas.

Considero esta parte do IMI, até pelo que já foi aqui dito, e que eu comecei por salientar um aspeto importante e também quero dizer uma coisa ao Sr. Deputado Sebastião e que é o seguinte: Eu não tenho problema nenhum em estar a querer aqui esmiuçar esta questão, começando por elogiar a iniciativa, e acho ótimo que a Assembleia aprove uma Moção sobre a temática do combate à expansão do eucalipto, mas não vou votar favoravelmente qualquer coisa. Eu tenho que votar e não tenho complexos em estar aqui a promover este debate. Eu trabalhei na área do ambiente mais de quarenta anos e eu sei o que é passar mensagens mas também sei o que é fazer, o que muitos de vocês não sabem, mas eu sei as dificuldades entre passar mensagens e fazer/concretizar.

Acho que ganhamos credibilidade em termos ambição de preservar mas também em termos condições de propor algo que seja exequível porque senão é uma Moção que fica vazia.

O que é que eu sugeria? O que eu sugeria, e que provavelmente é aquilo que o Deputado André, se calhar, vai, de alguma forma, propor, é que houvesse aqui uns pequenos ajustes relativamente ao ponto dois.

Relativamente ao ponto três, “*Propor à Câmara Municipal o desenvolvimento de um plano sistemático de remoção de eucaliptos, pinheiros e acácias dos terrenos baldios e subsequente introdução de folhosas*”, parece-me bem. Acho que é um estudo mas acho que é um princípio. A Câmara Municipal, sozinha, não vai ter condições para promover a remoção e a introdução de folhosas. A Câmara Municipal não tem essa vocação, não tem essa capacidade, não se iludam, mas pode fazer o estudo, levanta o problema, e é um instrumento importante. Portanto, concordo com o ponto três.

Relativamente ao ponto quatro, concordo por inteiro.

A minha objeção é relativamente ao ponto dois, pelas razões que referi e, relativamente ao ponto um, acho que devia haver mais alguma coisa do que apenas o repúdio.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que esta Moção que o Sr. Deputado André trouxe é uma boa proposta e uma boa discussão que acho importante fazermos. Também quero dizer ao Sr. Deputado Nuno Rafael Dias o seguinte: Quando eu disse, aqui, e responsabilizei a Sra. Ministra da Agricultura, que era líder do CDS, quero dizer-lhe que volto a responsabilizar uma pessoa do CDS, e não o responsabilizei a si porque não me consta que foi Ministro, ou que foi Chefe de Gabinete, ou que fez parte do Ministério da Agricultura, mas tenho que responsabilizar por uma razão: Hoje o Senhor não tem a Quinta da Costa cheia de eucaliptos porque houve aqui um Presidente da Câmara Municipal e um Executivo que não deixaram e que se levantaram contra isso porque senão hoje tínhamos aqui dentro da cidade de Oliveira do Hospital uma eucaliptização à custa da Ministra da Agricultura e do CDS, sem dúvida nenhuma.

Depois dar aqui uma nota sobre isto: Se isto fosse um programa, se isto fosse uma coisa fácil, estava todo resolvido e se isto se pudesse recuperar, mais ou menos, nas horas que o fogo demorou também estava feito.

Mas, deixem-me dizer, há aqui zonas de eucaliptos, como a de Alvôco das Várzeas, que estão devidamente licenciadas pelo ICNF. Há grandes zonas de eucaliptos que são das grandes celuloses, como sabem, mas que estão devidamente licenciadas e com os devidos pareceres.

E também não deixo de dizer o seguinte, porque às vezes as pessoas esquecem-se mas eu lembro-os: Fui o primeiro autarca em Portugal a reivindicar medidas do Governo para por termo à regeneração natural dos eucaliptos no pós incêndios, e isso saiu nas televisões e na imprensa, mas a memória de alguns apaga-se, e até levei uma coisa que foi bastante ridicularizada porque simbolicamente o nosso Presidente da República foi arrancar eucaliptos e foi ridicularizado pelo País porque o Presidente da República não devia fazer isso. A primeira voz sobre a regeneração dos eucaliptos foi a do vosso Presidente da Câmara Municipal, eu gostava que se recordassem porque alguns não têm memória.

Quero dizer-vos que esta Câmara Municipal trabalha, e tem estado a trabalhar neste campo, ainda na quarta-feira estive na Câmara Municipal uma pessoa que a maior parte de vocês conhece, o Eng.º Tiago Oliveira, em reuniões, também com o Presidente da Agência Integrada dos Fogos Rurais, a discutirmos um Plano para o Concelho. Isto é, nós não deixámos de fazer o nosso trabalho e este trabalho também é acompanhado pela Sra. Vereadora Eng.ª Teresa Dias. Estamos também a lançar um programa de transformação da paisagem e até decidimos iniciá-lo no Vale do Alva e, por isso, tem havido reuniões para nós resolvermos alguns problemas.

Mas fizemos mais: Nós gostávamos de ter entregado duzentas mil árvores, e não eram eucaliptos, como vocês sabem. O nosso projeto era entregar duzentas mil árvores a pessoas que as plantassem. Fez-se alguma coisa mas neste “oceano” é muito pouco porque as candidaturas foram apenas cento e vinte mil e o nosso objetivo era chegar a um milhão e árvores.

Eu concordo com a eucaliptização mas, deixam-me também dizer, e não é linear o que eu vou dizer, temos discussões na Comunidade Intermunicipal por causa da eucaliptização. Por exemplo, há Presidentes de Câmara que defendem que nos seus Concelho é uma fonte de riqueza e, por isso, defendem a eucaliptização. Dizer ainda que nas áreas onde já existiram eucaliptos há uma Lei que permite que voltem a ser colocados. Há Leis que são claras e nós somos um País de Leis.

Quero dizer ao Deputado Nuno Rafael Dias que, às vezes, parece que não quer Leis. Relativamente à eucaliptização também gostava de pedir ao CDS para pedir na Assembleia da República para me darem um lugar para eu lá ir falar sobre eucaliptos, gostava de falar! Mas, o CDS não me vai deixar porque regimentalmente eu não posso ir lá falar e, por isso, ninguém se inscreve para ir

à Assembleia da República falar porque os Deputados estão eleitos e mandatados pelo povo.

Há aqui outra coisa que o Deputado João Esteves e outros Deputados disseram bem. Vocês reparem: Há 95% de terreno privado e só há 5% de terreno público. Nos baldios, a Câmara Municipal através do Gabinete Técnico Florestal, já colocou floresta autóctone em quarenta hectares. Isto é, temos vindo a fazer um trabalho que é de uma dimensão enorme.

Mas há aqui um problema na proposta relativamente ao IMI. Não é possível, hoje, fazermos aqui este aumento, e o Deputado João Esteves sabe isso também. E sabe por uma razão simples: Primeiro era preciso identificar as propriedades rústicas, e nós temos centenas de milhares de propriedades rústicas. Quem é que vai identificar as que estão abandonadas? Não é possível, neste momento! É mais fácil irmos às aldeias ver quais são as casas que estão em ruínas para as penalizar. Tecnicamente, não é possível, nesta fase, aumentarmos os prédios rústicos por uma razão extremamente simples. Era preciso identificar todos os proprietários e era preciso por uma estrutura a identificar quais é que estão abandonados. Acho que as propostas devem ser exequíveis e o problema do IMI, na minha opinião, não é.

Deixem-me também dizer: Há coisas que estão a acontecer e há programas que têm que trazer uma nova mentalidade e que é o emparcelamento. Isto é, se houver emparcelamento e há, neste momento, medidas de apoio, durante cinco anos, para colocar floresta autóctone e para a limpeza das florestas mas o problema é que as propriedades têm que ter uma determinada área. Os proprietários têm que se juntar para fazerem o emparcelamento e esta é que é a grande dificuldade.

Depois, outro problema que há, e vocês podem ter a certeza, nós temos para cima de 10% do nosso território que não tem donos, foram pessoas que foram para o Brasil, foram pessoas que entretanto faleceram e deixaram de ter família, e hoje as pessoas não querem terrenos e ninguém toma conta deles.

Concordo com a proposta do Deputado André achando que o IMI pode-se sugerir mas é uma grande dificuldade conseguirmos aplicar até por causa da identificação dos prédios rústicos porque era preciso um trabalho gigantesco. O que o Deputado André propôs, se calhar, no Alentejo era fácilimo identificar cem ou duzentas propriedades mas, aqui, serão centenas de milhares de artigos rústicos e era preciso dizer quais é que estavam abandonados. Mas, como eu já disse, neste momento não havia estrutura.

Na minha opinião esta parte do aumento do IMI não é exequível neste momento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero pedir desculpa à Assembleia Municipal pelo tempo que esta discussão nos está a tomar e quero agradecer a importância que todos estão a dar a este tópico.

A política é a arte do possível mas, as políticas não devem ser regidas nem por o que é fácil, nem por o que é difícil, as políticas devem ser regidas por escolhas, e nós temos aqui uma escolha a fazer. Se estamos todos de acordo que o eucalipto, e outras invasivas, são um cancro, como é que nós não estamos de acordo em combater-las com todos os recursos que temos à mão?

O IMI está a dar aqui uma grande celeuma. Em primeiro lugar importa dizer que a Assembleia Municipal não decide o que o Município vai fazer. Portanto, a única coisa que posso fazer com esta Moção é oferecer projetos, oferecer hipóteses, que serão analisados pela Câmara Municipal. Ninguém aqui veio dizer para aumentar o IMI. Eu não posso decidir isso, nós não podemos decidir isso, sem passar primeiro pela Câmara Municipal. A proposta consiste em analisar se é possível e sabem porquê? Porque a Câmara Municipal de Lisboa tem um problema enorme com os prédios devolutos. E como é que resolveram isto? Com a taxa de IMI agravada, e todos os anos sobe. E, se não descobrirem quem é o proprietário a certa altura retorna para a Câmara.

O Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal, tem toda a razão, isto, em último caso, podia dar que as propriedades revertissem para o Município e podia ser um problema de gestão ou pode ser uma oportunidade. Se não sabemos quem são os donos, então, vamos reorganizar o território, vamos ficar com a propriedade, vamos vendê-la, vamos alugá-la. Agora, não vamos deixá-la ao abandono.

Com o IMI podemos proteger uma, ou outra, coisa: Ou protegemos os proprietários, ou protegemos a propriedade.

A minha família também tem alguns terrenos em Aldeia das Dez e até tenho dificuldade em dizer onde é que são as extremas. Se calhar, muitas pessoas têm, e mantêm, os terrenos por causa de uma relação familiar, por uma questão materialística, mas não têm condições para os tratar. Portanto, o que é que lá cresce? Crescem as silvas, crescem os tojos, crescem os eucaliptos, crescem as mimosas. O que é que isto, depois, significa? Labaredas à porta da

aldeia. Quem é que é responsável por isto? É o proprietário que há priori não tinha condições de limpar e, por isso, temos que travar isto em algum lado. Temos o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa e, por isso, façamos o mesmo, isto é, se for possível.

A análise que eu refiro, e o Deputado João Ramalhete tocou esse ponto, é uma análise financeira, é uma análise de instrumentos de política pública, é uma análise de exequibilidade, é uma análise legal e se é, ou não, possível aumentar, ou diminuir, ou fazer o que quer que seja ao IMI.

Se isto fosse fácil não era para nós. Nós estamos aqui para fazer o que é difícil. Não estamos aqui para fazer aquilo que é importante agora, não, para daqui a quatro anos, mas para daqui a cinquenta, para daqui a cem anos. A nossa pegada tem que ser uma pegada positiva e nós podemos fazê-lo, basta um milagre que se chama vontade.

Posto isto, e para terminar, não me parece que haja impossíveis. Oliveira do Hospital está numa condição especialíssima para poder avançar com uma política destas porque temos o Cadastro feito, e para alguma coisa aquilo pode servir. Vai ser difícil? Vai, mas se fosse fácil não era para nós!

Antes que me esqueça, Na Moção onde menciono baldios aquilo que eu quero dizer, naturalmente, são terrenos florestais propriedade do Município ou das Juntas de Freguesia e sobre os quais podem atuar.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos ter que votar a Moção e ela pode ser votada na totalidade ou pode ser votada ponto a ponto.

Interpretando a discussão, proponho que a Moção seja votada ponto a ponto e coloco esta proposta à consideração da Assembleia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Vinha aqui apelar ao Deputado André que permitisse a votação ponto a ponto. Passo a explicar o meu caso concreto: Concordo genericamente com a Moção, tenho vontade de a votar favoravelmente, mas, no que toca à análise do impacto financeiro, parece-me que é uma questão que deve ser absolutamente fulcral e devia constar da Moção e, não estando, vou-me ver obrigado a abster-me que era uma coisa que não queria. Ou seja, se a Moção for votada ponto a

ponto eu votarei favoravelmente todos os pontos e abstenho-me apenas no ponto que tu entendeste não alterar. Se a quiseres votar por inteiro eu vou-me ver obrigado a abster-me que era aquilo que eu não desejava.

Venho fazer-te este apelo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“A Moção é uma coisa simples, os quatro pontos são relativamente inócuos. Isto é uma tomada de posição e, acima de tudo, é uma escolha. É uma escolha do Município, é uma escolha da Assembleia Municipal, é uma escolha de todos os presentes. Quem está de acordo com a tomada desta posição vota a favor e quem não está vota contra e quem se quiser abster abstém-se, a vida é feita de escolhas e os pontos são inócuos.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É assim, vai-me desculpar mas nós quando votamos escolhas temos que nos rever na forma como as escolhas estão expressas.

Portanto, aquilo que disse o Deputado João Ramalhete, eu subscrevo por inteiro, e repare, na fase da vida que estou, com os meus quase sessenta e sete anos, não faço determinado tipo de condescendências porque acho que nós, na mesma forma que devemos pugnar pela defesa do ambiente, e, já disse há pouco, devemos ser realistas. As bandeiras são importantes, e foram importantes, e continuam a ser importantes mas, mais do que as bandeiras, é a capacidade de concretização, porque aqui também há uma questão de credibilidade. Eu não vou votar favoravelmente algo que eu sinto que não tem condições de exequibilidade.

O Deputado André falou no Cadastro, e Oliveira do Hospital tem o Cadastro, mas, que eu saiba, só 60% das propriedades foram identificadas e 40% das propriedades continuam por identificar.

Em concreto, nós temos que ter a noção que esta medida do IMI vai ficar aqui e, na prática, não vai acontecer nada, e nós sabemos, por tudo o que aqui já foi dito, não vai acontecer nada.

Portanto, eu também me vou abster. Se a medida do IMI fosse reformulada, por exemplo, eu votaria a favor, ou se fosse votado ponto a ponto, eu abstinha-me no ponto do IMI.

Volto a elogiar a sua iniciativa e esta discussão que estamos a ter é importantíssima. A sua iniciativa é meritória, a Assembleia Municipal vir a aprovar uma Moção é importante, é um sinal claro.

Agora, sejamos coerentes, e as pessoas têm que se sentir confortáveis a votar. Estávamos a tentar encontrar um texto que pudesse ter o máximo de adesão, é só isso. A prerrogativa é sua, o Senhor é que é proponente.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Muito rapidamente, completamente apartidariamente, e por estar do lado da barricada do Deputado André e da proposta, e faço-o porque acho que tenho algum crédito político para isso, pelo facto de ter sido o Deputado que tem andado a bater nisto nos últimos três anos. Felizmente, e promovido pelo Deputado André, falámos nisto hoje.

Acho que a questão do IMI é fundamental na proposta do Deputado André mas o Deputado João Ramalhete teve ali uma expressão interessantíssima e que faz todo o sentido e outros apontamentos do Sr. Presidente e que é, Municipalização da Florestal. A questão do IMI, tal como o deputado André disse e tal como se fez em Lisboa com os prédios urbanos, pode ser feita nos prédios rústicos.

Isto que nós estamos aqui a votar é o início de uma grande reforma florestal no Concelho de Oliveira do Hospital que tem que ser efetuada sempre onde não há iniciativa privada tem que ser pública e portanto, ela tem que partir do Município. Muitos desses prédios rústicos podem vir a reverter para a posse do Município de Oliveira do Hospital e só assim é que nós vamos conseguir fazer uma reforma florestal consentânea, concreta e consistente.

E mais, como a Sra. Presidente da Assembleia Municipal disse, e bem, só 60% do Cadastro está concluído. Isto é, tal como o especialista Pedro André do Amaral disse, e aqui vou-me repetir, como já aqui o disse em várias intervenções nesta Assembleia, 40% do território florestal é omissa. Nesses 40% é passível a autarquia intervir nesses 40%, juridicamente isso é possível e, concordando com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, há aqui duas ferramentas que são utilíssimas e que são o Emparcelamento Florestal e as Zonas de Intervenção Florestal. Estas duas ferramentas são aquilo, e aí é um trabalho de sapa que a Câmara Municipal terá de fazer junto desses proprietários a tentar sensibilizar esses proprietários porque só através desse Emparcelamento Florestal, através de constituições de Zonas de Intervenção

Florestal coerentes é que se pode explorar economicamente e sustentavelmente esses territórios florestais. Nos 60%, e entra a questão do emparcelamento mas nos outros 40% e nas pequenas propriedades, onde o Deputado André disse, e muito bem, que os proprietários não conseguem intervir porque não têm meios para tal, tem que caber ao Município conseguir intervir. E, meus amigos, também há fontes de rendimento e fontes de financiamento, e aproveitando a deixa da Sra. Presidente da Assembleia, na Europa o PRODER, o Programa de Desenvolvimento Regional dos Fundos de Coesão, o Fundo de Solidariedade servem para isso mesmo.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado João Esteves, que é o nosso especialista de questões fiscais e que tem a ver com o seguinte: Quando um proprietário não paga o IMI e o IMI se acumula e a propriedade depois é executada ela não vai para o Município? Acho que ela vai para o Estado. É verdade, ou não? Não vai diretamente para o Município, não municipaliza. Pode ir para outro proprietário que a compre. Pode ser a Câmara a comprar mas é preciso ter meios, etc, etc.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não sei se sabem, mas, tem havido proprietários a tentarem oferecer propriedades à Câmara Municipal mas, geralmente, são coisas que não interessam ao Município. Também é preciso dizer a verdade, interessa ao Município se for uma quinta grande onde se pode fazer uma reflorestação porque uma quelha, com cinquenta metros quadrados, só traz despesa. Temos levado estes assuntos a reunião de Câmara Municipal e temos dito que não.

Também, como disse o Deputado João Esteves, a Câmara Municipal tem o direito de poder comprar as propriedades que vão a hasta pública. A verdade é que, até agora, não houve nenhuma quinta que nos interessasse porque as grandes quintas não vão a hasta pública e o que vai são pequenas propriedades que não nos interessam porque teríamos que dispersar os meios e a Câmara Municipal não tem recursos ilimitados e, por isso, não vamos ficar com propriedades com dois metros quadrados para depois não termos capacidade de as cuidar.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Como já aqui foi dito, acho que foi uma discussão extremamente meritória e temo que tenhamos andado aqui a discutir durante não sei quanto tempo à volta de uma proposta que afinal de contas, se lida, a proposta, tal e qual ela está, não levanta estas questões.

Aquilo que diz, o ponto dois, e eu estou ciente de todas as dificuldades que apresenta a proposta que aqui está, e a todos os níveis. Desde a capacidade da Câmara Municipal de gerir eventuais terrenos dos quais se possa vir a assenhorar por força do que quer que seja e há aqui muitas situações.

Agora, aquilo que o Deputado André aqui refere relativamente à questão do IMI é: *“Propor à Câmara Municipal a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados”*.

Propor a análise da possibilidade. É o que está aqui em causa, meus amigos. Do meu ponto de vista, resolvia, se calhar, quarenta minutos de discussão.

Meus amigos, eu vou votar favoravelmente a Moção.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, com todo o devido respeito, e não quero com isto imiscuir-me com a forma como está a dirigir os trabalhos, não é essa a questão. O Deputado André apresentou uma proposta e estamos à uma hora a falar sobre a proposta, é um caso que, se calhar, até merecia que estivéssemos mais tempo mas é uma Moção, com virtudes, com defeitos, é uma Moção. O ponto de celeuma do IMI é uma análise, e não é mais do que isso, e por isso, como ponto de ordem à Mesa acho que se deve proceder à votação e não a uma interrupção dos trabalhos.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É a sua opinião, Sr. Deputado Rui Fernandes, muito obrigada.

Eu interrompo os trabalhos por dois minutos para haver uma ponderação.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos retomar os trabalhos e vamos passar à votação da Moção pelo Combate às Espécies Arbóreas Invasivas no Concelho de Oliveira do Hospital apresentada pelo Sr. Deputado André Pereira.

Peço ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal que releia a Moção apresentada”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“MOÇÃO PELO COMBATE ÀS ESPÉCIES ARBÓREAS INVASIVAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de setembro de 2020, delibera:

1 - Manifestar o repúdio desta Assembleia para com todas as plantações de eucalipto que tenham sido executadas sem o parecer positivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

2 - Propor à Câmara Municipal a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados.

3 - Propor à Câmara Municipal o desenvolvimento de um plano sistemático de remoção de eucaliptos, pinheiros e acácias dos terrenos florestais propriedade do Município ou das Juntas de Freguesia e subsequente introdução de folhosas.

4 - Propor à Câmara Municipal a execução de uma campanha de sensibilização da população sobre os riscos, malefícios e legalidade do plantio de resinosas."”

Efetuada a votação, a Moção pelo Combate às Espécies Arbóreas Invasivas no Concelho de Oliveira do Hospital, foi aprovada por maioria, com dezassete abstenções e um voto contra.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me na votação desta Moção por não concordar com a redacção do Ponto dois. Não concordo com a redacção do Ponto dois porque me parece que uma análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados não é, neste momento, exequível. Além do mais, dá um sinal que pode ser interpretado como penalizador para os pequenos proprietários dos terrenos.

Portanto, considero, por essa razão, que não é viável. Acho que uma medida de penalização ao nível do IMI faz sentido a nível do País e não a nível do Concelho de Oliveira do Hospital. Os proprietários do Concelho de Oliveira do Hospital não têm que ser penalizados numa matéria destas porque já têm muitas penalizações.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Pelas declarações que já fiz anteriormente não sou totalmente de acordo com a proposta. Não é por isso que estou a tirar o mérito à proposta mas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal disse, e muito bem, e é o que eu penso também, mesmo com a possibilidade de um estudo de aumento de IMI por parte da Câmara Municipal que implique, eventualmente, alguma obrigatoriedade do agravamento do IMI. Não pretendo, sinceramente, nem como Presidente da Junta, nem como Presidente da Comissão Política do Partido Socialista, que isto vá para a opinião pública e que as pessoas fiquem com uma ideia errada daquilo que a proposta contém. Aquilo que, seguramente, um dia destes irá passar, e que as pessoas irão dizer, é que nesta Assembleia Municipal foi apresentada uma proposta por parte de um Deputado do Partido Socialista para o agravamento do IMI dos prédios rústicos que estão ao abandono e é essa ideia que eu não quero e, por isso, abstive-me quanto a esta proposta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me porque não estou de acordo com o aumento da taxa de IMI. Também foi dito que a Câmara Municipal toma posse dos artigos rústicos de quem não paga. Na semana passada os Presidentes de Junta tiveram uma reunião na Câmara Municipal e foi dito que não há capacidade para dar

manutenção aos caminhos rurais e como é que a Câmara Municipal vai tomar conta das propriedades privadas? Isto é um contra senso!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei contra por uma razão extremamente simples. Não voto contra a ideia e o conceito em si mas voto contra o conteúdo. Eu já trouxe aqui o assunto dos eucaliptos mais do que uma vez e o que eu pretendia era que a Assembleia Municipal pudesse formular um documento que tivesse peso e que pudesse ter algum impacto. Estarmos a fazer um documento só por fazer, e que não reúne consensos, e que não tem grande conteúdo, acho que não vai resolver grande coisa. Acho que este assunto merece um debate mais profundo desta Assembleia Municipal e daí poder nascer alguma Moção com algum peso e com bastante conteúdo que possa ter impacto. Quando eu ouço, aqui, comparar a floresta com prédios devolutos em Lisboa, acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Estamos a falar de coisas completamente diferentes e só quem não percebe nada de floresta é que pode dizer uma coisa destas.

Acho que era importante pararmos para pensar, isto também já está assim há tanto tempo, e se adiarmos isto por mais algum tempo e podermos discutir isto com alguma profundidade para podermos contribuir para a construção de um documento sólido, acho que fazia todo o sentido e poderíamos tirar algum proveito.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me e disse na minha intervenção inicial que não teria problema nenhum em votar favoravelmente esta Moção, e apelei ao Deputado André para alterar a Moção. Isto não que dizer que não concorde com o conteúdo dela mas não concordo com o ponto do IMI e, por isso, abstive-me. Mas penso que esta Moção faria todo o sentido que fosse votada por unanimidade, e teria outro impacto, e, por isso, o meu apelo ao Deputado André para alterar o ponto dois mas, como não o fez, na minha consciência entendi que devia abster-me nesta votação.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente esta Moção porque concordo com todos os pontos, nomeadamente aqueles que são alvo de discórdia. O que aqui foi proposto foi uma análise e, não podemos propor a votação das conclusões de uma hipotética análise, hoje, porque elas não existem. Se estamos a votar a análise, haveremos de ter a possibilidade de analisar as conclusões desta análise e, depois, podemos concordar com elas, ou não.

Que não haja aqui equívocos: O que hoje se votou, aqui, foi a solidarização desta Assembleia Municipal com o trabalho que o Executivo Municipal tem feito para desfazer o atentado ecológico aprovado pelo PSD e CDS.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte declaração de voto:

“Excelentíssima Edilidade, caríssimos Deputados, a vida é feita de escolhas. Hoje a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital optou pelo progresso do Concelho de Oliveira do Hospital. Hoje, Oliveira do Hospital, pode vir a ser um Município pioneiro daquilo que deve ser o futuro da Nação Portuguesa no que toca a território florestal.

E digo mais, Portugal é um dos poucos países em todo o ocidente em que a esmagadora maioria do território florestal é privado. Aliás, 95% do território florestal é privado e apenas 5% é público, e até será menos do que 5 %, até estou a ser benévolo para a parte pública. Quando temos países, nomeadamente como o Reino Unido, com mais de 60% de território de floresta pública, pois, só assim se pode executar um programa e uma reforma florestal consentânea com o que são as preocupações da população, com aquilo que é a preocupação ambiental, e com aquilo que pode ser também o progresso económico do Município.

E mais digo, Deputado André, não sou apenas a favor da análise do agravamento do IMI. Eu sou a favor não só da análise mas também da execução desse agravamento do IMI para essas propriedades porque só assim é que podemos, mesmo, não só passar de vontade política para ação política.

E, meus amigos, nós estamos aqui para a ação política, não é apenas vontade política nem devaneios ideológicos.

Deixo a total disponibilidade do CDS-PP para a criação de uma comissão *ad hoc* para acompanhamento da execução desta Moção que foi, felizmente, aprovada.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me na votação da Moção devido ao ponto dois e acho que há aqui uma questão que não nos devemos esquecer: Os incêndios foram em outubro mas nós continuamos a viver a realidade dos incêndios de outubro. Temos tantos proprietários que foram tão prejudicados com aquilo que se passou, e que, hoje, ainda é uma realidade, porque é devido aos incêndios que muitas das propriedades estão abandonadas. Realmente, algumas propriedades arderam e não foi porque não estavam limpas. Arderam porque arderam!

Acho que não se deveria tratar esta questão do IMI de forma tão linear. Há que termos um bocadinho de sensibilidade perante estes proprietários e, se calhar, aprofundar um bocadinho a realidade desta questão porque muitos deles não terão as propriedades abandonadas porque lhes apetece.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Fico contente por, hoje, a nossa Assembleia Municipal ter contrariado uma das principais tendências da política Portuguesa e que é arranjar problemas para as soluções em vez de arranjar soluções para os problemas!

Fico muito contente por termos aprovado esta Moção que envolve uma análise da Câmara Municipal e, como o Deputado Tiago disse, depois poderemos ver os resultados dessa análise.

Da minha parte tenho a mesma posição que o Deputado Nuno Rafael. Sou totalmente a favor do agravamento do IMI para quem não trata os seus terrenos, podendo até haver alguma isenção para quem não possa mesmo mas, por princípio, sou totalmente a favor. Porque, como o Deputado André disse, nós podemos proteger o proprietário ou podemos proteger a propriedade. Eu opto por proteger a propriedade, proteger o Estado Português e o Concelho de Oliveira do Hospital.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei a favor por duas razões fundamentais. A primeira é porque o ponto dois propõe à Câmara Municipal uma análise da subida do IMI e portanto, com

certeza, que a Câmara Municipal vai analisar muito bem porque nós temos confiança em quem está à frente da Câmara Municipal.

A segunda razão é porque esta Moção é uma chamada de atenção. Não haja dúvida nenhuma que só com um documento muito sério, muito bem elaborado, para levar a outras instâncias para podermos tirar melhores conclusões e, talvez, ser mais visto perante as autoridades daquilo que nós desejamos. Este documento tem que ser estudado, feito por várias pessoas, e escutadas várias opiniões das pessoas que estão mais por dentro do que é a floresta.

Portanto, foi por estas razões que eu votei a favor.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte declaração de voto:

“É a votação mais complicada que eu tive nesta Assembleia Municipal. Neste caso eu sou a favor da proposta exceptuando o IMI. Transformou-se um assunto municipal que deveria ser apartidário e isto vai transformar-se num problema político porque vai ser mal interpretado e aproveitado pelas forças negativistas do Concelho. Eles vão escrever que foi aprovado o aumento do IMI pela Assembleia e vocês vão ver o resultado disto a curto prazo.

Vim aqui lamentar-me pela quantidade de plantação de eucaliptos que existe na minha Freguesia. Sou perfeitamente a favor de todas as propostas que o Deputado André fez porque são meritórias mas transformar um problema apartidário num problema que vai ser um problema político, isto vai cair, sei eu, em quem é.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Embora seja uma proposta para ficar em análise a minha abstenção tem a ver com o aumento do IMI e contra a remoção do pinheiro bravo que é aquele que melhor se dá na minha Freguesia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte declaração de voto:

“Como anunciei eu absteve-me e é uma coisa que não gosto de fazer porque era uma Moção com a qual genericamente concordava. De facto, o segundo ponto, na forma como estava redigido, continua a deixar-me dúvidas e,

como o meu colega e amigo Rui Monteiro aqui veio esclarecer, não é uma dúvida meramente jurídica ou de interpretação literal daquilo que lá estava escrito, eu tenho sérias dúvidas do ponto de vista político e da exequibilidade daquele ponto.

E, deixem-me que vos diga, a forma como aquele ponto está redigido coloca sobre o Executivo Camarário um ónus que me parece profundamente exagerado e desproporcional. Se o Executivo Camarário concluir pela subida do IMI a generalidade dos Deputados virá dizer que em tempo de pandemia, depois do 17 de outubro e no actual ciclo económico, as famílias de Oliveira do Hospital não têm condições para suportar a subida do IMI. Se, por ventura, a conclusão deste Executivo Municipal for de manter o IMI e se voltar a arder o nosso Concelho, nós vamos dizer que a responsabilidade é deles. Isto, meus amigos, parece-me absolutamente inaceitável.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Finalizada a discussão e votação da Moção vamos retomar as intervenções respeitantes ao Período de Antes da Ordem do Dia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui três pequenos assuntos que gostava de ver esclarecidos e, por isso, falava directamente para o Sr. Presidente da Câmara Municipal. É o caso que já há tempos vim aqui falar, nomeadamente sobre os passeios da Rua Dr. Adelino Júnior Mendes de Abreu que estão totalmente degradados. A única coisa que fizeram foi junto às árvores, escavaram um bocadinho, partiram as placas de cimento que lá havia, mas aquilo ficou mal. Acho que é uma coisa que a Câmara tem que rever porque aquela rua tem muito movimento porque dá acesso a um supermercado de Oliveira do Hospital e as pessoas passam muito ali a pé. Acho que é conveniente arranjar uma solução para aquela situação.

Outra coisa que eu também queria falar era sobre a Casa da Cultura. Queria saber qual é o ponto da situação porque parece que as obras estão muito lentas. Gostava de saber quando é previsível aquela obra acabar e entrar em funcionamento a Casa da Cultura?

Outra coisa que também me preocupa, e porque passei lá há pouco tempo, são os caminhos dos castros que ligam aquela parte do alto de Nogueira à capela de São Sebastião da Bobadela. Aquilo era uma zona, antes do incêndio, muito

aprazível porque tinha muitos pinheiros, muita sombra, tinha bons caminhos. Eu pratiquei lá muita corrida e no verão era uma zona muito agradável. Agora não tem pinheiros e andaram a cortar aquela madeira seca e os caminhos ficaram totalmente degradados. Há ali uma parte pedonal que faz parte das Aldeias do Xisto e era interessante que aquele caminho fosse arranjado antes de começarem as chuvas do inverno.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me, antes de ir aos assuntos que aqui me trazem, hoje, fazer um breve ponto prévio, e peço apenas uns segundinhos à Mesa, para deixar uma sugestão, ao contrário do Sr. Prof. João Dinis, eu estou com esse espírito. Quando se critica alguma coisa devemos apresentar alguma solução. É assim que eu vejo a política.

Achamos que em tempos sensíveis, como os que estamos a viver actualmente no mundo, e particularmente no nosso país, cujos números estão a subir em virtude da pandemia, achamos que estas Assembleias deveriam realizar-se num modelo diferente sem ser 100% presencial. Uma alternativa seria um regime misto ou híbrido em que, por exemplo, quem quisesse estar presencialmente o poderia continuar a fazer mas que, ou por ser uma pessoa de risco, ou por vir de uma zona do País considerada de maior risco, como é o caso de Lisboa, Porto ou Coimbra, pudesse assistir às Assembleias via *on line*. Teríamos duas vantagens, do nosso ponto de vista, por um lado, preservar a saúde pública e, por outro lado, a nível de custos e a nível ambiental, também seria uma mais-valia, uma vez que quem quisesse assistir via *on line* não teria direito às ajudas de deslocação. Por mim falo, tal como outros Deputados que vêm, por exemplo, de Lisboa, e não estou totalmente confortável com esta situação de poder vir aqui infectar alguém podendo estar assintomático. E até porque a primeira experiência que foi feita 100% via *on line* nem correu assim tão mal. E, modéstia à parte, também acho que tenho alguma legitimidade para falar nesta questão dos custos de deslocação visto que, desde o primeiro dia que entrei nesta casa, e subentenda-se Salão Nobre, faço questão de não receber essas mesmas ajudas porque faço questão de manter aqui a minha morada para este efeito.

Feito este parêntesis, gostaríamos, então, de entrar propriamente nos assuntos que me trazem aqui e partilhar alguns apontamentos, nomeadamente felicitar todos aqueles que concluíram recentemente os estudos no Ensino

Secundário e que receberam o seu merecido diploma. A todos, votos de muito sucesso nesta nova etapa.

Registamos, ainda, como positivo, a requalificação da zona junto à Central de Camionagem onde foram criados cento e cinquenta lugares de estacionamento. É uma mais-valia para todos. E, já agora, sobre esta requalificação, achamos que poderia ter sido aproveitada esta oportunidade para a implementação de um sistema de bicicletas partilhadas. Isto é, os automobilistas deixavam ali o seu automóvel, em vez de o levarem para o centro da cidade, e poderiam levantar nesse estacionamento a sua bicicleta para fazerem as suas tarefas. Até porque sabemos que pretendem avançar com os parquímetros na cidade. Deixamos aqui esta sugestão que pensamos ser uma mais-valia, e até o Executivo podia ir um pouco mais além nesta matéria e alargar estas bicicletas partilhadas a outras zonas do Concelho não muito distantes da Cidade como, por exemplo, a Bobadela, a Catraia de São Paio, Lageosa ou mesmo Gavinhos, cujos residentes nessas áreas poderiam muito bem vir de bicicleta ao centro da Cidade. Fica esta ideia.

Dito isto, gostaríamos também de colocar algumas questões ao Executivo, nomeadamente, foi prometido em campanha eleitoral que as casas devolutas nas nossas Freguesias iriam ser recuperadas de forma a devolver a vida às aldeias despovoadas no nosso Concelho. Passados sensivelmente três anos gostaríamos de saber qual era o ponto de situação e também como está a criação do Clube de Empresários que foi prometido?

Também prometido foi a cobertura do saneamento e gostaríamos de saber qual é a percentagem que está actualmente abrangida no nosso Concelho. Foi-nos feita a promessa de que chegaríamos aos 96%. Gostaríamos de saber o ponto de situação?

Para finalizar quanto a questões, gostaríamos também que nos fosse dado um esclarecimento, e também já foi referido nesta Assembleia, como é que está a ser feita a monitorização e o rastreio do Covid, nomeadamente nas nossas IPSS e no Lar da Fundação que, como sabemos, são críticos. Achamos que é deveras importante a rotina da testagem regular, em especial de funcionários, e não apenas quando aparece um caso positivo.

Chamamos ainda a atenção do Executivo para a Estrada Nacional 17, que ainda recentemente foi intervencionada mas, temos assistido, nomeadamente na Catraia, a uma falta de escoamento de águas pluviais e quando chove criam-se ali autênticas piscinas galgando passeios e colocando mesmo em perigo os peões e automobilistas.

Por falar em estradas, referir também, aqui no centro da cidade, junto à Agro-Neves que aquela estrada está a ficar uma lástima.

Finalmente, gostaríamos de partilhar uma outra proposta, e desafiamos desde já o Executivo a olhar com atenção para a mesma. Trata-se da criação de uma nova medida social municipal que visa compartilhar o pagamento de parte da renda para todos os agregados familiares que tenham tido perda de rendimentos comprovados durante esta pandemia. Será, certamente, uma medida bastante útil, no nosso entender, e de uma repercussão social muito importante. Gostaríamos que fosse tida em conta esta proposta e aqui fica mais esta sugestão.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Oliveira do Hospital, na última década, teve um desenvolvimento social e económico significativo. Para o confirmar basta olhar para as exportações, para os salários e para os números do turismo, o que é o resultado de políticas de progresso implementadas por este Executivo.

Contudo, e apesar da forma como estamos a ultrapassar esta pandemia em termos sanitários, é evidente que os impactos sociais e económicos desta crise serão significativos no Concelho, impondo-se uma reação coletiva.

Assim, é notório que o futuro, pela profunda alteração das circunstâncias no presente, necessita de uma estratégia e de uma unidade de missão ancoradas nas capacidades que o Concelho adquiriu na última década.

A estratégia de futuro de Oliveira do Hospital deve estar alinhada com a estratégia do país e contribuir para a autonomia estratégica da nação. Nesse sentido, gostaria de enunciar algumas daquelas que considero serem as prioridades da para o futuro do Concelho:

As pessoas são o princípio e o fim da ação política, pelo que têm naturalmente de ser o centro de qualquer estratégia. No atual contexto será absolutamente prioritário prestar atenção aos mais vulneráveis como os idosos, as pessoas com deficiência e todos os que estão ou caem na pobreza.

Os jovens são um elemento essencial do futuro, na medida em que permitem contrariar a desertificação e garantir as capacidades cruciais do futuro como, por exemplo, a modernização das empresas, a inovação e a digitalização.

Concluindo, precisamos de novas políticas para a juventude e precisamos de juventude para as novas políticas!

Os Oliveirenses espalhados pelo país e pelo mundo devem mobilizar as nossas energias, uma vez que são parte de nós e nos permitem ampliar o substrato humano do Concelho com as vantagens culturais, económicas e sociais daí resultantes. É necessária a institucionalização da diáspora Concelhia.

O território é elemento essencial da nossa identidade e do nosso desenvolvimento, sendo crucial a valorização dos recursos endógenos, a defesa dos recursos hídricos e a constituição de uma floresta autóctone, tendo o Executivo implementado já medidas para este efeito.

A igualdade é a condição de futuro de um povo: Onde não há igualdade não há paz e não há sentimento de pertença. Para a igualdade é fulcral que o Município continue a promover e aprofundar uma política fiscal redistributiva e a inclusão social.

O desenvolvimento económico é um fator de progresso no bem-estar das pessoas e de combate à desertificação, pelo que o Município deve continuar a promover políticas promotoras da reindustrialização, exportações, produção de bens de alto valor acrescentado e de diversificação do tecido económico, destacando-se como essencial o processo já em curso da ampliação da zona industrial.

O Concelho tem hoje a geração mais qualificada de sempre, o que é também o resultado do investimento feito por este executivo na educação inclusiva, ao longo da última década, através, por exemplo, das bolsas de estudo e da defesa intransigente da ESTGOH que se deve a este Executivo.

É, contudo, preciso aprofundar este percurso de qualificações prestando atenção às pessoas que precisam de se requalificar para serem integradas no mercado de trabalho.

A inovação é uma condição de futuro, sendo vital, uma rede que ligue todas as estruturas com potencial de inovação (centros de investigação, estruturas educativas, empresas, etc.) e o uso das novas tecnologias para a resolução dos problemas do Concelho.

A digitalização é crucial para competitividade das empresas e para a construção de estruturas inteligentes que permitam alcançar eficiência nas tarefas administrativas.

A energia é um fator crítico para o ambiente, para a sociedade e para a economia, pelo que é essencial conciliar a descarbonização e a descentralização, o que pode ser feito através da criação de comunidades locais de energia renovável com recurso, por exemplo, à energia solar.

A implementação desta estratégia depende de uma unidade de missão que inclua todos: Trabalhadores e empregadores, órgãos políticos e administração pública, estruturas educativas e estruturas de investigação, associações e setor social e solidário, profissionais liberais e empresas, emigrantes e imigrantes, jovens e idosos.

É na árdua tarefa de congregar os vários intervenientes numa ação global que as instituições políticas desempenham um papel fulcral. São os seus titulares, enquanto representantes do povo Oliveirense, que têm o mandato e a legitimidade de definir o rumo e mobilizar o Concelho.

Assim, tomei hoje, com humildade, a palavra para, num momento em que se avizinham dificuldades e desafios, reafirmar o meu compromisso com o povo de Oliveira do Hospital e apresentar contributos para uma estratégia ambiciosa, inovadora e futurista que nos permita manter a rota de desenvolvimento do Concelho da última década.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção prende-se com dois motivos muito simples. Fui abordado várias vezes nos últimos tempos por vários jovens com uma questão e, visto ser um Deputado Municipal e ter sido eleito por alguns desses jovens, sinto-me na obrigação de colocar aqui essa questão. Prende-se com a utilização da Biblioteca Municipal. É uma questão muito simples. Alguns destes jovens queriam saber o porquê da interdição das casas de banho? Este é o local para ver esta questão respondida.

A outra questão é mais uma sugestão, uma sugestão que também é simbólica. Acho que é relevante para que as pessoas de Oliveira do Hospital também percebam que há alguma sensibilidade por parte da Assembleia Municipal e também por parte do Executivo. Gostaria de aproveitar o papel do nosso Presidente da Câmara Municipal como Presidente da CIM para também fazer chegar às mais altas entidades que a gestão da pandemia não deve, e não pode, ser feita da mesma maneira em Oliveira do Hospital e em Lisboa. Tenho proximidade com alguns comerciantes, com alguns empresários, nomeadamente os empresários dos bares e outro tipo de empresários, que vêem a sua actividade altamente prejudicada pelos efeitos da pandemia e também pela legislação que tem vindo a ser aprovada. Bem sei que a Câmara Municipal tem feito todos os possíveis para permitir que esses empresários tenham as melhores condições possíveis dentro das condições que se podem oferecer. Mas, mais uma vez,

gostaria de aproveitar a sua posição que tanto nos orgulha como Presidente da CIM para fazer passar a mensagem às mais altas entidades: A gestão da pandemia, a gestão das medidas, não poder ser feita, não pode ser aplicada, da mesma maneira em Oliveira do Hospital e nos grandes centros urbanos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Trazem-me aqui algumas questões, e algumas já referi em Assembleias anteriores, no entanto, como estamos perto do fim do ano e possibilita que algumas delas possam ser incluídas nas obras a realizar pelo Município, venho novamente, relativamente ao Parque de Merendas do Senhor das Almas, referir que algumas das árvores têm sido atacadas por agentes biológicos que as fazem secar, e pergunto se haveria hipótese de repor algumas árvores. Por outro lado, tentar dar uma nova vida àquele parque até no âmbito da actividade física ou actividade lúdica. Eventualmente estudar a possibilidade de intervir naquele parque que poderia merecer outro tipo de atenção. Não quero com isto dizer que esteja ao abandono.

Referir também uma via de comunicação que já existe, embora em terra, que liga o Senhor das Almas até ao cruzamento do Vale Dona Clara. É uma via que é bastante utilizada por pessoas que têm propriedades agrícolas, algumas empresas têm também os seus estaleiros, e penso que seria de ponderar pavimentar essa estrada porque seria benéfico para toda a gente que a utiliza.

Ainda no âmbito das intervenções, quero referir um caso que eu sei que a Câmara está a financiar e a recuperar, e que é relativamente às Palheiras dos Fiais da Beira. Deixo aqui a sugestão, porque eu penso que é mais um local que mereceria um projecto de fundo que lhe desse mais ênfase e que expusesse mais a capacidade turística.

Relativamente a um percurso que tenho feito ultimamente também devido à minha vida profissional, que já foi aqui falado anteriormente pelo próprio autarca, e que é a ligação da Ponte das Três Entradas a Alvôco das Várzeas, onde há duas, ou três, derrocadas. É uma Estrada Nacional mas, se calhar, temos que fazer um pouco mais de esforço porque, na realidade, existem algumas derrocadas que com este tempo de chuva terão, certamente, tendência a agravar-se e seremos prejudicados.

No âmbito do combate ao Covid, não sei qual a possibilidade de o fazer, isto é apenas a análise e a identificação de um problema: Começou agora o novo ano lectivo, pelos horários que também faço, sistematicamente cruzo-me com as

crianças que vão até à escola e sistematicamente elas não usam máscara e vêm em grupos de dez, vinte, trinta. Não compete directamente ao Município mas penso que poderia ser algo a ponderar juntamente com a escola para tentarmos minorar porque, se até agora temos tido alguns sustos, se, por acaso, temos o azar de que haja algum contágio, podemos ter ali um problema grave pelo menos de alarme social.

Por último, uma questão que a mim me faz imensa confusão, também sei que não é o Município o culpado, mas penso que é a força que terá de dar voz a esse protesto: O Centro de Saúde, nestes dias de chuva, não tem condições mínimas para as pessoas estarem à espera. Esta última semana que tem estado a chover com bastante intensidade colocou essa situação ainda mais a nu, ou seja, facilmente encontramos ali trinta, quarenta, cinquenta, pessoas que na realidade, neste momento, não têm condições de albergue ou de estar ali de alguma forma digna. Não estou com isto a culpar mas acho que temos de dar uma resposta e dar uma solução porque também se trata de dar dignidade às pessoas.

Há pouco não fiz declaração de voto, relativamente à Moção apresentada pelo Deputado André, mas vou deixar só uma questão que foi levantada nas declarações de voto: É a questão do possível aproveitamento político daquilo que foi hoje aqui votado nesta Moção.

Estou aqui eleito pelo PSD e enquanto membro do PSD local nunca na minha vida faria um ataque sobre uma proposta que acho que é do interesse de todos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Duas pequenas questões: É curioso, e hoje tivemos aqui, de facto, uma discussão que foi, de alguma maneira, longa, a propósito da Moção apresentada pelo Deputado André, e é curioso que as Assembleias funcionam de forma muito engraçada. Essa discussão fez com que se esquecesse completamente aquilo que tinha sucedido antes, com a intervenção do público. Curiosamente, estava a levantar-se uma pequena discussão e apagou-se essa questão. Eu, ainda assim, e até porque o Deputado Nuno Rafael abordou de forma muito acalorada, quase que tomando as dores do cidadão que aqui veio pronunciar-se, eu faço questão de também o fazer: É estranho que em tanto tempo de explanação jamais tenha sido feita uma pergunta à Câmara Municipal sobre aquelas questões em concreto e que estavam a ser denunciadas. Mais estranho ainda, ou não, é que o cidadão em causa escreveu para uma quantidade de instituições,

algumas delas com a competência sobre os factos que estavam a ser levantados, e nenhuma delas respondeu. Alguma razão tem de haver, ou, então, não! Mas isso é outra questão. Uma coisa curiosíssima, nota-se perfeitamente que as Eleições Autárquicas são daqui a um ano porque já se percebeu que começou a campanha eleitoral!

Começou a campanha eleitoral quando? Quando o Deputado Nuno Rafael aqui vem de forma desabrida “abrindo o peito às balas” pelo cidadão que aqui veio, só por uma razão, porque estava a dizer mal do Executivo Camarário, porque estava a dizer mal do Presidente da Câmara.

Portanto, é isto que interessa. Não interessa se têm razão, ou não têm razão, não interessa que o cidadão em causa tenha uma determinada cor política que, por acaso, nada tem a ver com a dele, o que interessa é que se diga mal do Executivo e do Presidente da Câmara Municipal!

Malandra da Presidente da Assembleia Municipal que até quase que destratou o Senhor!

Portanto, não deixa de ser extraordinária esta pequena situação!

Também se nota isto na intervenção do Deputado Eng.º Rafael quando fala, curiosamente, na questão da recuperação das casas devolutas das aldeias e perguntando e cobrando-se, aqui, claramente, de uma promessa eleitoral do Presidente da Câmara Municipal, então candidato. Parece que quinze dias após a eleição deste Executivo que não aconteceu nada! Parece que não aconteceu um incêndio devastador que ainda hoje se faz sentir. Parece que depois disso não aconteceram umas intempéries gravíssimas cujas consequências ainda hoje se fazem sentir e, portanto, o que interessa é cobrar aquilo que eventualmente foi dito que seria feito. Eu compreendo e gostaria muito, se fosse possível fazer isso, mas também compreendo que não tenha sido possível e compreendo que o foco do Executivo tenha sido outro que não esse: Incêndios, intempéries, Covid, resposta a problemas sociais, prefiro isso do que ver essas casas devolutas reconvertidas e, eventualmente, de novo habitadas.

Finalmente uma terceira questão que, se calhar, nem aqui teria cabimento mas que me parece claramente uma nuance política quando a pessoa em causa, ou o principal gerador desta questão, diz que a questão que aqui está é uma teia montada pelos políticos e, portanto, adquire aqui uma dimensão política que é fundamental que aqui se fale.

Já aqui vos disse uma vez, a propósito de uma outra questão e num outro contexto, que há uma coisa que me faz muita confusão e que é a falta de gratidão. A falta de gratidão, de facto, mexe comigo. E mexe comigo, por

exemplo, que algumas entidades não agradeçam aquilo que se tenta fazer de forma altruísta por elas.

Acho que é perfeitamente normal que se agradeça aquilo que se tenta fazer por nós. É perfeitamente normal que nós agradeçamos a alguém que vá tentar registar, ou registar, efectivamente, como marca comercial o nome de variadíssimos Órgãos de Comunicação Social que estão em circulação, alguns há décadas, e, curiosamente, um, pelo menos, há um século, há cento e vinte anos. É extraordinário que ninguém agradeça à pessoa em causa que regista estas situações e que, de alguma maneira, tenta evitar que algum oportunista venha apropriar-se do nome destas publicações. Acho que devia haver gratidão!

Eu tenho gratidão e agradeço, claramente, a todos os Órgãos de Comunicação Social, local e regional, nomeadamente estes, cujo nome foi de forma absolutamente vil usurpado por alguém que, com toda a franqueza, não merece sequer que o nome seja aqui referido e que por força de um expediente legal se tente apropriar daquilo que efetivamente não lhe pertence, nem nunca lhe pertenceu, e não se percebendo, ainda hoje, com que intenções.

E, como hoje é o dia das Moções, deixem-me dizer-vos: Venho propor a aprovação de uma Moção de Solidariedade para com os Órgãos de Comunicação Social que viram os seus títulos serem registados enquanto marcas comerciais, usurpando esses mesmos títulos em uso e em circulação há décadas, e um deles há um século, repudiando a atitude tomada independentemente de quem o fez e da motivação dessa mesma atitude.

Gostaria muito que esta Moção fosse aqui, hoje, aprovada por unanimidade. Acho que é o nosso dever, enquanto políticos locais, defendermos aqueles que são a nossa voz mas, sobretudo, são a voz de todos os que nos elegeram.

“Moção de Solidariedade com os Órgãos de Comunicação Social que viram os seus títulos serem registados enquanto marcas comerciais, sendo usurpados, quando estavam em uso e em circulação há décadas, e pelo menos um há mais de um século, repudiando a atitude tomada independentemente de quem e da motivação que esteja subjacente à mesma.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Deputado Rui Monteiro apresenta esta Moção de Solidariedade com os Órgãos de Comunicação Social Local e Regional e está aberta a discussão.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Só um pequeno esclarecimento: Penso que entendi bem e penso que a Assembleia Municipal também terá entendido bem. Deduzo pelas palavras do Deputado Rui Monteiro que esta Moção que está a apresentar à Assembleia Municipal será, por um lado, um voto de solidariedade para com os Órgãos de Comunicação Social que foram afectados e, por outro lado, será um voto de repúdio pela atitude da pessoa que tomou essa iniciativa de tentar registar em seu nome, abusivamente, esses mesmos Órgãos de Comunicação Social. No fundo, no essencial, eu deduzo que será posta à consideração da Assembleia Municipal um voto de repúdio perante esta atitude que foi tomada pela referida pessoa.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Dava aqui uma nota em seguimento do que foi dito sobre esta Moção: Penso que ultimamente, e relataram-me isso, não é só o registo de marcas da Comunicação Social. É o registo, por exemplo, de outros temas e de outras situações.

Acho que a Moção a fazer, segundo a minha sugestão, é o repúdio por tudo o que esta a acontecer no âmbito deste conteúdo. Ouvi há dias que havia um registo até em nome do Vale do Alva, por exemplo, e isso é que nós temos de repudiar. Parece que tudo serve para registar, para tirar benefício, para ter situações absolutamente complicadas e que nós todos temos que repudiar.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta Moção só queria referir o seguinte: Esta Moção que foi aqui apresentada, em princípio, está redigida no abstracto porque eu não sei quem são as entidades que foram registadas, não sei quem as registou e, por isso, na Moção deve constar isso para podermos analisar e votar em concreto.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Subscrevo esta Moção. Concordo com o Deputado Carlos Inácio e, por isso, esta Moção devia ser alargada porque não foi só a Comunicação Social,

houve outras marcas que também foram registadas. Temos quatro empresas de Comunicação Social que deviam ser mencionadas.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Concordo com o Deputado João Esteves. Acho que a Moção deve ser concreta. Devemos concretizar, sem medo, porque, de facto, as notícias que vieram a público são de Órgãos de Comunicação Social concretos, Órgãos de Comunicação Social que têm muitos anos de existência.

Esta Moção, se me permitem, um bocadinho à semelhança da anterior, também deve ser uma Moção que deve tentar recolher os contributos de todos para que seja, idealmente, votada por unanimidade. Porque o ataque à Comunicação Social é um ataque ao garante do Estado de Direito Democrático, é um ataque ao fiel da balança que hoje em dia é a Comunicação Social, é um ataque à forma isenta e impoluta de divulgar notícias, que hoje nos são favoráveis e amanhã nos são desfavoráveis, e nós temos que esta aqui, todos, solidários com quem faz o trabalhos deles e cobre estas Assembleias Municipais, corre o Concelho e o Distrito de lés-a-lés a divulgar as nossas necessidades e aquilo que de melhor fazemos.

Portanto, apelo a que o Deputado Rui Monteiro, tenho, de facto, a capacidade de colher, junto das diversas sensibilidades políticas, o melhor, para que esta Moção seja unânime.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“É verdade que qualquer cidadão ou empresa é livre de fazer o registo de marcas junto do Instituto Nacional de Propriedade Industrial mas, “onde há fumo há fogo”, e há determinadas ações que são, no mínimo, muito, muito duvidosas!

Como tal, eu não posso deixar de me associar a 100% a este voto de repúdio. Tentar registar uma marca deliberadamente e que já tem uma notoriedade, algumas delas, de décadas, e uma já com cento e vinte anos, foi, de facto, uma atitude que fica com quem a pratica e, parece-me, que nada o possa justificar. Portanto, esta Moção tem o meu voto de apoio a 100%.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas duas questões para clarificar um pouco isto: Não sou contra a Moção mas concordo com o que os Deputados João Esteves e João Ramalhete disseram: Ou clarificamos, e desculpem a brejeirice da expressão, e “tratamos os bois pelos nomes”, ou se é para deixamos a coisa no limbo, acho que não vale a pena. Ou, então, poderemos fazer, eventualmente, o contrário e que é apresentar uma Moção de Solidariedade para com todas as entidades que foram prejudicadas por essa pessoa que fez o registo de uma forma completamente abusiva. Isto é a minha opinião e não quer dizer que não me sinta à vontade para votar a favor da Moção com aquilo que se está a apresentar.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Da mesma forma que no início me solidarizei com o Município que aqui veio participar eu, solidarizo-me, agora, com o Deputado Rui Monteiro porque na política não pode valer tudo. Estamos em democracia e a verdade é que o individuo, do qual nós estamos a falar, não é a primeira, não é a segunda, já foram várias as vezes que lançou boatos e mentiras sobre o trabalho do Executivo desta Câmara Municipal e sobre o trabalho de outras entidades e isso não pode passar impune numa sociedade democrática e, portanto, o CDS-PP vota favoravelmente.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Devo-vos dizer que, apesar da Moção ter sido redigida agora, teve alguma razão de ser, a forma como foi colocada, e posso explicar porquê: Entendo que, efectivamente, esta questão é do domínio público e, obviamente, toda a gente sabe quais são os Órgãos de Comunicação Social que foram efectivamente usurpados.

Duas questões que eu aqui levanto: Eu, jamais colocarei na Moção que foi feito de forma abusiva porque aquilo que foi dito pelo Deputado André é verdade. Estes nomes não estavam registados enquanto marcas comerciais e não vale a pena virmos agora para aqui darmos uma lição de Direito Comercial e explicar o que é uma marca e quais são os direitos e deveres inerentes mas, a verdade é que não estavam registados e qualquer cidadão o podia fazer.

Aliás, era para terminar a minha anterior intervenção com um aviso ao Sr. Presidente da Câmara, e faça-o agora: Verifique junto do Instituto Nacional de Propriedade Industrial se, eventualmente a “Oliveira do Hospital” está registada

enquanto marca e, se não, registre. Verifique se “Câmara Municipal de Oliveira do Hospital” está registada enquanto marca e, se não, registre. Verifique se “Município de Oliveira do Hospital” está registada enquanto marca e, se não, registre. Cada um dos Presidentes de Junta deverá fazê-lo em relação à nomenclatura das vossas Freguesias.

Isto chega a ser absurdo e, estou a ridicularizar a situação, como é óbvio. Estou a ironizar! Mas a verdade é que “Vale do Alva” é uma designação que poder ser. “Serradura”, está no jornal, e que é um tipo de bebida, e foi feito!

Portanto, meus amigos, a grande questão que aqui está em relação a isto é uma chamada de atenção e porquê? Foi aqui dito de forma abusiva? Não, não foi de forma abusiva e qualquer um de nós, qualquer empresa o podia fazer. Desde que seja admissível no Código sobre a Propriedade Industrial e o vocábulo seja aceite enquanto tal e não haja um registo prévio, é passível de ser registado enquanto marca. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que um dia destes pode aparecer aí um boneco qualquer com a marca “Comarca de Arganil” ou “Rádio Boa Nova”, ou “Rádio de Arganil”, ou “Jornal Folha do Centro”. Isto pode acontecer.

Os Órgãos de Comunicação Social que estão em causa são a Comarca de Arganil, Jornal Folha do Centro, Notícias de Coimbra, Rádio Boa Nova e Rádio Clube de Arganil. Estes vocábulos foram registados enquanto marca comercial. Por quem? Por um individuo que eu não gostaria de mencionar na proposta por uma razão muito simples. Porque, segundo aquilo que vem no jornal A Comarca de Arganil de 17 de setembro de 2020, e terá sido referido numa conferência de imprensa dada por diversos elementos destes Órgãos de Comunicação Social, é referido que a pessoa em causa ameaçou processar judicialmente os Órgãos de Comunicação Social que tenham referido isto, sem dizer quem era ele. Ou seja, o que é que esta pessoa quer, meus amigos?

Eu não sei quais são as intenções últimas. Nós não sabemos qual é o último motivo, a última razão de ser, o último fundamento. Agora, há um que eu sei de certeza, é a necessidade de aparecer, a necessidade de palco e a necessidade de que falem dele, ainda que seja mal. A pessoa em causa é o Nuno Tavares Pereira.

Ainda assim, se entenderam que eu o devo colocar na Moção eu colocá-lo-ei, se entenderem que é dispensável eu dispensá-lo-ia, só por uma coisa, dói-lhe mais!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Hoje temos aqui uma Assembleia com uma série de situações não padronizadas. Compreendo a argumentação do Deputado proponente e compreendo quando ele diz que é sabido e que não vai citar o nome mas, daqui a uns anos, quem ler esta ata e quem vá ler esta Moção vai pensar que se estava a falar em código.

Acho que há um mínimo de identificação que tem de ter, se não for o nome do Senhor em causa, os Órgãos de Comunicação Social deverão ser referidos. Também tenho dificuldade em perceber se não se considera que é abusivo como é que se qualifica? Não é porque é legal uma determinada disposição que ela é necessariamente correta do ponto de vista ético e numa série de perspectivas.

Penso que o texto da Moção deve reflectir que não é uma coisa pacífica. Nós estamos aqui a qualificar, de alguma forma, uma atitude que é legal mas que é bizarra e inusitada. Portanto, pedia ao Deputado Rui Monteiro que faça uma redacção mais concreta.

Procurando integrar a sugestão de alguns dos Deputados Municipais que intervieram no período de discussão da proposta de Moção do Deputado Rui Monteiro, está aqui a redacção que passo a ler e que vamos por à votação:

“Moção de Solidariedade com os Órgãos de Comunicação Social Local e Regional, A Comarca de Arganil, Jornal Folha do Centro, Notícias de Coimbra, Rádio Boa Nova e Rádio Clube de Arganil, que viram os seus títulos em uso e em circulação há décadas, e pelo menos um há mais de um século, usurpados (por terem sido alvo de pedidos de registo enquanto marcas comerciais) pelo Sr. Nuno Tavares Pereira, independentemente da motivação subjacente aos mencionados pedidos de registo, repudiando tal atitude.””

Efetuada a votação, a Moção de Solidariedade com os Órgãos de Comunicação Social Local e Regional, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui dois assuntos agradáveis: Enquanto Lagarense, quero agradecer, e faço-o também em nome da Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Olga Bandeira, que não pode estar presente devido a compromissos profissionais, quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara

Municipal, ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, aos Srs. Vereadores, a toda a Câmara Municipal, a requalificação da Rua 21 de junho, em Lagares da Beira. Era uma obra que já andava a ser reivindicada há vários anos e vocês ouviram aqui várias intervenções sobre isso. Felizmente a obra está feita, há uns pequenos ajustes que ainda terão de ser feitos mas no essencial a obra está pronta. Agradecer, realmente, esta obra que deixa Lagares da Beira com mais dignidade.

O outro assunto é para enaltecer o trabalho deste Executivo, e tem que ser enalticado ainda mais porque este mandato foi atípico e, como já aqui referi numa Assembleia anterior, foi um mandato que teve os incêndios no ano de 2017, teve intempéries, tem agora esta pandemia e, mesmo assim, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo conseguiram executar um conjunto notável de obras e isso é muito importante. Para alguns que talvez não saibam do que estou a falar eu iria referir, aqui, as obras: Começava pela Igreja de São Pedro de Lourosa que está adjudicada a parte final; A Unidade de Saúde do Ervedal da Beira que foi concluída; A Escola Secundária de Oliveira do Hospital, que foi aberto novo procedimento; O Campus Educativo de Oliveira do Hospital, adjudicado; As Ruínas Romanas da Bobadela, em execução; A expansão sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, em execução; Os danos que foram provocados pelos incêndios, está concluído; A requalificação da Av. Dr. Carlos Campos está concluída; A requalificação do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas está em execução, ainda que um bocadinho lenta; A requalificação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano, em conclusão; A requalificação e beneficiação da área norte da Cidade, a ligação da Rua Eng.º António Campos ao Mercado Municipal, à Central de Camionagem, Bombeiros Voluntários e Av. Dr. Carlos Campos, em execução; A reabilitação do Bairro Social João Rodrigues Lagos, em execução; A requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital, não está iniciada, ainda, mas estão as verbas conseguidas; A requalificação do Parque dos Marmelos e margem ribeirinha da Ribeira de Cavalos, em execução; A criação do Centro Comercial ao ar livre, está adjudicado.

Isto, entre outras obras que foram feitas por todo o Concelho, é verdadeiramente notável num mandato desta natureza.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos informasse como é que foram conseguidas as verbas para estas obras e quem as conseguiu.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“No seguimento da intervenção do meu camarada Raúl Dinis queria deixar aqui umas notas e algumas reflexões. Neste último mandato tivemos muitos momentos de verdade que nos assolaram, foram momentos muito difíceis. Foram os momentos dos incêndios, das tempestades e agora do Covid-19. São momentos não esperados mas que nos “batem à porta”, são momentos nunca pensados mas que nos tocam. Mas há uma coisa que é importante: Temos momentos do dever cumprido quando sentimos que servimos os Oliveirenses e temos obra feita e temos satisfação no legado que vamos deixar. Isto deve-se a uma estratégia, dever de missão, servir os Oliveirenses, ouvir e ser ouvido, trabalho de equipa, e não é um trabalho de um homem só.

Voltando à questão que nos assola neste momento, e que é o Covid-19, gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e sabendo que têm sido tomadas desde março todas as medidas que estão ao nosso alcance e dentro das nossas possibilidades para minimizar os seus impactos, e que tem sido feito um trabalho muito intenso e forte junto da população, o que é que está a ser feito, concretamente, e como é que vamos enfrentar isto nos próximos tempos?

Reconhecer também o papel que estamos a fazer em conjunto com as IPSS e que é um trabalho de proximidade extremamente árduo e difícil.

Reconhecer o trabalho das nossas equipas de saúde, dos nossos médicos, dos nossos enfermeiros e dos nossos auxiliares, que todos os dias enfrentam esta pandemia.

Temos um Município, um Presidente de Câmara e uma equipa forte que sabemos que está sempre connosco para servir os Oliveirenses.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Duas questões que foram aqui colocadas e que trouxeram ao conhecimento desta Assembleia pelo Sr. João Dinis e que faço questão de trazer, aqui, também: Na União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira temos vindo a assistir já há uns tempos, e particularmente nos últimos anos, ao aparecimento de comunidades estrangeiras vindas de vários países que ali se instalam e, parte deles, devo dizer, porque ando por lá todos os dias e sei o que se lá passa, fazem minimamente o esforço de se integrarem na nossas comunidades locais. Há vários tipos de imigrantes que vêm para ali. Há

imigrantes que vêm porque gostam do ambiente em que estão inseridos, uns mais, ou menos, isolados, um, ou outro, dentro de zonas urbanas, mas a maior parte está fora das zonas urbanas, particularmente em zonas florestais, até porque as margens do Rio Seia e do Rio Mondego, não há dúvida nenhuma, são aprazíveis, e agora um pouco menos porque há menos vegetação, mas eles são tentados a instalarem-se por ali. Se nós temos algumas dessas pessoas oriundas, como eu disse, de vários países que se instalam meramente para usufruir da paisagem, usufruir de uma certa solidão, porque eles gostam de estar sozinhos e gostam de fazer a sua vida sozinhos, nesses locais. Há outros, como é o caso concreto que foi trazido aqui pelo Sr. João Dinis, e que foi objecto de queixa de uma pessoa de Fiais da Beira e que eu catalogaria, aqui, como uma pessoa sem escrúpulos, mas há lá mais, não é o único, e quando digo sem escrúpulos, digo-o porque foi exactamente à pala de negócios e de interesses financeiros com estes estrangeiros obviamente vão fazendo os seus negócios. Só que este individuo é um individuo ambicioso, sem escrúpulos, e, para além de já ter feito negócio com o caso concreto que o Sr. João Dinis aqui trouxe, quer ir mais longe, ainda! Quer obrigar aquela gente que ali se instalou, que não estão a criar problemas com ninguém, a adquirir outros terrenos à volta do dito complexo pelo preço que ele quer impor. O que se passa é exactamente isto! A queixa para a Câmara Municipal acontece, exactamente, por estas razões. Portanto, tudo isto não é inocente e tem outras envolventes por detrás!

Se, por ventura, aquilo é uma empresa, se está constituída legalmente no nosso país como uma empresa, tem CAE próprio nas finanças, está perfeitamente legal, desenvolve ali umas actividades para estrangeiros, e não só, mas o que se está a passar é isto, ao ponto de esse indivíduo os ter ameaçado recentemente com uma arma de fogo.

Bom, obviamente que eu tinha que denunciar isto porque o Sr. João Dinis veio aqui falar numas coisas, mas não fala nas outras, e é bom que desmistifiquemos toda esta questão que se está a passar.

Se, por ventura, há alguma construção que não esteja legal, a Câmara fiscalizou, e muito bem, e levantou os autos que teve que levantar e eles terão que apresentar um projeto daquilo que tenham feito e resolvem o problema. A actividade deles é pacífica.

Realmente isto já começa a cheirar a campanhas eleitorais e o Sr. João Dinis já anda na sua campanha eleitoral e, por isso, é que ele veio a esta Assembleia. Nós percebemos e eu percebo perfeitamente porque sei exactamente

o que se passa nas minhas Assembleias de Freguesia com o Sr. João Dinis. Quanto a isto não há dúvida nenhuma!

Sr. Presidente da Câmara Municipal, até porque foi um assunto trazido aqui pelo Sr. João Dinis também, e ele não deixa de ter alguma razão naquilo que aqui trouxe relativamente a duas ETAR, a ETAR de Vila Franca da Beira e a ETAR de Ervedal da Beira. São duas ETAR, uma delas já existe há mais de vinte anos e a outra há cerca de vinte anos, haverá ali uma diferença de cerca de dois anos entre uma e outra. Fazia uma sugestão à Câmara Municipal para que fizesse um estudo àquelas máquinas das duas ETAR porque poderá haver maquinaria mais recente, mais moderna, que possa também melhorar o desempenho daquelas duas ETAR.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Começo a minha intervenção com um assunto que o Sr. Deputado João Esteves falou e que tem a ver com os Castros. Não pode continuar a ser o Município a resolver problemas e danos que foram causados pelos privados. Antes de resolvermos este problema deveríamos saber quem foram os responsáveis que causaram aquele dano e imputar-lhes as devidas responsabilidades e os devidos custos pela reposição ou reparação do pavimento ou até de manilhas de encaminhamento de águas.

É um problema de sempre derivado a irresponsabilidades e também falta de fiscalização. Depois de realizadas as obras pelos privados, em que implica a cedência de mais-valias em termos públicos, e passados cinco anos e depois de terem uma licença de habitabilidade que lhes permite recuperar o seu investimento, acabam por não concluir as obras que deviam levar a efeito, entre as quais, parques de lazer, parques infantis, parques de estacionamento, e poderia enumerar um conjunto de mais-valias que depois não são concluídas. Dou como exemplo, e muito em breve vou construir um parque de lazer e um míni parque infantil num determinado loteamento, em que cabia ao investidor privado ter feito este investimento na altura, e já lá vão uns anos. E mais uma vez se vai investir erário público.

Outro assunto que vou falar tem a ver com a falta de iluminação pública. Há muitos atrasos na sua reposição. Sabemos que perdemos uma mais-valia e que era uma empresa de proximidade que de forma célere resolvia estes problemas de falta de iluminação pública. Hoje os atrasos na sua reposição são

mais longos. A EDP e outros grandes grupos preferem a centralização, abdicando de serviços de proximidade, e, afinal, isto é um contra-senso para o tipo de País que queremos.

Depois, queria deixar uma proposta/sugestão que tem a ver com o comércio local e até no âmbito do prolongamento deste período de contingência. Deixo a proposta/sugestão para a possibilidade de prolongar o espaço temporal das esplanadas que foram cedidas em espaço público. Proponho também a elaboração de um Regulamento específico para o efeito e proponho ainda a possibilidade de instalar coberturas sobre as esplanadas para esta época do outono e inverno até porque há a necessidade do cumprimento de distâncias e também a necessidade de salvaguarda económica deste comércio local. Outros países e outras cidades também aplicam isto.

Depois, um outro assunto mais sensível para mim, enquanto Presidente de Junta. Tem a ver com a abertura do ano lectivo, tem a ver com as próprias competências que as Juntas têm nos termos da Lei e, nomeadamente em termos de Primeiro Ciclo e Pré-Escolar porque cabe também às Juntas de Freguesia dar apoios. Não traria aqui este assunto se não me estivesse a preocupar o excesso e a lotação que há na Escola EB1 de Oliveira do Hospital.

Contudo, sabendo eu que em termos logísticos havia uma alternativa complementar a quatro quilómetros daqui, e falo em Lagares da Beira, com excelentes condições. Porque não se pensou nisso? Porque não termos lá parte destas turmas a leccionarem?

Eu, enquanto pai, estou preocupado e, como cidadão, tenho uma preocupação elevada em termos do cumprimento de todas as normas da DGS. Esperamos que não venhamos a ter nenhuma pandemia principalmente vinda de uma escola.

Não é fácil gerir, eu sei! São momentos críticos, são momentos sensíveis, mas havendo este espaço em Lagares da Beira, porque não, parte destas turmas, estarem em Lagares da Beira a leccionar?

Por fim, e para acabar, também é importante dizer isto: Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero relevar a sua capacidade proativa e persuasiva de levar a efeito um conjunto de várias obras, e as que ainda virão num futuro próximo, sendo elas, sem dúvida, mais-valias para a qualidade de vida de todos nós e também de quem nos visita. Falo num investimento de milhões de euros também só possível, logicamente, com a saúde financeira do Município. Oliveira do Hospital pode-se regozijar porque ao longo destes anos sempre foi bem vista, em termos de gestão financeira, como um concelho a seguir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui é para agradecer ao Município uma obra que não está referenciada nos grandes mapas mas para nós, Freguesia de Aldeias das Dez, é extremamente importante. É a requalificação do nosso Centro de Saúde.

O Centro de Saúde é vital para quem vive tão afastado de Oliveira do Hospital onde não faltam médicos e onde não faltam enfermeiros. Acho que foi uma mais-valia para Aldeia das Dez, e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos ajudou, porque temos que manter a todo o custo as Extensões do Centro de Saúde nas aldeias, nomeadamente no Vale do Alva, porque só assim poderemos ajudar a proteger os mais idosos.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Estão terminadas as intervenções do Período de Antes da ordem do Dia eu agora pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que desse os esclarecimentos às solicitações dos Srs. Deputados que considere convenientes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que esta Assembleia vai longa e se ficar aqui a responder a todos os Deputados de certeza que não acabaremos antes da meia-noite. Gostaria de responder de uma forma mais genérica, trazendo alguns assuntos de responsabilidade e mesmo que deixe de responder a algumas perguntas não é por mal. Gostaria de responder a todos até porque houve um conjunto de perguntas bem colocadas e não ouvi nenhuma pergunta, até da oposição, que não me tivesse colocado as coisas como deviam ser e nos interesses lógicos do Concelho e isso para mim é importante.

Relativamente ao Covid há sempre uma preocupação de um Presidente e da sua equipa. Há cerca de uma hora e meia tive conhecimento do aparecimento de um novo caso num lar em Oliveira do Hospital que me está a preocupar bastante.

Ao Deputado Nuno Rafael Dias quero dizer-lhe o seguinte: Percebi perfeitamente porque é que defendeu o Prof. João Dinis. Defendeu o Prof. João

Dinis por uma razão simples, porque depois vi, a propósito de uma proposta que fez, que comungam, mais ou menos, das mesmas ideias mesmo que elas não sejam corretas. Foi aquela proposta de nacionalizarmos as pequenas parcelas que estão abandonadas para fazermos um grande emparcelamento. Foi isso que foi aqui dito e, por isso, percebo que fizesse essa solidariedade com o Prof. João Dinis porque foi isso que aconteceu no Alentejo e foi isso que o seu partido combateu. Disse que o estado deveria ter posse e deu o exemplo de alguns Países que têm a floresta 60% nacional e só 40% é propriedade privada e depois percebemos.

Quando o Deputado Nuno Rafael Dias esteve a falar eu não o interrompi, é uma questão de educação. Eu não o interrompi, ouvi-o com atenção e o Sr. Deputado ouvi também com atenção.

Aquilo que eu lhe quero dizer é que a sua proposta não me admira mas eu não a defendo. O direito à propriedade privada está na nossa Constituição e é um direito das pessoas serem donos das suas propriedades. O que aconteceu no Alentejo foi nos tempos do PREC.

Mas deixe-me dizer, porque você solidarizou-se com aquilo que não se devia ter solidarizado, por uma razão: O Presidente da Câmara Municipal respondeu a todas as perguntas que foram aqui feitas pelo Prof. João Dinis. Respondi-lhe através dos serviços técnicos porque não tenho tempo para responder pessoalmente a todos os Municípios porque tenho outras coisas para fazer. Respondemos-lhe e ele devolveu e não queria esclarecimentos, disse que o estava a subestimar e a diminuir porque quem devia responder era o Presidente da Câmara Municipal. Percebe?

Relativamente a este assunto que envolve os estrangeiros eu mostrei que a pessoa que lhe dá as informações foi uma pessoa que ameaçou estes estrangeiros. Entreguei aqui os processos de Contraordenação e se o Prof. João Dinis estivesse preocupado vinha consultar os processos, como qualquer Deputado pode consultar, para saber se a Câmara Municipal fez aquilo que está legalmente exigido ou não. Isso é o que está aqui em causa. Não é por serem estrangeiros, ou não serem estrangeiros, o que tem a ver é com o cumprimento da Lei. Mas nós percebemos depois por aquele *mail* que eu li, e, por isso, podem-me meter em Tribunal que não há problema nenhum, onde as pessoas foram ameaçadas até com uma arma. Isto não é democracia, pode ser a democracia de alguns, democracia de alguns Países de partido único, e eu sou contra. Envenenam-se os opositores e aqui, outros, tentam envenenar a opinião pública. Eu sou contra esses regimes. Eu defendo a democracia, defendo o

sentido de responsabilidade pelos direitos mas também lhe vou dizer, defendo uma sociedade com deveres. Hoje num País como Portugal há muita gente só com a noção de direitos e muito pouca gente com a noção de deveres. Mas os deveres são importantes tal como os direitos das pessoas e é isso que eu defendo, e defendo a verdade e, por isso, vou-lhe dizer, não me deixo envenenar porque tenho honra e sei-me defender.

Por isso, digo-lhe, o Senhor pode-se solidarizar quantas vezes quiser com o Prof. João Dinis mas eu expliquei aqui o porquê de ele continuar a utilizar armas políticas, e pode-as utilizar e não é obrigado a concordar comigo, mas o que não aceito é que lance suspeições sem as concretizar porque depois uma pessoa não pode defender a sua honra, não há nenhum Tribunal que condene por parecer ou por lançar suspeições. Por isso quero dizer que me tenho sentido ofendido na minha honra. Eu tenho respondido a tudo e, por isso, entreguei aqui este processo.

Também expliquei aqui o processo dos peixes. O que é que ele queria? Ele queria uma indemnização.

Como disse aqui o Eng.º Carlos Maia, o amigo do Prof. João Dinis quer vender um terreno por um preço que o terreno não vale e os estrangeiros não lho compraram e a partir disso foi a guerra. O amigo do Prof. João Dinis vendeu um terreno aos estrangeiros e disse-lhes que o podiam construir todo mas na verdade não podiam e, por isso, têm dois processos de Contraordenação e têm dois autos de embargo. No processo está lá em quantos dias é que eu demorei a mandar a fiscalização e em quantos dias eu mandei fazer o embargo porque na Câmara Municipal cumpre-se com a Lei. Os tempos em que a Lei era para uns e para outros não havia Lei, esse tempo acabou. Seja para quem for temos que cumprir com a Lei e, como lhe disse, até quando as queixas são feitas por anónimos.

Por isso, meu caro amigo, um cidadão pode trazer aqui os seus assuntos que o incomodam mas tomar o lugar de qualquer Deputado Municipal ou substituir o Presidente da Junta da União de Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira ou a Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira não lho permito porque estas pessoas foram eleitas pelo povo e é o povo que eu tenho que respeitar. Também sabemos bem que o Partido Comunista diz que o voto é a arma do povo mas é o voto das maiorias não é o voto das minorias.

Sobre o Covid é importante dar aqui uma nota: Em primeiro lugar dizer que tem havido um bom trabalho coletivo dos diferentes parceiros. Começando pelo trabalho do Gabinete do Covid-19, quero destacar o trabalho do Eng.º Rui

Pina, do Eng.º José Carlos Marques e também de todos os outros técnicos. Também as Juntas de Freguesia e as IPSS têm feito um bom trabalho e, por isso, quero dar os parabéns a todos. Tem havido uma boa relação também com a Autoridade Pública de Saúde, com a Dra. Guiomar, Dra. Joana Miranda, Dr. Paulo Luís e o Dr. João.

Até há pouco tínhamos no Concelho três casos positivos nomeadamente em São Paio de Gramaços, Bobadela e Avô. Agora, temos um quarto caso positivo em Oliveira do Hospital.

Temos sessenta e quatro pessoas em vigilância ativa. O que é que quer dizer isto da vigilância ativa? Estas pessoas já todas fizeram teste e deram todos testes negativos mas ainda continuam em vigilância durante algum tempo para ver se aparecem alguns sintomas.

Tínhamos acumulados trinta e quatro casos. Agora são trinta e cinco. Tivemos um óbito.

Continuamos a fazer os testes Covid no Centro de Testes Drive no recinto da Feira à terça-feira, quarta-feira e sexta-feira e ainda abre quando existem necessidades urgentes. Toda esta celeridade na realização dos testes permite-nos ter resultados no dia seguinte o que é muito bom.

Posso dizer que no momento em que redigi este documento não havia qualquer cadeia de transmissão mas neste preciso momento já não o posso garantir porque este novo caso no Lar da Fundação foi detetado na sequência de um internamento em Coimbra. Neste momento temos um conjunto de pessoas para testar.

A Câmara Municipal, até agora, gastou com as despesas do Covid-19 perto de trezentos mil euros. Também é importante dizer isto.

Depois dar outras notas de uma forma mais genérica: Alguns Deputados falaram nos compromissos políticos e no programa que o Presidente da Câmara tinha mas isso é não perceber o que é que aconteceu. Nós traçámos um programa num mandato absolutamente normal. O que é que aconteceu, meus caros amigos? O problema dos incêndios, o problema das intempéries, agora, o problema do Covid. Tudo isto alterou, e tinha que alterar, as nossas prioridades. Não podemos abandonar as pessoas. Acho que fizemos aquilo que tínhamos que fazer. Aquela ideia da recuperação das casas das aldeias era uma das coisas melhores que nós tínhamos no programa mas a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não tem uma máquina de fazer dinheiro como também não tem o País e há muitas pessoas que acham que as Câmaras Municipais e os diferentes Governos têm máquinas de fazer dinheiro, que chove dinheiro, e

resolvem-se os problemas todos e isso não é verdade. Não tenho problemas de dizer que foi preciso reprogramar as promessas eleitorais, sem dúvida nenhuma.

Também houve alguém que perguntou como é que acontecem este número de obras. Tenho aqui o mapa das obras que estão a decorrer, que também posso dar à oposição, no valor total de vinte e um milhões, cento e cinquenta e oito mil euros.

Fizeram perguntas sobre a Casa da Cultura, sobre a Casa Amarela na Bobadela. Também devido a esta situação dos incêndios há obras em que só temos tido prejuízo e também tivemos algumas empresas que por dificuldades económicas criaram-nos alguns problemas como, por exemplo, na Casa da Cultura, como vocês sabem. Também como sabem tivemos que tirar à mesma empresa as obras da Escola Secundária que estão agora a decorrer com a construtora Santovaiense e as coisas têm corrido bem. A empresa está a passar dificuldades e o que nós queremos é que ela recupere mesmo que haja algumas coisas que tenha falhado connosco. Ajudámos a empresa para que ela não caísse e sinto-me confortável em ter feito essa defesa, sinto-me confortável porque acreditamos que até trinta e um de dezembro havemos de inaugurar a Casa da Cultura. A empresa não tem a culpa de tudo porque apareceram um conjunto de obras na parte antiga que não estavam no projeto. Fomos obrigados a fazer um projeto para resolver um conjunto de problemas e tivemos que lançar uma nova adjudicação. A Sra. Vereadora tem acompanhado a obra e as coisas até estão a andar e pensamos que a data provável para a inauguração será em trinta e um de dezembro. É tarde? É, mas é uma obra importante e a forma como ela vai ficar vocês vão gostar.

Quero dizer também que a obra na Escola Secundária correu pessimamente. O processo está em tribunal e será o tribunal a decidir quem tem razão.

Temos a obra na Zona Industrial e, como sabem, neste momento houve uma suspensão provisória por causa de uma expropriação. Uma pessoa pediu à Câmara Municipal seiscentos e cinquenta mil euros por um terreno com onze mil metros quadrados e a Câmara Municipal tem que expropriar e depois o Tribunal fixa o preço.

A obra da Zona Industrial, sem os terrenos, custa dois milhões, cento e setenta e sete mil euros. Os terrenos andarão perto dos oitocentos mil euros e ainda faltam dois terrenos que em princípio será o Tribunal a fixar o preço. Esta obra da Zona Industrial só tem de financiamento um milhão, cento e vinte

e um mil euros, o que quer dizer que o Orçamento Municipal está muito condicionado. Tive uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta e também lhes disse que o nosso Orçamento Municipal está muito condicionado.

Na Zona Histórica vai haver um investimento com verbas do Orçamento Municipal de mais de um milhão de euros.

Agora, sou sincero, espero recuperar parte deste dinheiro, é uma pena as obras não estarem numa fase mais adiantada, mas espero recuperar este dinheiro.

Alguém perguntou quem é que trouxe para aqui o dinheiro, mas eu não percebi bem a pergunta. Alguém perguntou quem é que trouxe este dinheiro e podemos ver quantos milhões de euros é que estão aqui nestas obras e nas outras. Por exemplo, a obra do Campus Educativo que está aqui neste mapa vai ter um custo total de cinco milhões, seiscentos e quarenta mil euros, sem o custo do terreno, e tem também uma comparticipação financeira de quatro milhões de euros e há dois milhões de euros que terão de sair do Orçamento Municipal, mas isto ainda poderá arranjar-se. Estou muito convencido que ainda arranjarei este dinheiro e que ainda conseguirei ir buscar algum dinheiro e alguma comparticipação, num trabalho de negociação, e, por isso, é que eu não percebi a pergunta de quem é que arranjou os dinheiros. Quem arranjou os dinheiros foi este Executivo e foi este Presidente. Este Presidente foi a Bruxelas, se calhar, mais de vinte vezes para negociar.

Quem negociou o Pacto fui eu, quem negociou o PEDU, até com a Dra. Ana Abrunhosa, na altura, fui eu. O Pacto foi diferente, o Pacto foi negociado dentro da CIM, e eu como Vice-Presidente, mas foi negociado primeiro com os Presidentes das Câmaras e depois houve uma negociação com a CCCR.

Eu não quero ficar com a auréola de maior ou menor. Nós só vamos fazer este Centro Escolar, e resolver os problemas que o Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe Oliveira falou por uma razão simples, porque o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deixou uma verba nesse Pacto de duzentos e noventa mil euros que agora, quando apareceu mais algum dinheiro na área da educação, eu estava lá marcado. Mas, desculpem lá, quem fez essas negociações todas fui eu e os Senhores também sabem que quem se relacionava bem com estas pessoas era eu. E também não vale a pena estar aqui a esconder que a Medalha atribuída à Dra. Ana Abrunhosa foi devido ao seu trabalho durante os incêndios e também devido à colaboração que ela deu e da promessa que havia com o dinheiro do Pacto.

Antigamente, e o PSD vai-me perdoar, e eu não quero nada com as histórias do passado, mas antigamente era preciso criar um conjunto de relações para uma pessoa ir à procura de dinheiro. A mim também me custou e eu fui a Bruxelas mais do que vinte vezes para negociar estas verbas. Nas reuniões do PEDU, e para negociar verbas para Oliveira do Hospital, eu sei que fui o último a assinar, numas negociações duríssimas, e a Dra. Ana Abrunhosa tinha consideração por mim e eu tinha consideração por ela.

A nova Presidente da CCDR-C vai ser a Dra. Isabel Damasceno, vamos ter eleições no dia treze, mas também vos quero dizer, e não vale a pena, porque os meus colegas sabem todos, que o grande obreiro da Dra. Isabel Damasceno ir ser Presidente da CCDR-C foi o vosso Presidente. E, por isso, meus caros amigos, tenho alguma expectativa e fui das pessoas que mais a apoiou, e também o Secretário Executivo da CIM, Dr. Jorge Brito, que trabalha comigo todos os dias, vai ser o Vice-Presidente da CCDR-C e que também foi proposto pelos dois partidos pelo PSD e pelo PS.

Toda a gente sabe que a Dra. Isabel Damasceno é do PSD e isso não me impediu que a apoiasse e que arranjasse condições para ela ir e alguém me ajudou, e não tenho uma relação muito próxima com o Sr. Primeiro-ministro, como vocês sabem, mas havia compromissos, e um dia conta-se a história toda mas não é agora.

Vai haver eleições e aquilo que vos digo é que olhei para a Dra. Isabel Damasceno como a pessoa melhor colocada, neste momento, para servir como Presidente da CCDR-C por uma razão. É uma pessoa séria, uma pessoa competente e tem três desafios brutais pela frente: Vem aí o Programa de Recuperação e Resiliência; Está a fechar o Programa 2020; Há outra coisa que está em negociações e que também participarei em Bruxelas, o Programa 2030.

Por isso, estamos numa fase decisiva destas negociações e precisamos de ter na Região Centro pessoas que sejam competentes. O terceiro elemento da CCDR-C será uma nomeação direta do Governo, dizem-me que é um Professor da Universidade de Aveiro que eu não conheço.

Custou-me bastante ficar sem o meu Secretário Executivo na CIM, que é o meu braço direito e o meu braço esquerdo dentro da Comunidade Intermunicipal, mas consegui reunir condições para ele ir. Logicamente, que o Dr. Jorge Brito vai fazer-me muita falta mas também foi importante colocá-lo na CCDR porque era um sonho dele e é um cargo que vai ser de muita importância para a Região.

Meus caros amigos, quero dizer-vos o seguinte: As verbas conseguem-se com negociações, nas horas certas estar no lado certo, e eu penso que poderemos fazer um grande mandato se eu conseguir, nesta negociação que se vai realizar na segunda-feira, recuperar um bocado de verba, e eu também não tenho dúvidas. O dinheiro que eu recuperar será para investir nas Freguesias. Este dinheiro que vou recuperar é da zona urbana mas libertarei um milhão de euros para fazer pequenas obras nas Freguesias. Se a negociação me correr bem haverá um milhão de euros para as pequenas obras das Freguesias. Espero que as coisas me corram bem.

Não é modéstia, mas hoje também tenho algum peso, e também tenho sido convidado para alguns cargos, mas também vos digo que não abandonarei o meu Concelho enquanto não acabar o meu mandato. O meu compromisso é com o povo de Oliveira do Hospital.

Duas ou três coisas que nos devem preocupar: Aquela nota sobre a floresta é uma coisa que nos deve preocupar.

Reuni com os Presidentes e com equipas do CDS e do PSD a propósito da atribuição das medalhas e também lhes disse que aceitava desafios para o Orçamento. As ideias não são só Socialistas, as ideias são de todos os elementos e de todos os partidos. Disse aos partidos da oposição que podem até ao final do mês contribuir com ideias para o Orçamento porque depois teremos que o começar a construir para o entregar até ao final de outubro. Disse aos partidos para entregar um documento estratégico para ajudar no Orçamento se quisessem. Estou absolutamente disponível porque penso que aquilo que é bom para o Concelho, é bom para o PS, é bom para o PSD, é bom para o CDS, é bom para o povo de Oliveira do Hospital e não pensamos que só nós é que temos boas ideias.

Também estamos muito entusiasmados para lançar uma ciclovia da Catraia até à Bobadela. Há também uma ciclovia naquelas avenidas novas que serão lançadas que fará toda a cidade e, por isso, há ainda um grande trabalho. O problema da descarbonização e do ambiente está hoje no discurso do dia e é importante fazermos esse trabalho.

Por outro lado houve aqui assuntos que ainda me preocupam. Relativamente ao problema dos prejuízos municipais provocados pelos incêndios nós já estamos a começar a recuperar. Vamos ter que recuperar rapidamente algumas estradas que também já foram referidas na última Assembleia. O Presidente da Junta de Freguesia de Avô falou numa ligação entre Avô e Pomares e nós estamos muito preocupados com essa estrada como

também com a estrada em Aldeia das Dez. Já temos os orçamentos e, por isso, lançaremos a curto prazo estas obras. Também já temos um orçamento, para o Parceiro.

Por outro lado, há um conjunto de investimentos, e quando se fizer a história deste Executivo, veremos quem é que teve os maiores investimentos em termos de água e saneamento, e sem dúvida nenhuma que fomos nós.

Há um conjunto de investimentos que foram candidatados pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, não são nossos, pertencem a Seia e pertencem a Gouveia mas eles só podem ser executados pela empresa Águas Públicas Serra da Estrela, que resolverá vários problemas. Os investimentos têm todos financiamentos desde o saneamento do Rio de Mel, Felgueira Velha, a água da Adarnela, o saneamento da Abrunheira.

Acabam de ser adjudicadas as ligações técnicas de Meruge e do Ervedal que ainda eram fossas sépticas que não tinham ligação à estação de tratamento. O Sr. Presidente da Junta de Meruge falava muitas vezes nisso.

Neste momento mais de 95% do Concelho já tem saneamento e também quero dizer que fizemos um bom trabalho e que já atingimos os nossos objetivos.

Temos aqui um grande desafio, agora, com esta construção das Águas Públicas da Serra da Estrela. Também tive uma reunião na semana passada com o Sr. Ministro do Ambiente a propósito de algumas obras.

Preocupa-me, por exemplo, uma taxa que o Governo duplicou nos resíduos que são depositados em aterro. A taxa era de onze euros por tonelada e o Governo aumentou-a para vinte e dois euros por tonelada. Na recolha de resíduos temos prejuízo, temos à volta de cento e cinquenta mil euros de prejuízo por ano. Temos que avançar com a recolha seletiva porque esta recolha não se paga o que se paga é o lixo indiferenciado e, por isso, temos que fazer uma grande campanha e pôr mais pontos de recolha seletiva de lixo e diminuir o lixo indiferenciado. Por isso temos aqui alguns desafios e nem sempre isto é muito fácil.

Há outro problema e eu gostava de dar uma pequena nota: Os utentes do Centro de Saúde aguardam pelo atendimento cá fora e, por isso, a Câmara Municipal colocou um abrigo no Centro de Saúde. Temos que encontrar soluções porque vem aí o inverno.

Podemos ver aquela fila na rua junto à Repartição de Finanças com pessoas de idade? Podemos ver filas na Câmara Municipal para virem pagar a água? Podemos ver aquelas filas no Centro de Saúde?

Meus caros amigos, Não podemos deixar aquelas pessoas, nós temos que encontrar soluções porque são pessoas de idade e com mais dificuldade e não as podemos deixar ali ao frio.

Numa reunião com a Sra. Ministra da Saúde, com a Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde e com o Diretor do ACES eu tive um discurso muito crítico em relação à área da saúde. E o que é que eu penso da área da saúde? Na minha opinião está em causa a saúde dos Portugueses e é preciso reinventar um novo Serviço Nacional de Saúde.

Vou dar-vos o pior e o melhor exemplo, e tenho discutido isto com a Sra. Ministra: Percebe-se que o Seixo da Beira esteja sem médico há uma data de tempo? Foi lá colocada uma médica que ficou de atestado médico, não sem quanto tempo. Mandaram lá de vez em quando um médico, depois, vieram as férias, depois, não têm médicos, e ficam abandonadas aquelas pessoas.

Mas deixem-me dizer-vos: Há catorze ou quinze anos todas estas Extensões de Saúde tinham médicos e enfermeiros e, por isso, nós estamos pior porque afastámos a saúde destas pessoas que têm menos recursos financeiros e depois com um problema estrutural, que era a isso que eu queria chegar, nomeadamente com um problema de mobilidade no Concelho e temos que encontrar uma solução. Tem que haver uma nova visão sobre a mobilidade dentro do Concelho. Quando desapareceram os transportes escolares a mobilidade desapareceu toda, e também sabem isso.

Também vos digo que Câmara Municipal teve que contratar mais dois autocarros por causa dos desdobramentos.

O que é que nós temos que fazer? Neste momento temos que repensar, e no orçamento do próximo ano deve ficar plasmado porque temos que aproximar aquelas pessoas. Se as pessoas não têm transportes, têm reformas de pouco mais de duzentos euros, reformas baixas, temos que arranjar soluções para este problema de mobilidade.

Estive numa reunião e exigi que o Seixo, o Ervedal, Lagares, aquelas terras, tenham médicos, têm que ter médicos, a até arranjei um do Ervedal que vai concorrer, foi meu aluno. Temos outro médico que está em Lagares da Beira, que é o Dr. Diogo, que também quer ficar. Não se percebe que não tenham substituído aquela médica que ficou de atestado e que depois foi embora. Se fosse numa escola tinham que substituir com um professor.

Acho que não temos assim tanta falta de médicos. Acho que temos médicos suficientes e que poderiam ir duas vezes por semana ao Seixo da Beira

em vez de estarem todos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital mas os médicos querem ficar todos na cidade, e também sabemos isso.

Por isso, é preciso aproximarmos a saúde dos cidadãos, é preciso em Aldeias das Dez, é preciso em Avô, é preciso em Lagares, é preciso no Seixo, é preciso no Ervedal. Aquelas pessoas não têm médicos, nem têm ninguém.

Acho que também tenho metido isso no meu discurso e na minha negociação porque me preocupo. Eu e este Executivo preocupamo-nos com o problema destas pessoas que não têm médico e que ficaram sem mobilidade.

Na CIM temos tido muitos problemas por causa da falta de mobilidade até porque as Entidades Reguladoras deixaram formar grupos grandes que foram comprando os pequenos e que hoje dominam o mercado e ditam as regras.

Quero lançar para o ano uma experiência para as localidades mais distantes de Oliveira do Hospital e que é o Transporte a Pedido. Este transporte, numa primeira fase, é feito com táxis. Mas também estamos a pensar criar um transporte na zona metropolitana de Oliveira do Hospital e que foi muitas vezes proposto pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe Oliveira.

Não deixo aqui nenhum caderno de encargos para o futuro Presidente da Câmara Municipal mas se eu fosse Presidente eu colocaria os transportes todos gratuitos dentro do Concelho, e não era o primeiro a fazê-lo, e também quero dizer que conheço os modelos e tenho visto quem faz melhor.

Acho que a mobilidade é fundamental dentro do Concelho.

Relativamente às bicicletas partilhadas quero dizer ao Eng.º Rafael que temos aí uma verba e que em princípio faremos isso.

Relativamente à questão sobre a necessidade de alcatroamento da Rua junto à Agro-Neves, aquela Rua que desce junto à Capela Mortuária, e que é hoje a pior Rua em Oliveira do Hospital, como vocês sabem. Tem que se fazer aquele bocado que custa quase cem mil euros por causa das águas pluviais e da substituição das redes, e tenho demorado mais algum tempo a lançar a obra por causa disso. Ando a ver se encontro um preço mais barato mas, a obra tem de ser feita, sem dúvida nenhuma.

Depois, outra coisa que disseram aqui de forma genérica, e que têm toda a razão, mas eu ainda não tive condições financeiras para o fazer. As marcações das ruas na cidade de Oliveira do Hospital eram para estar feitas porque nós fizemos uma adjudicação. Temos o levantamento para pintar as estradas no Concelho todo, o orçamento é à volta de quatrocentos e cinquenta mil euros,

mas ainda não lançámos o concurso e penso que temos que o lançar por fases. Isto é, não temos capacidade, neste momento, para lançar, ao mesmo tempo, estas obras na totalidade com o custo de quatrocentos e cinquenta mil euros. Deveremos começar pelas estradas que têm mais movimento e depois deveremos ir às outras. Temos que ir fazendo isto de forma gradual. Mas é verdade que os assuntos que aqui foram ditos, e com justiça, porque nós temos um problema hoje com as marcações das estradas.

Dizer ainda que há uma estrada que já foi construída no meu tempo e que se apresenta muito deteriorada por causa da tiragem dos pinheiros. Há Câmaras que têm Regulamento e que obrigam os madeireiros a fazer um depósito quando vão passar nos caminhos florestais para tirar pinheiros mas nós não temos esse Regulamento. Permanentemente, como aconteceu no Seixo mas também em Aldeia das Dez, e noutros lados, os madeireiros destroem as estradas todas e fica a despesa para a Câmara Municipal, para a Junta de Freguesia e para as pessoas.

Mais, a estrada do Moinho do Buraco nós vamos interditá-la a veículos pesados porque ela começa a estar em más condições.

Estas são algumas preocupações. Eu posso ter deixado alguma pergunta por responder e peço desculpa.

O Deputado João Esteves também falou no mau estado de alguns passeios e é verdade, mas o passado, na área do loteamento, é uma vergonha, o que se passou em Oliveira do Hospital.

E vou dizer-vos o seguinte: Junto à Rua Virgílio Ferreira a Câmara Municipal acabou de gastar à volta de setenta mil euros num muro de uma urbanização que arriou. A Câmara Municipal foi obrigada a gastar setenta mil euros, quando o muro era em tijolos e não servia para segurar nada e, com os anos, com as chuvas, acabou por cair e os moradores deixaram de ter acesso a garagens.

Eu disse que não iríamos fazer a obra porque aquilo não é público aquilo era um muro de acesso às garagens. Fui ver o projeto da urbanização e sabem o que é que lá estava? Aqueles acessos eram públicos.

Eu nunca os teria aceitado como públicos. Também nesta urbanização, e não deixo de o dizer, eu não sei de quem foram os interesses, meus e dos Municípes, não foram!

Hoje, tenho um grande cuidado na negociação dos loteamentos. Toda a gente quer dar áreas para espaços públicos para não darem dinheiro, e são

precisas algumas áreas públicas, mas não precisamos de ficar com áreas para nos ficarem a dar despesa.

No loteamento do Alves Pinto ficaram eles a fazer sempre a manutenção dos jardins interiores e quando eu cheguei ao poder eles disseram: Sr. Presidente agora fique com os jardins. Os jardins interiores não são nossos, nós fazíamos a manutenção dos jardins interiores porque queríamos.

Mas eles faziam mesmo a manutenção dos jardins interiores porque queriam e nós recebemos o loteamento em condições difíceis e hoje temos uma empresa a quem pagamos para fazer essa manutenção dos jardins. As pessoas levaram o lucro e nós ficámos com a despesa. Eu não estou aqui a dizer quem foi. Nem sei qual foi o Presidente da Câmara da altura mas comigo isso não teria sido assim!

Também tenho boas notícias para dar: Na quinta-feira recebi, a Diretora do Lidl. O Lidl quer fazer dentro de Oliveira do Hospital um Lidl e apresentou-nos dois possíveis locais para fazer um Lidl muito maior do que aquele que eles têm em São Paio de Gramaços.

Hoje a cidade de Oliveira do Hospital tem muito movimento, e todos também temos que reconhecer, e torna-se atrativa em termos de negócio.

O Lidl de São Paio de Gramaços só tem novecentos metros quadrados e agora a área das lojas Lidl é de mil e quatrocentos metros quadrados porque têm uma nova visão.

Oliveira do Hospital vai ter um Lidl muito mais moderno, e com uma determinada competitividade, hoje veem que Oliveira do Hospital está com bastante movimento.

A Deputada Alice Gouveia fez algumas perguntas sobre o Covid e eu já respondi.

Também havia aqui outra nota que era importante sobre o apoio ao arrendamento: Mas, isso, nós temos feito. Nós já fazemos isso há não sei quanto tempo através do Gabinete de Ação Social e não tendo um programa específico. Os Srs. Vereadores que estão aqui sabem que levamos muitas vezes à reunião de Câmara propostas de atribuição de subsídios de emergência para pagar arrendamento para ninguém ficar a dormir na rua devido a este problema desta crise. E deixem-me dizer, a Câmara Municipal, neste momento, já abriga umas quinze ou vinte pessoas por causa dos despedimentos que tem havido em Oliveira do Hospital, fazendo com que as pessoas recebam mais qualquer coisa. Nós não devemos olhar para a Câmara Municipal como se fosse uma empresa com lucro. Não devemos ter dívidas, e temos que ter a dívida controlada. A

Câmara Municipal tem que ser um parceiro importantíssimo com os empresários que atravessam dificuldades e sobretudo com as famílias que caíram no desemprego por causa desta crise que nunca existiu.

Por isso, meus caros amigos, nós fazemos isso e não se preocupem porque nós não temos deixado despejar ninguém como não houve nenhum corte de água. Temos sido solidários, há instruções da nossa parte para fazer isso.

Se não respondi a algumas perguntas eu peço desculpa mas, de uma forma global, falei na generalidade dos assuntos.

Dizer ainda ao Deputado Eng.º Rui Fernandes que, relativamente ao parque do Senhor das Almas, deveremos fazer um trabalho conjunto com o Sr. Presidente da Junta para ver o que é que é possível fazer. Como sabe, estamos a fazer um bom investimento no Senhor das Almas, e na minha opinião a Irmandade deve ter aqui um papel importante. Estamos a fazer um investimento de oitenta mil euros, é também um compromisso político que estamos a honrar.

Meus caros amigos, se fui muito aborrecido e se deixei alguém sem resposta eu peço desculpa.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelas explicações que nos deu.

Terminámos o Período de Antes da Ordem do Dia e vamos agora passar para o Período da Ordem do Dia

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais queria fazer uma referência que não fiz no Período de Antes da Ordem do Dia e que é o seguinte: Queria enaltecer o trabalho feito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em relação ao Covid, nomeadamente no esclarecimento da população porque é muito importante aquele esclarecimento que ele faz através dos meios de comunicação para pôr a população a par do que se está a passar no Concelho. Isso é bom porque vai acalmar as pessoas e, quanto a mim, é um trabalho que está a ser muito bem feito.

Trago aqui a esta Assembleia Municipal uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Augusto dos Santos, no dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte. O Sr. José Augusto dos Santos foi Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas. Este voto de pesar deverá ser comunicado à sua família.

Relativamente ao Ponto I da Ordem do Dia, quero dizer o seguinte: Estive a ver os mapas e no que concerne à situação financeira do Município ela é boa. Verifica-se pela receita cobrada cujo grau de execução é de 30,11%, a receita é superior à despesa paga e dívida existente. Portanto, a situação financeira do Município é boa.

Decorridos dois terços do ano, e tendo como objetivo as GOP, verifica-se um grau de Execução baixíssimo de 22, 26%, que se traduzirá no fim do ano em cerca de 34% o que se torna altamente reduzido para um Município. Ou será que em dezembro ir-se-á proceder à revisão Orçamental e abater ao Orçamento todo o empolamento que aquando da aprovação do Plano e Orçamento foi devidamente identificado?

Queria também destacar a rubrica do objetivo 03- Família, Solidariedade e Ação Social, cujo grau de execução foi somente de 21,58%.

Será que o objetivo do Executivo foi abandonado, ou as carências sociais no Concelho não são assim tão graves como a Câmara previa?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui uma nota muito breve da boa execução do Município em relação ao pagamento a fornecedores. Se há Município que se preze, é o Município de Oliveira do Hospital, nos pagamentos a fornecedores.

Dar também uma nota positiva na questão dos empréstimos. Não esquecer que herdámos vinte empréstimos e, neste momento, temos três empréstimos em curso e com a certeza que quando chegarmos ao próximo ano o capital em dívida vai ser, claramente, muito menor do que aquele que herdámos.

Todos os indicadores são bastante positivos. A imagem que se tem do Concelho de Oliveira do Hospital é de um Concelho em que se acredita e, por isso, é extremamente positivo.

Quanto à questão da Execução Orçamental e das GOP penso que o Sr. Presidente da Câmara Municipal dará uma nota sobre isto e, neste momento, não será referenciada por mim.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Augusto dos Santos, foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Deputado João Esteves tem alguma razão em relação aos números. Os números valem o que valem. Tem razão em relação à percentagem de execução sobretudo nas GOP. Relativamente à rubrica da Família, Solidariedade e Ação Social, agora não tenho aqui as GOP, mas penso que haverá alguma obra que estava programada e que não arrancou.

Nas GOP estão muitas obras, por exemplo, na área da educação quando se prevê cinco milhões de euros para uma obra e estavam dois ou três milhões para este ano e, depois, a obra ainda não arrancou, logicamente que implica com a percentagem de execução.

Logicamente que este Orçamento terá que ter forçosamente uma retificação na Assembleia de dezembro.

Às vezes há outro problema com alguma classificação da própria contabilidade. Isto é, às vezes tem havido algumas despesas que devem entrar numa rubrica e entram noutra mais generalista. Isto não é uma desculpa nem é o suficiente para justificar a baixa execução das GOP.

Em relação às famílias, e como já disse, temos atribuído muitos subsídios de emergência social e não nos tem faltado o dinheiro para isso.

No ano passado quando foi construído este Orçamento havia um conjunto de adjudicações que não estavam realizadas e este é um Orçamento que pode ter uma visão mais rigorosa sobretudo por causa das adjudicações que estavam perspetivadas. Como sabem há obras que ficaram por adjudicar porque não tinham dinheiro suficiente e, por isso, também é verdade que nós gostamos de ter alguma flexibilidade no orçamento.

Só vos queria recordar que o empréstimo de cinco milhões de euros que foi aprovado em 2017, neste momento, a Câmara Municipal, só deve dois milhões cento e cinquenta e quatro mil euros.

Há aqui dois empréstimos muito pequenos, é um de trinta e um mil euros e outro de vinte e nove mil euros e que já os poderíamos ter pago mas não vale a pena porque são empréstimos relativamente pequenos.

Como eu disse, tem havido sempre a noção clara de equilíbrio financeiro e a Câmara Municipal tem as contas em dia com os fornecedores. Na última publicação da DGAL o Município de Oliveira do Hospital era referido como um

dos melhores do País a pagar aos fornecedores no prazo de três dias. Isto também quer dizer que tem havido o cuidado de não se gastar o que não se tem.

O que nos tem valido muito em termos orçamentais têm sido as verbas que se conseguiram nos Quadros Comunitários, nas participações financeiras que nos deram alguma folga.

Como eu já disse, se a reunião de segunda-feira correr bem, eu estou disponível para reunir com os Presidentes de Junta e gastarmos um milhão de euros nas Freguesias nesta reta final.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais no Acordo-Quadro para fornecimento de refeições escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - “Abertura de procedimento para aquisição de serviços de confeção, fornecimento e transporte de refeições (almoço) para os diversos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e 1.º CEB do concelho de Oliveira do Hospital - durante o ano letivo 2020/2021”.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Isto é uma despesa plurianual referente ao pagamento das refeições escolares e, por isso, tem que vir à Assembleia Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção prende-se com uma questão simples mas que me parece importante. Qual é que é a previsão da participação do sector primário local, sobretudo na parte do fornecimento destas refeições?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui uma nota para todos saberem: Nós tínhamos um acordo, que era uma coisa fantástica, com as IPSS do Concelho no fornecimento de refeições e nos transportes escolares, como sabem.

O que é que aconteceu? Umas Câmaras Municipais foram incomodadas com a Inspeção da Polícia Judiciária e foram tornados arguidos sete ou oito Presidentes de Câmara. Nós não fomos inspeccionados. Perante a Lei nós achávamos que poderíamos fazer este acordo com as IPSS para o fornecimento de refeições. E não deixo de o dizer, nós estávamos melhor servidos pelas nossas IPSS do que por estas empresas, e dávamos movimento às IPSS do Concelho.

Mas isso não foi permitido e, por isso, quero dizer ao Deputado Nuno Rafael Dias que isto é um Concurso, e ganha uma empresa, e nós não temos autoridade para indicar os locais de compra dos produtos porque a empresa é uma multinacional que nem é Portuguesa.

Quando as refeições eram fornecidas pelas IPSS como, por exemplo, a Casa da Obra Dona Josefina da Fonseca até tinha produtos agrícolas que eram deles e estávamos muito melhor servidos e custava-nos menos.

Mas perante este problema nós tivemos que acabar com os acordos com as IPSS e tivemos que lançar estes concursos.

Chamámos as várias IPSS e explicámos-lhes a situação. E era um modelo que nos poupava muito dinheiro. Ficavam melhor as nossas IPSS, havia mais postos de trabalho, melhor qualidade de alimentos, e havia uma série de vantagens, e para cumprir a Lei tivemos que passar para um serviço pior e pagar mais. Mas os políticos fazem as Leis e não percebem esta dimensão local.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais no Acordo-Quadro para fornecimento de refeições escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - “Abertura de procedimento para aquisição de serviços de confeção, fornecimento e transporte de refeições (almoço) para os diversos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e 1.º CEB do concelho de Oliveira do Hospital - durante o ano letivo 2020/2021”, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro,

ambos na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito da aprovação da candidatura ao Aviso 12381/2019 - “3.ª Fase do programa de apoio à mobilidade eléctrica na Administração Pública” do Fundo Ambiental.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui esta nota até porque o Deputado Eng.º Rafael falou neste assunto. Este Ponto III é referente a uma proposta de despesa plurianual no âmbito de uma candidatura ao programa de apoio à mobilidade eléctrica que nós conseguimos. A Câmara Municipal paga 50% e o Fundo Ambiental paga outros 50%, durante quarenta e oito meses. São dois carros eléctricos.

Deixem-me só dar uma nota para perceberem o que é a ignorância. Ainda hoje um individuo que sabe tudo, e que escreve no *facebook*, e até comprava as marcas todas, escrevia o seguinte: A Câmara Municipal tem os carros eléctricos e que desviou o dinheiro dos incêndios.

Quero dizer-vos que a Câmara Municipal comprou dois carros com o dinheiro dos prejuízos municipais porque tinha que comprar os carros que arderam no incêndio porque o programa chamava-se repor e, por isso, eu não podia desviar o dinheiro dos carros, e nós fizemos a opção de comprar dois carros híbridos.

O que foi dito sobre os carros eléctricos é de uma ignorância absolutamente atroz. Dizer que tínhamos desviado o dinheiro dos subsídios dos incêndios que devia ir para a reconstrução de casas e que andamos a comprar carros. Isto é só para perceberem o ponto a que chega um ignorante. Mas, às vezes, ter um pai com dinheiro também dá jeito.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Só para completar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse. Existe uma piada de bar que é a seguinte: O melhor emprego do mundo é ser filho de pai rico e, por isso, se calhar, ele tem o melhor emprego do mundo.

Queria só pedir um esclarecimento. Percebi que este ponto III é referente a uma candidatura e uma das questões que eu queria colocar seria da necessidade de fazer o *leasing* mas já percebi que tem a ver com a candidatura.

Queria apenas perceber qual é na realidade a função destes carros que vão ser adquiridos. Vai ser para utilização diversa no Município?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estes carros, em princípio, serão para utilização diversa. Eu, às vezes, até digo que andamos a dar subsídios para as Coletividades e a Câmara Municipal tem alguns carros absolutamente antigos e que precisam de ser substituídos.

Temos vindo a modernizar a frota automóvel da Câmara Municipal e iremos comprar mais quatro carrinhas para dotar alguns serviços. Chegou a hora de darmos prioridade à renovação da nossa frota automóvel.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito da aprovação da candidatura ao Aviso 12381/2019 - “3.ª Fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública” do Fundo Ambiental, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2019, no valor total de 23,119,20 € (vinte e três mil, cento e dezanove euros e vinte cêntimos).

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Uma vez que falamos de resíduos aproveito para clarificar a tal Taxa de Gestão de Resíduos que era de onze euros e passou para vinte e dois euros, e que foi aqui referida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Quando a Câmara Municipal entrega uma tonelada de resíduos no aterro do Planalto Beirão paga a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) mais o custo do tratamento. A TGR funciona como um imposto.

Poderão perguntar para que serve esse imposto? Esse imposto tem vindo a crescer. Começou por ser de um euro, depois dois euros e vai crescer mais. Este imposto destina-se a desincentivar a deposição de resíduos em aterro e a incentivar a recolha selectiva e a reciclagem de resíduos. É para penalizar o envio de resíduos para aterro.

Na Holanda este imposto é superior a cem euros e todos os outros Países têm um imposto superior ao nosso. Portugal tem sido muito pressionado para aumentar a TGR, quer pela União Europeia quer pela OCDE.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a atribuição do subsídio. É um subsídio que vem ao encontro do nosso trabalho, é uma recompensa pelo trabalho feito e deixava aqui um apelo, pelo trabalho que estamos a fazer e vamos continuar a fazer em 2020, se for atribuído o mesmo subsídio ele que nos seja entregue pelo menos até junho de 2021, dá para perceber porquê.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2019, no valor total de 23,119,20 € (vinte e três mil, cento e dezanove euros e vinte cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2020.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de aproveitar este ponto para fazer uma intervenção sobre a necessidade de valorizar os Antigos Combatentes e uma possível forma de o fazer.

Oliveira do Hospital tem um número significativo de Antigos Combatentes que devem ser reconhecidos, lembrados, homenageados e agraciados pelo esforço prestado no cumprimento do serviço militar.

O país deu recentemente um passo significativo com a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente que consagra um conjunto de direitos de reconhecimento público e direitos de natureza social e económica.

Conforme reza o Estatuto, “os antigos combatentes são exemplos de cidadãos que abnegadamente serviram Portugal e estiveram ao serviço das Forças Armadas”, incluindo-se aqui não só os nossos compatriotas que serviram na guerra colonial como os que serviram a Pátria nas várias missões humanitárias e de apoio à paz.

Recordo que nesta Assembleia Municipal temos uma pessoa que tem o Estatuto de Antigo Combatente que é o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Luís Nina

O Antigo Combatente é, como determina o Estatuto, “titular de reconhecimento da Nação” e, nessa medida, deve ser titular de reconhecimento do Município.

Desta forma, e confiante de que esta ideia será unânime nesta casa, que considero, como Patriota e Socialista, entre outras ações, que no Feriado Municipal podemos evocar a memória e feitos dos Antigos Combatentes nascidos ou residentes em Oliveira do Hospital, à semelhança do que é feito no dia do Antigo Combatente ou no Dia de Portugal.

Assim, considero relevante que os órgãos políticos do Município se mobilizem com o objetivo de, no Feriado Municipal de 2021, enquadrar devidamente o reconhecimento aos Antigos Combatentes, o que deve, desde já começar, pela avaliação da adequação do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho ao objetivo de reconhecer devidamente os Antigos Combatentes.

As soluções quanto ao devido reconhecimento podem ser outras, mas o que precisamos é de determinação no cumprimento do dever moral e político de reconhecer todos os que abnegadamente serviram Portugal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“No seguimento do colega Deputado Tiago Martins ter vindo aqui propor, em boa hora, a homenagem aos Antigos Combatentes pela Pátria, dizer que o CDS-PP, naturalmente e historicamente, está favorável a essa proposta.

Queria ainda dizer o seguinte: Os combatentes foram combatentes da guerra do ultramar e não foi guerra colonial.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como já vos disse reuni com as forças políticas e até tinha aceitado uma proposta do Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata mas, entretanto, a reunião penso que foi na segunda-feira e quando chegámos a quinta-feira, até porque era preciso saber o nome proposto e se a família aceitava porque, às vezes, há famílias que não aceitam e o Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata, que está aqui presente, se calhar, não teve o tempo suficiente para contactar essa família.

O CDS fez duas propostas. Uma não chegou a ser discutida e à outra proposta já tinha sido atribuída por este Executivo uma Medalha de Mérito Municipal.

Tentámos não alargar a atribuição de Medalhas de Mérito Municipal a um grande número de medalhados porque tem sido uma crítica também da oposição.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2020, e depois de efetuada a votação nominal e por escrutínio secreto, foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com dois votos contra e duas abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Raúl Duarte;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com dois votos contra e uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. António de Sousa Martins;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com quatro votos contra e uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Orlando Lopes Gouveia;

Também foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com três votos contra e três abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à entidade Restaurante “Casa dos Frangos”.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento do Plano e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oliveira do Hospital (PMDFCI) 2020-2029.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Passo a palavra ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, Eng.º José Carlos Marques para fazer a apresentação do Ponto VI.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a apresentação da proposta de Regulamento do Plano e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oliveira do Hospital 2020-2029 utilizando para o efeito um PowerPoint que fica impresso e anexo a esta ata.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Não sei porque não tive oportunidade de estudar a 100% o que está aqui escrito de qualquer forma vou dar a minha opinião sobre aquilo que eventualmente poderia ajudar. Se calhar, há uns anos, havia alguns projectos de ocupação de tempos livres para jovens e não sei se isso está incluído, se está perspetivado, se existe algo desse género. Penso que, às vezes, os programas férias ocupadas para jovens que circulem nas nossas zonas florestais muitas vezes poderão dar o alerta de início de incêndios. Deixo isto à consideração até para ajudar a melhorar aquilo que é apresentado aqui num quadro e que é a redução do tempo de reação ao primeiro ataque. É fundamental detetar o incêndio e muitas vezes faz toda a diferença se ele se propaga e se ganha dimensões que deixam de ser fáceis de combater.

Efetivamente, depois dos incêndios de 2017 grande parte da rede restabelecida de energia da EDP está presa por arames, não foi restabelecida nos moldes que devia. Chamo a atenção para isto apenas porque a EDP teria feito a previsão de reparação dessa rede até 2020 e eles ainda não a fizeram. Não será, eventualmente, prudente tentarmos ter mais alguma cautela. Eu sei que, por exemplo, a linha que abastece toda a zona que vem abastecer Galizes, Santa Ovaia, Senhor das Almas, que passa naquela zona, não está perfeitamente completa. Estou apenas a alertar isso porque é realmente importante que se comunique ou pressione a EDP para tentarem restabelecer o melhor possível porque é, sem dúvida, um dos pontos possíveis de ignição, ainda para mais numa zona que acaba por ter alguma densidade populacional.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Começo esta intervenção com um pedido de desculpas porque não tive oportunidade de ler o impresso, só li para preparar o ponto o documento que foi enviado por *mail*.

No encadeamento daquilo que felizmente se falou e votou nesta Assembleia, relativamente à Moção apresentada pelo Deputado André, acho que o mais importante, é a minha opinião e a opinião de alguns especialistas, será a prevenção e não o combate. E, nesse sentido, gostaria de inquirir quais, se é que existem, verbas e dotações para a implantação de floresta autóctone em algumas destas áreas que foram aqui faladas?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“A 1 de janeiro de 2017 demos parecer a oito projetos para plantação de eucalipto o que totaliza 48.22 hectares. Falou-se há pouco de uma plantação localizada do outro lado da Quinta da Moenda, na estrada que vai de Avelar para Alvôco das Várzeas, e também já houve em outros lados. Esses projetos das empresas de celulose têm um pedido de autorização prévia no âmbito do Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e, depois, vêm para a Câmara Municipal para darmos parecer. São projetos referentes a plantações que já estão instalados há vinte, ou trinta, anos, e não há nada que impeça um parecer favorável porque já existiam as plantações nessas áreas, e eles não fazem aumento de área. Na área onde já estavam instalados é que pretendem fazer novas plantações.

Destes oito projetos para plantações de eucalipto dois terços, ou seja, seis projetos, foram indeferidos.

Demos também parecer a dezassete projetos de diversas espécies, pinheiro bravo, pinheiro manso, sobreiro, medronheiro, etc, com 54.54 hectares.

Este é o panorama do número de projetos que nos chegam para emissão de parecer para a autorização prévia. É verdade, também, que alguns proprietários não fazem a autorização prévia e fazem as plantações por auto recriação e isso não está nesta contabilidade.

O que vos queria dizer relativamente a esta situação e o que se pensa fazer, e uma das iniciativas foi aquele projeto, já aqui referido, com a disponibilização de duzentas mil árvores em que distribuímos cento e vinte mil e, portanto, esse projeto já faz parte de um projeto de reabilitação dos ecossistemas. Quem quis tinha a possibilidade de se poder candidatar para reflorestar as suas terras. E isto, agora, acaba por entrar no assunto que trouxemos, aqui, à discussão: Como é que vamos implementar no terreno a substituição destas espécies de crescimento rápido por outras? Como foi aqui dito há pouco, nós temos feito o nosso trabalho. Ao nível de intervenção em áreas próprias (que são poucas), ou em áreas baldias (que são de alguma representatividade), já plantámos mais de quarenta hectares ao longo destes anos, e estamos a falar de propriedades onde fizemos a preparação do terreno com maquinaria pesada. Portanto, estamos a dar o nosso contributo, e é isso que, certamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal terá intenções de continuar a fazer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria agradecer ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, Eng.º José Carlos Marques, e à equipa que trabalhou este Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029. Também dizer que este Plano foi aprovado numa reunião com várias entidades diferentes, com os vários parceiros, com vários Presidentes de Junta de Freguesia.

Deixem-me também dar aqui uma nota: Quando cheguei à Câmara Municipal havia um Técnico Florestal, que era o Eng.º José Carlos Marques, e, as Câmaras Municipais, conforme as suas responsabilidades, têm que se ir transformando ao longo do tempo. Hoje temos mais duas pessoas a trabalhar na área florestal, que não são do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal e que

estão cedidas através de um protocolo, a Sra. Vereadora Teresa Dias e a Eng.^a Ana Catarina, que também fazem parte desta equipa.

As Câmaras Municipais vão tendo outros desafios diferentes e que não são iguais aos do passado. O Eng.º José Carlos Marques é o Coordenador Municipal da Proteção Civil e tem desempenhado um trabalho brilhante e sempre com grande entusiasmo em conjunto com as suas equipas.

Hoje as Câmaras Municipais têm novas competências e novos desafios e, às vezes, há mentalidades que defendem que perante desafios novos têm que se dar respostas velhas e isto não pode ser. A estrutura da Câmara Municipal tem que se modernizar conforme os desafios que tem. As estruturas da Câmara Municipal não podem ser rígidas nos seus sistemas e têm que se readaptar aos novos desafios.

Como vocês sabem hoje os problemas da floresta são muito diferentes do que eram há vinte ou trinta anos.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É essencial que o Sr. Presidente da Câmara Municipal vá salientando essa necessidade de especialização, atualização e consolidação das equipas da Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento do Plano e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oliveira do Hospital (PMDFCI) 2020-2029, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A Câmara Municipal propõe a mesma taxa de IMI de 0,34% para o ano de 2021 e estou disponível para dar os esclarecimentos que sejam solicitados pelos Deputados Municipais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Não obstante ao facto de sabermos que não se podem realizar eventos, iniciativas, trabalhos e obras sem dinheiro, todos nós sabemos isso, mas, como também o Sr. Presidente da Câmara Municipal sabe, e referiu há pouco, estamos numa altura em que devido à crise que foi estabelecida pela incidência de Covid, também as famílias têm menos capital, as empresas têm menos capital, o que pode causar despedimentos, e, é nosso entendimento que, de uma forma transitória, pelo menos, neste ano o Executivo Municipal deveria ponderar baixar a taxa de IMI para, de alguma forma, dar alguma almofada de conforto por causa desses casos.

Não podemos fazer muito mais porque esta taxa de IMI já foi aprovada pelo Executivo, no entanto, fica aqui a nossa posição. Achamos que, eventualmente, poderia ser encaixado esse diferencial de verba como uma benesse para as famílias que por causa de mais este problema, também viram a sua capacidade financeira ser reduzida.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Só vinha colocar aqui uma questão para saber se era possível o seguinte: Todos sabemos que sem dinheiro não há obras. As Associações este ano estão com problemas redobrados porque estão fechadas, não têm movimento e têm que pagar o IMI. Sei que em anos anteriores já algumas vezes se fez a devolução do IMI que elas pagavam. Venho perguntar se não é possível fazer essa devolução do IMI e, se não for todo, pelo menos, uma parte para aliviar as Associações.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos com uma situação complicada no País e era agradável se baixássemos o valor percentual da taxa de IMI.

Agora, há uma questão que acho mais importante que isso. A redistribuição do dinheiro aos contribuintes é mais favorável com uma taxa de

0,34% do que com a taxa mais baixa. E eu explico: A Câmara Municipal tem apoiado os Oliveirenses mais carenciados e as empresas. Se não tiver dinheiro para apoiar como é que apoia? Acho que sempre haverá algum tecido que pode ter uma taxa de um determinado valor. Para aqueles que essa taxa é demasiado elevada tenho a certeza absoluta que a Câmara Municipal apoiará. Por isso, esta taxa é muito mais socialmente justa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu diria que acontece sempre qualquer coisa, até porque a nossa intenção, e o nosso objetivo neste percurso, era virmos a diminuir a taxa do IMI para 0,32%.

Deixem-me dizer o seguinte: Acho que há intervenções com alguma demagogia porque as pessoas sabem o que é que aconteceu e sabem do problema do Covid-19 e o investimento que nós estamos a fazer.

Dou-vos aqui outra nota, que também pode não ser muito relevante, mas quero dizer-vos que temos mil quatrocentos e setenta e cinco agregados familiares abrangidos pela proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes que vamos apresentar no Ponto seguinte. Pode ser pouco mas são mil quatrocentos e setenta e cinco famílias que têm abaixamento do IMI.

Depois, deixem-me também dizer isto, há outra coisa que é importante é que a taxa de IMI de 0,35% eu encontrei-a cá do tempo do PSD. É verdade que o máximo é 0,40%. E vou reafirmar o seguinte: não havia Incentivo à Natalidade; Não havia OHá+Saúde; Havia quinze mil euros de apoio para Bolsas de Estudo e hoje há cinquenta mil euros; Hoje há medicamentos gratuitos para famílias carenciadas. Não havia estes apoios mas aplicavam uma taxa de IMI de 0,35% e eu já a baixei para 0,34% e, como disse, é pena não reunir condições para a poder baixar para 0,32%.

Mas também deixem-me dizer o seguinte, meus caros amigos: No tempo da Troica, o Governo de Paços Coelho e da Assunção Cristas obrigou todos os Municípios que estavam endividados a aplicar a taxa máxima de IMI, retirando a competência às Assembleias Municipais para votarem.

Quero dizer-vos que, na minha opinião, vamos até onde pudermos e tenho pena de não reunir condições para baixar a taxa até porque eu também pago o IMI como também pagam muitos de vocês e eu gostaria de pagar menos.

Houve aqui discursos contraditórios. Se vamos ter menos receita, se aumentam os problemas e a necessidade de apoios por causa do Covid, os problemas de desemprego, por isso, vamos ser honestos, neste momento não há condições para baixar o IMI, e eu sou o primeiro a lamentar que não haja essas condições, porque, se houvesse essas condições, eu gostaria de o baixar, até porque “também me entra nos bolsos”.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2021, que foi aprovado por maioria, com quatro votos contra e uma abstenção.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque já no ano passado fiz aqui uma exposição em que pedia para que a taxa baixasse para 0,33%. Mantenho a mesma posição e, por isso, é que voto contra.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte declaração de voto:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que quando chegou ao Executivo da Câmara Municipal a taxa era de 0,35% tal e qual como esteve até ao ano passado.

Deixe-me só lembrar o seguinte, Sr. Presidente da Câmara Municipal: Em 2012, no Governo de Paços Coelho, foi feita uma reavaliação do património predial urbano, portanto, entendo que, neste momento, havia condições para baixar a taxa de IMI para, pelo menos, 0,33%.”

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2021 em função do número de dependentes.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que apresentamos é uma proposta que decorre da Lei e que vai abranger mil quatrocentos e setenta e cinco agregados familiares.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Eu vou aproveitar para juntar duas intervenções numa para não usar mais tempo.

Relativamente ao IMI e à taxa de 0,34%: Em primeiro, é preciso ter noção de que num ano de despesas acrescidas, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal já falou, de trezentos mil euros para fazer face ao Covid, estamos a consolidar uma trajetória de abaixamento de uma taxa que já começou anteriormente e, com este Executivo e, já neste mandato.

Em segundo lugar, o PSD tem este discurso de que na realidade a política fiscal é baixar, baixar, baixar, baixar, baixar. E, de facto, o PSD, essa posição tem a mantido, que é uma posição, ou vazia, ou incoerente. Vazia porque nunca apresenta uma alternativa de onde é que pode cortar para fazer face ao abaixamento da receita, ou incoerente, como o Deputado Rafael veio aqui propor uma nova prestação e, de repente, querem baixar a receita para esse tipo de prestação. Não consigo perceber, é incompreensível!

Relativamente à questão do abaixamento do IMI para famílias numerosas, temos que ter em conta que isto é só uma medida de Apoio à Natalidade entre tantas outras. Já neste mandato nós votámos aqui um Regulamento de Apoio à Natalidade que universaliza os apoios da Câmara Municipal a todas as pessoas que tenham filhos em Oliveira do Hospital e este tipo de medidas vêm juntar-se a muitas outras que já são feitas no Concelho de Oliveira do Hospital, inclusive por Juntas de Freguesia, temos aqui um bom caso da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira que tem uma política de natalidade específica que se cumula à política de natalidade da Câmara Municipal, e, na realidade, esta medida que está aqui, agora, a ser votada do IMI é um complemento. Estamos no bom sentido e é para continuar.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Realmente esta proposta resulta da Lei, mas resulta da Lei aquela tabela que mandaram com o número de filhos e que baixa o IMI. Só que, o que não resulta da Lei é o seguinte: A vontade para que seja aplicada no Município depende do Executivo, e isso não resulta da Lei. Esta proposta só é aplicada se o

Executivo assim o entender e se for aprovado pela Assembleia. Portanto, a vontade tem que ser sempre do Executivo e da Assembleia mas não resulta só da Lei. O que resulta da Lei é simplesmente a redução que está prevista.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Duas questões. Primeiro: Não compreendi esta intervenção. É óbvio que a Lei dá a possibilidade de haver uma determinada redução de acordo com as tabelas que estão ali apresentadas.

Disse muito bem o Deputado João Esteves, a opção de fazer esta proposta, de trazer, ou não, à Assembleia, depende do Executivo.

Felizmente temos um Executivo que tem preocupações sociais, que tem políticas sociais que estão ativas e que têm beneficiado muitos dos cidadãos deste Concelho e o Município entendeu, por bem, beneficiá-los, porque senão tivesse aqui trazido, pura e simplesmente era 0,34% para todos independentemente do número de dependentes que cada um tivesse.

Resulta, aqui, de uma escolha do Executivo? Resulta. Resulta beneficiar os cidadãos, nomeadamente aqueles que, tendo mais filhos, possivelmente, necessitam de maior apoio.

Segunda questão: Não há dúvida nenhuma que nós temos que fazer algumas contas e aquilo que se percebe, e percebe-se, aqui, em função daquilo que têm sido as intervenções dos Srs. Deputados, nomeadamente do PSD, e relativamente a estes dois últimos Pontos da Ordem do Dia, que, efetivamente, a opção deste Executivo se consubstanciou já na proposta que foi aprovada no ano passado, e reduziu para 0,34% a comparticipação do IMI, é uma coisa curiosa. Porque é 0,34% quando a opção é de 0,30% a 0,45%. E temos as preocupações e as políticas sociais que já foram faladas várias vezes e que todos os Srs. Deputado conhecem. E quando cá chegou este Executivo em 2009 era 0,35% e a opção era de 0,30% a 0,40%, Ora, 0,35%, quando a opção era de 0,30% a 0,40%, está no meio. 0,34%, quando a opção é de 0,30% a 0,45%, está substancialmente abaixo do meio.

A política de redução da taxa fiscal do IMI, por opção deste Executivo é evidente e só não é evidente para quem não fizer contas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Deixem-me dizer o seguinte: Há histórias políticas e o Deputado João Esteves fez parte desta Assembleia também comigo e eu pensei que há pouco o PSD pediu que deveríamos reduzir a taxa para 0,33%, o que até era uma coisa razoável pelo que disse o Deputado Eng.º Rui Fernandes.

Pensei agora que o Deputado João Esteves, antes deste esclarecimento, porque nós percebemos, a opção é nossa, que vinha dar-nos os parabéns porque não baixaram ali mas deram aqui. Então, o PSD, sendo coerente deveria vir dar os parabéns por esta medida e por outra (e depois falaremos do IRS) porque vocês tinham no passado uma taxa de IMI de 0,35% e o Deputado João Esteves votou sempre favoravelmente e nunca veio dizer que deveríamos baixar, e não haviam os apoios sociais que nós temos e não havia, por exemplo, um programa que está universalizada entre nós, e que não depende do número de membros do agregado familiar nem dos rendimentos, e que é o programa de Incentivo à Natalidade. A Câmara Municipal já gastou mais num ano com o programa de Incentivo à Natalidade do que aquilo que recebe por ano com a percentagem de participação variável no IRS. No programa de Incentivo à Natalidade não há tabelas.

Deixem-me também dizer, às vezes, parece-me que os Deputados do PSD querem “sol na eira e chuva no nabal”.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2021 em função do número de dependentes, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2021, em 5%.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Nós continuamos nesta senda dos apoios sociais e a proposta de fixação da participação variável no IRS é para manter os 5%. Eu sei que o PSD vai dizer que há algumas Câmaras vizinhas que prescindem desta receita. Mas eu desafiava-os a fazer o seguinte exercício e também a fazerem o mesmo

exercício a propósito do IMI: Vejam quantos Câmaras do PSD têm o IMI no máximo. Mas eu não estou a dizer que os Presidentes de Câmara do PSD fazem mal, eu não estou a dizer isso! Porque cada um sabe a sua realidade financeira, e a minha pode ser diferente. Se calhar, se eu vivesse em Cascais podia pôr uma taxa de 0,30% ou podia abdicar do IRS, do IMI não abdicam porque têm uma grande receita, Há Câmaras que têm saldos de cinquenta ou setenta milhões de euros. É o caso de Oeiras e, por isso, cada caso é um caso.

Nisto do IRS o que é que eu acho. Acho até que a classe que vai pagar estes 5% é uma classe que está muito penalizada com impostos e que é a classe média porque há uma classe que não paga IRS. E quem é que não paga IRS? É a classe que recebe ordenados mínimos ou quem tem rendimentos sociais. Quem paga IRS é realmente uma classe média que na minha opinião tem uma carga fiscal demasiado elevada. Mas é facto que para fazermos os equilíbrios eu defendo que deveremos ter este IRS porque não temos neste momento condições para abdicar dele. Há Municípios Socialista e do PSD que já abdicaram destes 5%.

Até agora não foi possível abdicarmos dele e eu também gostaria porque eu pertença a essa classe média que paga demasiados impostos para o País.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“A posição do CDS-Partido Popular mantém-se irredutível desde o início do mandato, e não é só agora, Sr. Presidente da Câmara Municipal. Sempre fomos contra os 5%, cá estou novamente para dizer que o CDS-PP vai votar contra e, digo-lhe mais, pode desafiar o PSD mas, não pode desafiar o CDS-PP, porque o CDS-PP não tem uma única Câmara Municipal, das suas cinco Câmaras, que tenha 5% de taxa de participação de IRS.

É uma questão ideológica, e também é isso que nos define politicamente, é, por isso, que eu sou um homem de direita e não sou um homem de esquerda.

Mas também lhe digo mais, aqui ao lado, em Arganil, a taxa de participação de IRS é de 0%, e há três Municípios no Distrito de Coimbra, Socialistas, que não aplicam essa taxa. Na Lousã é de 4%, Góis, é de 2,5%, Figueira da Foz, é de 3,5%.

E, depois, verifica-se que os argumentos são sempre os mesmos: A taxa permanece imutável desde 2009. Como que, isso, fosse castrar a oposição e, eu até percebo que possa castrar a oposição, por parte do PSD que foi poder nessa altura, mas não castra o CDS-PP, e, portanto, nós cá estamos porque, parece-me,

que por uma taxa ter ficado imutável desde 2009, ou seja, há mais de dez anos, isso não é desculpa para que o Executivo actual não mude esse paradigma, e acho que o deve mudar.

Mais, diz-nos que a eventual fixação de taxa inferior apenas beneficiaria agregados superiores. E, sobre isto, tenho a dizer uma coisa muito simples e até muito Keynesiana, diga-se de passagem, e que é, a necessidade de superação da economia é baseada em salários mínimos. O incentivo ao consumo, porque só assim é que uma economia pode crescer. Uma economia baseada em salários mínimos, e infelizmente Oliveira do Hospital tem muitos e a culpa não é do Executivo, nem do PS, nem dos passados Executivos do PSD, porque não é o Executivo que faz girar a economia, o Executivo pode, e deve, ser o primeiro vendedor do Município mas, isso, é outra conversa.

Parece-me elementar que uma redução desta taxa de participação no IRS estimularia a economia Oliveirense, haveria mais poder de compra por parte dos Oliveirenses porque, feliz, ou infelizmente, não são os agregados familiares baseados em salários mínimos que fazem a economia Oliveirense girar porque, como todos saberão, um salário mínimo de seiscentos e trinta e cinco euros, e perdoem-me a imprecisão, certamente não faz nenhuma economia balançar.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à conversa dos salários mínimos é bom termos presente e, de facto, é uma medida de dignificação de quem trabalha, e claramente uma medida de incentivo ao consumo. Era bom voltarmos a 2015 e percebermos a trajectória do salário mínimo, e percebermos que, hoje, se há pessoas a ganharem seiscentos e trinta e cinco euros de salário mínimo é porque ele subiu ao longo dos últimos anos.

Relativamente a esta medida, ela vai aplicar-se num ano de especiais dificuldades e, aqui, temos duas escolhas: Ou deixamos cada família à sua sorte, ou somos capazes de ser solidários e, dessa forma, conseguirmos distribuir alguma riqueza num período que vai ser de grandes dificuldades. E, naturalmente, que os partidos de direita, ficam de um lado e, os partidos de esquerda, ficam do outro.

Eu tenho todo o orgulho que os partidos de esquerda fiquem do lado da distribuição da riqueza, da promoção da igualdade, da promoção da solidariedade, porque, na realidade, só é possível termos um espírito

verdadeiramente Municipal ou verdadeiramente patriótico se houver igualdade. Onde houver miséria não há pátria, onde houver miseráveis não há patriotas.

A medida é boa. A medida tem que continuar. Estamos no caminho certo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou voltar uns segundos atrás. Há uma coisa que sistematicamente aqui é dita: “O PSD quando cá esteve a taxa do IMI era de 0,35%”.

Pois, mas a legislação só alterou em 2013, foi quando o PS iniciou o segundo mandato, e, por isso, essa desculpa cai por terra.

Quero dizer isto ao Deputado Rui Monteiro: Nós não podemos querer ser mais papista que o papa, e escudarmo-nos naquilo que não é a nossa culpa, quando a culpa também é nossa.

Isto não tem nada de demagogia porque é uma opção. Ou se faz o investimento que o Sr. Presidente da Câmara Municipal faz no apoio às famílias, ou reduzem-se os impostos e as pessoas não têm tanta retração de dinheiro. É simples! Não é demagogia! Não é querer beliscar o que quer que seja. É uma estratégia. É uma opção de gestão e não é mais do que isso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Deixem-me dar uma nota até porque estamos na reta final e a Sessão da Assembleia Municipal correu bem. Foi uma Assembleia comprida.

Hoje, se estivesse aqui o líder do CDS, o meu amigo Francisco Rodrigues dos Santos, acho que ele iria repensar se o Deputado Nuno Rafael Dias pertence ao CDS-PP ou se pertence ao PSD ou se andará mais perto de uma esquerda democrática e até totalitarista, só por uma razão: Propôs que aqueles bocados pequenos, com dez metros quadrados, passassem todos para propriedade pública, o que se chama de nacionalização. Quem gostava das nacionalizações, todos vocês sabem que era o Partido Comunista.

O que é que veio dizer agora o Deputado Nuno Rafael Dias, contra tudo aquilo que defendeu o Partido dele? Veio dizer que, afinal, a política do Governo do Partido Socialista, com o aumento dos salários mínimos, foi correta.

O CDS disse, sempre, que não havia condições para aumentar os ordenados mínimos e que nunca se deveria aumentar os ordenados mínimos

porque a salvação do País não dependia do consumo interno. E acaba o Sr. Deputado de dizer isto, e eu fiquei na dúvida se ele está a saltar entre o PS e o PC, ou se está no meio dos dois. Acho que está a ficar muito de esquerda!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2021, em 5%, que foi aprovado por maioria, com cinco votos contra.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim da nossa agenda e queria transmitir-vos o seguinte: Como sabem, dia 13 de outubro, entre as 16 e as 20 horas, vamos ter a votação para a Presidência da CCDR. Embora tenha saído um despacho e uma portaria, ser-vos-á enviada a convocatória.

Estamos aqui há sete horas, foi uma Sessão longa e um bocadinho cansativa. Desejo-vos um bom regresso a casa.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e trinta e três minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
